



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - IFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

VANDERLEI WOSNIAK

PROTAGONISMO DISCENTE NO CEDUP HERMANN HERING – BLUMENAU/SC:
O PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA

BLUMENAU - SC

2023

VANDERLEI WOSNIAK

**PROTAGONISMO DISCENTE NO CEDUP HERMANN HERING – BLUMENAU/SC:
O PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA**

Dissertação, em forma de artigo expandido, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Blumenau, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Cloves Alexandre de Castro

BLUMENAU - SC

2023

Ficha catalográfica elaborada por Everaldo Nunes - CRB 14/1199
Biblioteca Universitária da FURB

W935p

Wosniak, Vanderlei, 1977-

Protagonismo discente no CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC: o papel do grêmio estudantil na escola / Vanderlei Wosniak. - Blumenau, 2023.

144 f. : il.

Orientador: Cloves Alexandre de Castro.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Blumenau, Blumenau.

Bibliografia: p. 65-71.

1. Educação. 2. Ensino profissional. 3. Integração social. 4. Associações estudantis. 5. Democracia. I. Castro, Cloves Alexandre de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. III. Título.

CDD 374.0132



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5042/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001149/2023-40

Blumenau-SC, 23 de maio de 2023.

VANDERLEI WOSNIAK

O PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre /Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 14 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense



Documento assinado digitalmente
INGE RENATE FROSE SUHR
Data: 26/05/2023 17:10:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Inge Renate Frose Suhr

(Assinado digitalmente em 23/05/2023 12:09)
CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO
PROFESSOR ENS BÁSICO TECN TECNOLÓGICO
CCPGEPT (11.01.09.31)
Matricula: ###239#6

(Assinado digitalmente em 25/05/2023 07:55)
REGINALDO LEANDRO PLACIDO
DIRETOR DE DEPARTAMENTO
DIREN/REIT (11.01.18.83)
Matricula: ###781#1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5046/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001150/2023-74

Blumenau-SC, 23 de maio de 2023.

VANDERLEI WOSNIAK

PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 14 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense

Documento assinado digitalmente
INGE RENATE FROSE SUHR
Data: 26/05/2023 17:13:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Inge Renate Frose Suhr

(Assinado digitalmente em 23/05/2023 12:09)
CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CCPGEPT (11.01.09.31)
Matricula: ###239#6

(Assinado digitalmente em 25/05/2023 07:55)
REGINALDO LEANDRO PLACIDO
DIRETOR DE DEPARTAMENTO
DIREN/REIT (11.01.18.83)
Matricula: ###781#1

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por cada conquista. Sei que sem Ele nada teria sido dessa forma.

Aos meus pais, Antonio e Maria, e aos meus irmãos, Charles e Gisele, pelo apoio incondicional, sem jamais medir esforços para me ajudar na busca dos meus objetivos. À minha esposa, Mari, pelo apoio e pela cumplicidade, sempre, e por entender minha necessidade de cruzar esta etapa. À minha querida filha, Thaís, que compreendeu os momentos de ausência.

À direção do CEDUP Hermann Hering, professoras Valquíria Maria Luiz, Ides Hermelinda Curbani e Tânia Regina Poffo Plautz, pela confiança e pelo auxílio ao longo do processo. Em especial, aos colegas professores: Ellem Nayara Meireles Fogaça, Fabiano Mauricio Ponciano e Veridiana Merque Ferraz, pela disposição em ajudar constantemente.

À equipe do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e à equipe da biblioteca da FURB, pela disponibilidade em auxiliar nos momentos de pesquisa.

Aos amigos da EEB Frei Policarpo e da FMEL Gaspar, espaços de construção profissional.

Aos amigos da EEM Prof. Wigand Gelhardt.

À SED/SC, que concedeu o afastamento para cursar os últimos semestres.

Aos professores do ProfEPT polo Blumenau, por provocarem a reflexão constantemente, sempre de forma gentil.

A todos os colegas da turma ProfEPT 2021, em especial, ao colega de orientação, Nilson de Souza Leal, pela troca de ideias e amizade. Às colegas, Flavia Regina Back e Rosiane Magalhães de Lima, pela amizade e pelos momentos de ajuda.

À colega, professora Ma. Denise Matiola Todorov, por compartilhar etapas da sua caminhada na turma anterior do ProfEPT polo Blumenau. Sua ajuda foi muito importante para pavimentar essa caminhada.

Aos professores membros da banca, Dra. Inge Renate Fröse Suhr, Dr. Reginaldo Leandro Plácido e Dra. Sara Nunes, pelas valiosas contribuições realizadas em aula e na qualificação.

Ao orientador, professor e amigo, Dr. Cloves Alexandre Castro, pelos momentos de orientação e pelo incentivo. Cada conversa e cada encontro constituíram a oportunidade de um novo aprendizado.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a elaboração deste trabalho.

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente artigo expandido é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Polo IFC - Blumenau, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos na EPT. A pesquisa buscou compreender a presença e os limites de protagonismos dos estudantes do Centro de Educação Profissional Hermann Hering (CEDUPHH), investigando a atuação do Grêmio Estudantil (GE) enquanto manifestação do protagonismo estudantil, bem como identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de manifestação. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, com coleta bibliográfica e documental, acompanhada do uso de entrevistas e questionários. O produto educacional (PE), caracterizado como uma história em quadrinhos (HQ), ilustra a importância de os estudantes se organizarem para assumirem seus direitos e deveres e busca a reflexão sobre a necessidade de fortalecer o trabalho coletivo e a construção do espaço democrático. A pesquisa e o PE tencionam contribuir para o debate acerca das possibilidades de transformação social a partir do protagonismo discente.

Palavras-chave: cultura escolar; democracia; educação profissional e tecnológica; formação integral; grêmio estudantil.

ABSTRACT

This article has extended as a result of research developed under the professional master's degree in Professional and Technological Education (ProfEPT), IFC - campus Blumenau, in the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces in EPT Professional and Technological Education, Macro project 6 – Organization of pedagogical spaces in EPT. The research seeks to understand the participation and limits of students' leadership in Hermann Hering Professional and Technological Education Center (CEDUPHH) by researching the performance of the Student Council as a youth leadership manifestation, as well as identifying and understanding the perspective of school agents and players regarding the opportunities for expression. This is basic research, with a qualitative approach, based on literature and documentary sources, followed by interviews and questionnaires. The educational product, featured as a comic book, illustrates the importance of students being able to organize themselves to assume their rights and duties and fosters reflection on the need to strengthen collective work and the building of a democratic space. Research and educational products aim to contribute to the debate about the possibilities of social transformation based on student leadership.

Keywords: school culture; democracy; professional and technological education; integral formation; student council.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Você sabe o que é o Grêmio Estudantil?	42
Figura 2 - Você conhece as leis que tratam do direito de organização dos estudantes?	44
Figura 3 - Há uma política de fortalecimento do GE no interior da instituição?	46
Figura 4 - O ambiente escolar favorece o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho em grupo?	48
Figura 5 - A escola estimula o protagonismo estudantil?	48
Figura 6 - Os estudantes são incentivados a realizar iniciativas dentro e/ou fora da escola?	51
Figura 7 - Participação na construção do PPP	53
Figura 8 - Participação dos estudantes no Conselho de Classe.....	53
Figura 9 - Participação dos estudantes nas reuniões do Conselho Deliberativo.....	54
Figura 10 - O estudante é estimulado a ter voz no ambiente escolar?	55
Figura 11 - Avaliação do PE - Grupo G1	60
Figura 12 - Avaliação do PE - Grupo G2.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Respostas sobre conhecimento a respeito do GE	43
Tabela 2 - Iniciativas promovidas pelos estudantes.	51
Tabela 3 - Respostas sobre a participação dos estudantes no CD	54
Tabela 4 - Espaço democrático	56
Tabela 5 - Grupos de avaliadores do Produto Educacional.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Conselho de Classe
CDE	Conselho Deliberativo Escolar
CEDUPHH	Centro de Educação Profissional Hermann Hering
COOPERHERMANN	Cooperativa dos Alunos do CEDUPHH
EM	Ensino Médio
EMI	Ensino Médio Integrado
EMIEP	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FCB	Fundação Cultural de Blumenau
GE	Grêmio Estudantil
HQ	História em Quadrinhos
IFC	Instituto Federal Catarinense
PE	Produto Educacional
PGE	Plano de Gestão Escolar
PPP	Plano Político Pedagógico
ProfEPT Tecnológica	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SC	Santa Catarina
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBE	União Blumenauense dos Estudantes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 O EMIEP E AS POSSIBILIDADES DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL	21
2.2 A ESCOLA (INTRO E EXTRA MUROS) COMO LUGAR DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL	24
2.3 CARACTERÍSTICAS LOCAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APARENTE IMOBILISMO DOS ESTUDANTES	28
2.4 ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS	32
2.5 GRÊMIO ESTUDANTIL: AGENTE DE MANIFESTAÇÃO DOS ESTUDANTES	33
3 METODOLOGIA	36
3.1 DOCUMENTOS	38
3.2 ENTREVISTAS	39
3.3 QUESTIONÁRIOS	40
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÃO)	41
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS APÓS A APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS	41
4.1.1 Grêmios Estudantil	42
4.1.2 As limitações impostas pela conjuntura	46
4.1.3 Protagonismo estudantil	47
4.1.4 Democracia	52
4.2 PRODUTO EDUCACIONAL	57
4.2.1 Avaliação do Produto Educacional	59
5 CONSIDERAÇÕES	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A – Produto Educacional	72
APÊNDICE B – Registros em documentos do CEDUPHH - reuniões administrativas	108
APÊNDICE C – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Conselho Comunitário	112

APÊNDICE D – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Conselho Deliberativo Escolar.....	113
APÊNDICE E – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Regimento do Conselho Deliberativo Escolar.....	114
APÊNDICE F – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Projeto Pedagógico.....	115
APÊNDICE G – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH – acervo fotográfico	116
APÊNDICE H – Notas publicadas na Revista Blumenau em Cadernos.....	118
APÊNDICE I – Notas publicadas na imprensa	119
APÊNDICE K – Notas das questões abertas do questionário – Estudantes....	130
APÊNDICE L – Categorias	133
APÊNDICE M – Termo de assentimento livre e esclarecido: estudante (menor de idade)	134
APÊNDICE N – Termo de consentimento livre e esclarecido: pais/responsáveis pelo estudante.....	136
APÊNDICE O – Termo de consentimento livre e esclarecido: profissionais do CEDUPHH / membro do movimento estudantil	138
APÊNDICE P – Roteiro para entrevista semiestruturada: sujeitos que atuaram no movimento estudantil secundarista em Blumenau	140
APÊNDICE Q – Roteiro para entrevista semiestruturada: profissionais do CEDUPHH	141
APÊNDICE R – Questionário: estudantes	142
APÊNDICE S – Questões para avaliação do Produto Educacional	143
APÊNDICE T – Respostas e sugestões para a questão aberta de avaliação do PE	144

APRESENTAÇÃO

Este relatório de pesquisa contém um artigo expandido e um Produto Educacional (PE). Resulta de pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) campus Blumenau, desenvolvida entre os anos de 2021 e 2023. Está inserida na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com aderência ao Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos na EPT. Os projetos alinhados a esse macroprojeto devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

Conforme as normas do ProfEPT, o trabalho de conclusão é um relatório no formato de artigo expandido, e deve abordar os caminhos da pesquisa que possibilitaram a configuração, a aplicação e a avaliação do PE (IFC, 2019).

Nossa vinculação profissional com a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, na qual o pesquisador atua desde 2001, nos direcionou ao Centro de Educação Profissional Hermann Hering (CEDUPHH), enquanto *lócus* de estudo. O CEDUPHH é uma instituição de ensino voltada para a Educação Profissional (EP), vinculada à Secretaria de Estado da Educação. Entre as formas de oferta oferecidas pela instituição, está o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), com formação profissional em nível técnico (Administração/Informática/Mecânica). Trata-se de uma forma de oferta de EP, integrada ao ensino médio (EM), em tempo integral, que busca a formação integral do estudante no que se refere à formação humana e cultural para o exercício da cidadania e democracia, integrada à formação para o mundo do trabalho.

Partimos do princípio de que não há como falar em educação integral sem considerar as experiências dos estudantes, seu envolvimento no processo de construção social e seu engajamento em pautas coletivas. Trabalho coletivo que envolve estudantes e professores e pressupõe a existência de espaços abertos ao diálogo, à divergência e à construção coletiva de culturas democráticas no espaço escolar.

A partir do interesse pela participação dos estudantes na “vida” da escola, suas ações ou imobilismo e as formas de representação estudantil no espaço escolar, a pesquisa buscou compreender a presença e os limites dos estudantes no CEDUPHH.

Assim, estabeleceu-se, como problema da pesquisa, investigar “Qual é a atuação do Grêmio Estudantil (GE) do CEDUPHH enquanto manifestação do protagonismo estudantil?”.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, com coleta bibliográfica e documental, além do uso de entrevistas e questionários. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFC, conforme Parecer nº 5.249.538, de 17 de fevereiro de 2022.

Partimos da pesquisa bibliográfica, quando foi realizada a busca de referências sobre o estado da arte das produções que se aproximam da nossa pesquisa. Diante do pequeno volume de registros referentes ao protagonismo estudantil no cenário local e da ausência de pesquisa sobre o protagonismo estudantil dessa importante instituição pública estadual de ensino profissionalizante de Santa Catarina (SC), incluímos, nos caminhos do método, a pesquisa documental. Optamos, ainda, pelo uso da entrevista semiestruturada, realizada com dois grupos: a) personagens do CEDUPHH que atuam ou atuaram na instituição; b) sujeitos que protagonizaram a prática do movimento estudantil secundarista em Blumenau em tempos pretéritos. Outra técnica de investigação utilizada foi o questionário, aplicado junto aos estudantes do EMIEP do CEDUPHH.

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa está assentado nos autores Marise Ramos (2014), Milton Santos (2020) e Ricardo Antunes (2009; 2015), para tratar sobre a dualidade estrutural, do trabalho e da educação. Para trabalhar sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)¹ e a Educação Integral, valemo-nos dos textos de Dante H. Moura (2014), Eliezer Pacheco (2015), Marise Ramos (2008) e Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2012). Ao abordar a temática democracia, fizemos o uso dos textos de Marilena Chauí (2000; 2001), Paulo Freire (1967; 2006; 2013) e Vitor H. Paro (2003; 2007). Para compreender o conceito “cultura escolar”, buscamos os textos de Antonio Viñao Frago (1995) e Reginaldo L. Plácido, Shyrlei K. J. Benkendorf e Denise M. Todorov (2021). Para tratar das juventudes e do GE, utilizamos os textos de Carlos Artexes Simões (2010), Francisco A. S. Martins e

¹ Os termos educação profissional (EP) e educação profissional e tecnológica (EPT) carregam concepções diferentes. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), na EP, a profissionalização é entendida como treinamento de uma habilidade específica, sem conhecer os seus fundamentos e sem articulá-los ao conjunto do processo produtivo. Já a EPT busca o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho. A EPT considera a formação humana em sua totalidade, integrando ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Juarez T. Dayrell (2013), Jorge L. C. González e Marcilene R. L. Moura (2009), Maria C. B. Dalberío (2008), Ricardo G. de Oliveira, Maria C. Luiz e Camila P. da Silva (2022) e Gabriel F. de O. Zambon e Leonardo B. dos Santos (2019).

Os objetivos da nossa pesquisa foram o de produzir um debate crítico a respeito da atuação do GE enquanto manifestação do protagonismo estudantil na escola; compreender a presença e os limites do protagonismo estudantil no CEDUPHH; identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil.

A EPT tem “o intuito de promover um ensino pautado na valorização do ser humano, em detrimento à centralidade das relações de mercado que historicamente permeou o ensino de nível técnico” (URBANETZ, 2014, p. 6). Portanto, um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana, que reconheça o trabalho como princípio educativo e que, segundo Ramos (2014, p. 85),

[...] ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras.

No mesmo texto, Ramos (2014, p. 91) afirma que a educação profissional visa proporcionar “a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas”.

Segundo Moura (2014, p. 10), defende-se, para a última etapa da educação básica, um ensino médio “que garanta a base unitária da formação integral [...] de forma integrada a uma formação profissional técnica de nível médio, visando atender [...] aos interesses e necessidades das juventudes e dos adultos das classes populares”. Necessidades dos jovens que, segundo Martin e Vitagliano (2019, p. 11), “são as maiores vítimas das reformas trabalhistas atuais, pois eles já iniciam suas trajetórias no mundo do trabalho como reféns do trabalho informal e precarizado”.

Mediante tais assertivas, de que forma a escola vem favorecendo a presença desses jovens como cidadãos? Os estudantes dispõem das condições necessárias para assegurar sua participação no processo decisório?

Simões (2010, p. 99) ressalta que a possibilidade de “colaborar com a construção de uma identidade profissional dos jovens trabalhadores pode representar

uma estratégia positiva nas múltiplas possibilidades e interdições para suas transições à vida adulta”. Destarte, a escola pode constituir um ambiente facilitador do processo de amadurecimento social e político de seus estudantes, contribuindo na formação de um sujeito/trabalhador responsável, consciente de seus deveres e direitos. Nesse sentido, ao proporcionar as condições para a organização dos estudantes, contribuiu-se também para a formação do sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido mais humano.

A escola tem a possibilidade de capacitar e encorajar seus estudantes a exercerem sua cidadania na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Consciente que uma sociedade democrática se desenvolve e se fortalece politicamente, buscando solucionar seus problemas (injustiça social, desemprego, corrupção etc.) por meio da ação consciente e conjunta de seus cidadãos.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1985, marco temporal da Nova República, é assegurado aos estudantes o direito à organização de entidades autônomas representativas dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. Esta garantia foi grafada na Lei Federal (LF) nº 7.398/1985.

Entretanto, mais do que respeitar uma determinação legal, a participação, segundo Freire (2006), está localizada na perspectiva de os educandos comporem os espaços de decisões e, para isso, é necessário ir além do estabelecido pelas relações tradicionais que caracterizam a cultura escolar. O tema participação requer pensar a constituição da própria sociedade, por ser a partir dela que a participação ganha força no âmbito social brasileiro.

O ato de participar está vinculado ao fato de se estar presente nas decisões que dizem respeito aos envolvidos, com poder de voto, de falar e ser ouvido, considerando os direitos e deveres de todos. E esse exercício da voz nos remete ao conceito de democracia, pois “[...] a ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda a coletividade.” (GALLO, 2012, p. 30)

O compromisso da escola com a *formação do estudante como ser integral*, com a *autonomia* e o *exercício da cidadania*, tendo por princípio a *gestão democrática* (CEDUP, 2021), encontra eco na pesquisa bibliográfica consultada durante a pesquisa.

Sendo a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) uma modalidade educacional que busca a formação integral do estudante e a sua inserção no mundo do trabalho, a preocupação com o trabalhador a ser desenvolvido para a vida em sociedade é fundamental. “Uma formação humana integral pressupõe uma educação que leve em conta todos os aspectos da vida, o trabalho, a ciência e a cultura, e que prepare o aluno para além de ser um mero reproduzidor” (FEITOSA, 2021, p. 5).

Nesse sentido, Ramos (2008, p. 2) sugere que o modelo a ser seguido, tal qual o preconizado no EMIEP, é o da educação unitária, que “pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Essa perspectiva agrega o respeito às posições e demandas dos estudantes e o seu envolvimento no processo de construção do cotidiano da escola e do social.

Ao tratar da realidade escolar, Paro (2007) destaca a democracia como mediação para a construção e o exercício da liberdade social e mobiliza caminhos e esforços que se utilizam para concretizar o entendimento pacífico e livre entre grupos e pessoas. Desta forma, esse estudo busca colaborar para o debate a respeito do protagonismo estudantil, discutindo os espaços e as formas atuais de manifestação dos estudantes, com destaque para a forma colegiada por meio do GE, refletindo sobre a escola enquanto espaço para a contradição, as disputas de ideias e a transformação social.

O PE, caracterizado como uma história em quadrinhos (HQ), ilustra a importância de os estudantes se organizarem para assumirem seus direitos e deveres; reflete sobre a necessidade de fortalecer o trabalho coletivo e a construção do espaço democrático; tenciona despertar novos olhares e pensamentos acerca das possibilidades de transformação social e estimular, no espaço escolar, a reflexão sobre o protagonismo discente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O EMIEP E AS POSSIBILIDADES DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

A educação dualista atribui uma formação específica para a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2009; 2015) e outra para os que possuem os meios de produção. Esse produto da sociedade estratificada se aprofunda nas classes que emergem com o modo capitalista de produção, uma vez que “o capitalismo rompe este vínculo direto, separa o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho numa fadiga incriativa e extenuante” (KOSIK, 1976, p. 110). No entanto, Neves, Moura e Souza (2017, p. 140, grifos dos autores) observam que, embora o termo *dualismo educacional* tenha surgido a partir da Revolução Industrial do século XVIII, é possível notar características dessa educação desde a Antiguidade.

Em seu trabalho, Ramos (2014) observa que os primeiros indícios da educação profissional datam desde a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (BRASIL, 1999 – Parecer n. 16/99 – CEB/CNE). A partir de 1909, surgem as Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas aos pobres e humildes e, em 1930, teve início a industrialização no Brasil. Com a Revolução Industrial, o trabalho manual começou a ser substituído pelas máquinas, simplificando o trabalho humano na “linha de produção”. Com isso, tínhamos uma escola para a classe dos trabalhadores, voltada para a execução de processos repetitivos e fragmentados, sem se preocupar com a compreensão do “todo”, enquanto, para as elites, era ofertada uma escola onde o aluno era preparado para exercer a função de futuro dirigente.

Ainda sobre a história da EP no Brasil, Ramos (2014, p. 24-25) afirma:

A educação profissional no Brasil, tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de ‘amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte’, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem [sic] dos bons costumes.

Ao denunciar os riscos da educação assistencialista, Freire (1967, p. 56) alerta que

[...] o grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou ‘abertura’ de

sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica.

Esse modelo (dualista) de educação trata da formação unilateral, baseada em relações sociais reificadas na sociedade. Ao examinar o sistema atual, as informações apontam que, no fim dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, a educação apresenta propostas alternativas, colocando-se como instrumento de transformação social. Segundo Neves e Pronko (2008, p. 43),

[...] embora nesse período se mantenha a divisão do trabalho educacional definida no período anterior, verifica-se o surgimento de propostas alternativas de educação, de corte nacionalista e popular, que colocavam a educação como instrumento de transformação social. No fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, observa-se o avanço na organização popular, expressa pelo surgimento de um sindicalismo autônomo e pela mobilização popular na reivindicação de reformas de base.

No entanto, a ditadura civil-militar iniciada em 1964 tratou rapidamente de eliminar qualquer avanço nesse sentido, mantendo o dualismo nas escolas, com o ensino médio tecnológico² formando para o trabalho complexo, enquanto o ensino técnico-profissional atendia aos trabalhadores, formando para os quadros inferiores.

Conforme Ramos (2014, p. 30), o maior impacto no ensino secundário ocorreu a partir da Lei nº 5.692/1971³, que previa a redução da formação geral em benefício da formação específica, tendo em vista a formação acelerada de operários para a realização do trabalho simples, além de reduzir a demanda por vagas no ensino superior. A partir da Lei nº 7.044/1982, a profissionalização compulsória foi extinta, o que resultou no aprofundamento da dualidade, pois as instituições não profissionalizantes, especialmente as particulares, eximem-se da obrigatoriedade de ofertar o ensino profissionalizante, sendo que os que cursavam o ensino técnico ficavam privados da formação básica plena, aprofundando, mais uma vez, a dualidade e a terminalidade do ensino técnico.

Já em 1996, indo na contramão da Constituição (que previa uma escolarização mais integral de natureza científico-tecnológica), a segunda Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei nº 9.394/1996) destaca-se sob o regime neoliberal: a privatização, a

² A tecnologia é o produto do trabalho humano que transforma a natureza, tendo em vista objetivos coletivos. Por meio do trabalho (entendido como atividade humana consciente), as matérias-primas são transformadas em valores de uso.

³ A Lei nº 5.692/1971 estabelece como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau, inclusive, nas escolas que não tinham condições físicas de ofertar o profissionalizante.

focalização, a descentralização dos encargos e a participação na execução. Surge o Decreto nº 2.208/1997⁴, o qual, posteriormente, é revogado pelo Decreto nº 5.154/2004⁵, restabelecendo a possibilidade da EP integrada ao EM.

No entanto, “um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 35-36) dificilmente se realiza nas condições atuais. Nessa situação, o EMIEP se apresenta como uma estratégia possível no momento, como tentativa de “[...] superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao ‘treinamento’ para a execução de determinadas tarefas” (PACHECO, 2015, p. 29). Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 15), o ensino médio integrado apresenta “uma proposta de ‘travessia’ imposta pela realidade de milhares de jovens que têm direito ao ensino médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam se situar no sistema produtivo”. Todavia, Kuenzer (2000, p. 21) assevera que “a dualidade estrutural que determinou duas redes diferenciadas ao longo da história da educação brasileira tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho”.

⁴ Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 13), o Decreto nº 2.208/97 promoveu profunda regressão no ensino médio e técnico. Para os autores, “Este decreto restabelece o dualismo, ainda que, em outros termos, da educação dos anos, e assume o ideário pedagógico do capital ou do mercado - pedagogia das competências para a empregabilidade - com base nas Diretrizes e Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs e DCNs)”. No que concerne à educação após a LDB nº 9.394/96, o Decreto nº 2.208/97 tratou de garantir o dualismo na educação profissional:

DECRETO Nº 2.208 DE 17 DE ABRIL DE 1997: Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Art. 1º. A educação profissional tem por objetivos: IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art. 2º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

⁵ Consoante Moura, Filho e Silva (2015, p. 1073), o Decreto nº 5.154/2004 abre a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, “trazendo alguma expectativa de avanço em direção à politecnicidade, mas mantendo, como acomodação e expressão de posições contraditórias, as formas subsequente e concomitante”. Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 37), o Decreto nº 5.154/2004 busca (em termos formais) a “consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas”.

Conforme apontam Nitschke, Plácido e Pitt (2021, p. 42), “os sentidos dos termos educação integral⁶, educação em tempo integral ⁷e formação integrada⁸ são parecidos e, a depender do contexto em que são utilizados, podem apresentar diversos significados”. Nesse sentido, cabe esclarecer que o EMIEP se trata de uma modalidade de EP, integrada ao EM, em tempo integral, que busca a formação integral do estudante no que se refere à formação humana e cultural para o exercício da cidadania e democracia, integrada à formação para o mundo do trabalho. Sendo assim, o EMIEP pode ser uma das modalidades que reúne possibilidades para a ampliação do protagonismo dos estudantes.

2.2 A ESCOLA (INTRO E EXTRA MUROS) COMO LUGAR DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

A pluralidade das juventudes pode ser observada no dia a dia, nos mais diversos espaços (escolas, centros comerciais, parques, praças, entre outros). Nas palavras de Pais (1990, p. 643), “embora tenha de ser reconhecido que em qualquer comunidade, os jovens produzem as suas próprias sociabilidades, e desejam afirmar-se como jovens, cada grupo tem a sua própria maneira”. Para Silva (2015, p. 57), “[...] a juventude não é homogênea. Ela se diferencia, a partir de sua origem social, etnia, gênero, renda, cultura etc.”. Segundo Simões (2010, p. 100), “[...] a juventude mostra uma diversidade e, ao mesmo tempo, constitui grupos que compartilham interesses e, sendo assim, interagem por meio de uma rede de significados, atuando na esfera coletiva, dentro do mesmo sistema de valores”.

⁶ Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), compreende-se, a partir de Moura (2014, p. 15), a educação integral como aquela cujo “objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado”. Nesse sentido, educação integral é sinônimo de politecnia e omnilateralidade.

⁷ A educação em tempo integral, segundo Moll (2010, p. 1), se refere-se “à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa”.

⁸ Nitschke, Plácido e Pitt (2021) apresentam e discutem a formação integrada e de tempo integral, que é a proposta do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais e que se trata justamente da travessia para a formação humana integral (a qual a conjuntura atual não permite). Trata-se, segundo Frigotto (2012, p. 75), de “uma formação que fornece as bases científicas e tecnológicas que cumpre, de forma mais democrática, ao mesmo tempo, o imperativo da justiça social e a preparação para o trabalho complexo de um amplo contingente de jovens com possibilidade de produção científica”.

Nesse sentido, a juventude, no âmbito do espaço escolar na atualidade, pode tanto exercer o papel de mero espectador como o de ator, ou de sujeito⁹ no que tange às determinantes que constituem a cultura escolar. Martins e Carrano (2011, p. 45-46) compreendem a cultura como “um conjunto de contribuições, trocas simbólicas (muitas vezes conflituosas) e resistências ativas em que cada grupo se faz presente”.

Ao tratar da cultura escolar, Viñao Frago (1995, p. 68-69, tradução nossa) destaca que esse conjunto inclui

[...] práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos — a história cotidiana do fazer escolar —, objetos materiais — função, uso, distribuição do espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... —, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas.¹⁰

Portanto, a intensidade de determinação ou indeterminação que qualifica o indivíduo como ator ou sujeito está intimamente relacionada à dimensão do capital cultural acumulado na experiência de vida. O protagonismo juvenil não se refere apenas à atuação do estudante na escola, mas também à sua intervenção na sociedade como cidadão de direitos e deveres. Assim, a escola se constitui um lugar de encontro de distintas determinações culturais. Suas dimensões alimentam a produção da cultura escolar por meio do processo contraditório e dialético da porosidade-permeabilidade¹¹, explicitado por Plácido, Benkendorf e Todorov (2021), que, por sua vez, extrapola os muros da escola, disputa e redefine dimensões culturais permeabilizadas e hegemônicas na sociedade.

Nesse sentido, Martins e Carrano (2011, p. 44) afirmam que “[...] uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, seria a de contribuir para que os jovens pudessem realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos [...]”.

⁹ Castro (2019) diferencia ator de sujeito. Enquanto o ator é aquele que desempenha passivamente o papel determinado, o sujeito social é dotado de autonomia por ser autodeterminado. Já os agentes são os que determinam as regras e regulam a sociedade.

¹⁰ Prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar —, objetos materiales — función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas.

¹¹ Plácido, Benkendorf e Todorov (2021) apresentam as categorias porosidade e permeabilidade com a intenção de contribuir para determinar os espaços de diálogo e a influência da instituição escolar. Enquanto categorias de pesquisa em cultura escolar, os autores definem como porosidade os espaços da instituição escolar, seja no sentido físico ou social, enquanto a permeabilidade refere-se ao diálogo e ao trânsito de ideias que perpassam a escola. “De maneira inicial é possível considerar que a escola é um espaço de porosidade, enquanto os conteúdos e a prática pedagógica uma forma de permeabilidade.” (PLÁCIDO; BENKENDORF; TODOROV, 2021, p. 192).

Em artigo publicado recentemente, afirmamos que,

[...] enquanto espaço próprio para a prática democrática, a escola tem a possibilidade de capacitar e encorajar seus estudantes a exercer sua cidadania na construção de uma sociedade mais justa e solidária, rompendo com a dicotomia verticalizada professor *versus* aluno. Espaço onde estudantes e professores se reconheçam sujeitos e se reconheçam também trabalhadores. (WOSNIAK; CASTRO; PLACIDO, 2022, p. 135)

Desta forma, a escola poderia romper com o papel de reprodutora da “hegemonia cultural” (GRAMSCI, 2001), em que ela, enquanto ferramenta de dominação,

[...] conta com mecanismos de silenciamento que promovem a invisibilidade das práticas que não se encaixam nos cotidianos escolares institucionalizados e pouco abertos para as expressividades das culturas juvenis. Nesse contexto, o jovem é homogeneizado na condição de aluno que necessita responder positivamente aos padrões do ‘ser estudante’ que a instituição almeja. (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 45)

Estas questões despertam no estudante a necessidade de expressar-se, de se fazer presente e rejeitar a condição de invisibilidade. O protagonismo estudantil se manifesta de diversas formas e, apesar dos hiatos nos breves relatos apresentados a seguir, fica evidente que os estudantes conquistaram visibilidade pelo protagonismo na sociedade.

O ano de 1968 evidenciou os laços entre estudantes e operários, quando iniciou, no Brasil, a eclosão de várias manifestações sindicais-populares. Os estudantes reivindicavam ensino público e gratuito para todos, democratização do ensino superior e melhora na sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões e mais verbas para pesquisa, além de contestarem a ditadura civil-militar implantada em 1964 (ANTUNES; RIDENTI, 2007). Enquanto o movimento operário promovia a “luta pela criação de comissões de fábricas, contra o despotismo fabril, contra a superexploração do trabalho, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e em clara confrontação à ditadura militar no Brasil” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 86).

Na recente democracia brasileira, a partir da chamada “Nova República”, o protagonismo dos grêmios estudantis transbordou os muros da escola e ganhou as ruas do país, levando a cultura escolar como ferramenta de disputas de agendas caras à realidade nacional. Um exemplo foi o movimento “caras-pintadas”, em 1992, quando os estudantes secundaristas, com irreverência e criatividade, arrastaram multidões

pelo país, após ser revelado o envolvimento do presidente eleito em escândalos de corrupção. A respeito desse movimento, Castro (2019, p. 210) lembra que

[...] o movimento estudantil do início da década de 1990 foi protagonista de um dos mais importantes fatos políticos do século XX pós-redemocratização do país. O *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo reacendeu a luta de massas que se encontrava num refluxo desanimador depois dos eventos das Diretas Já, da luta pela (e na) constituinte e da derrota de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989.

Mais recentemente, entre 2015 e 2016, ocorreram movimentos de ocupações de escolas liderados por estudantes e suas representações, que se opuseram ao projeto do governo do estado de São Paulo em fechar dezenas de unidades escolares. Os estudantes desencadearam o movimento, cuja fagulha, em pouco tempo, “incendiou” vários locais do país. Em Santa Catarina, o movimento de resistência foi desencadeado após o anúncio da Reforma do EM. Segundo Reis, Lino e Sartori (2018, p. 57),

[...] as ocupações de aparelhos hegemônicos do Estado que ocorreu no país entre 2015 e 2016 provocou uma importante reflexão sobre a forma como os poderes executivo e legislativo vêm conduzindo as políticas públicas em nosso país, uma agenda econômica marcada por sucessivos cortes orçamentários, apropriação do fundo público e privatização de serviços essenciais como saúde e educação. As ocupações deixaram também o exemplo do forte engajamento, ativismo e reinvenção na forma de protestar e reivindicar seus direitos.

Como assinalou Santos (2020b, p. 33), “entre os direitos do cidadão está o de manter todas as suas conquistas”. Assim sendo, é importante estar atento ao fato de que, “ao colocar a educação no campo de serviços, deixa de considerá-la um direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público, que pode ser terceirizado ou privatizado” (CHAUÍ, 2001, p. 177). Esse movimento reduz o cidadão em consumidor, desconsiderando que “somente a ideia de igualdade de condições (e não a propalada igualdade mercantil das oportunidades) sustenta a ideia de criação e conservação dos direitos e estabelece o vínculo profundo entre democracia e justiça social” (CHAUÍ, 2001, p. 182).

Apesar de que, historicamente, o direito à participação sempre foi negado para muitos, “temos uma história¹² de manifestações nas quais a juventude ou os estudantes foram protagonistas relevantes ou principais” (SHERER-WARREN, 2014,

¹² A “Linha do Tempo”, apresentada em forma de anexo ao Produto Educacional, recorda momentos importantes do movimento estudantil, lutas e conquistas sociais.

p. 417). Protagonismo que não se constituiu por fenômenos sobrenaturais ou acasos determinados pela natureza, mas de processos históricos, socioculturais acumulados na produção dos tecidos socioespaciais.

Ao analisar o processo democrático na escola pública, Paro (2003, p. 26) afirma que, “à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade”. O mesmo autor acrescenta que “[...] a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses [...]” (PARO, 2003, p. 27).

Ainda com relação à ampliação do acesso, Frigotto (2010, p. 181) observa que “o alargamento do acesso à escola e o prolongamento da escolaridade devem ser vistos, também, como resultado da luta da classe trabalhadora pelo direito à escola – uma luta pelo saber”.

Segundo Saviani (2021, p. 30),

[...] efetivamente, se as condições se tornaram adversas, esse fato, em lugar de nos levar ao desânimo, como infelizmente tende a acontecer, deve conduzir-nos a ampliar a nossa capacidade de luta, organizando-nos mais fortemente e atuando decisivamente no interior das escolas e junto ao Estado no intuito de transformar em verdade prática a consciência, já consensual, da importância estratégica da educação e da urgência da resolução de seus problemas. (SAVIANI, 2021, p. 30)

Voltando à participação dos estudantes, em resumo, a juventude conquistou visibilidade pelo protagonismo na sociedade, com participação ativa em momentos decisivos para o país, no entanto foi alvo de oposição às suas organizações, mesmo em período de normalidade institucional.

2.3 CARACTERÍSTICAS LOCAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APARENTE IMOBILISMO DOS ESTUDANTES

Apesar do importante acervo sobre o movimento estudantil, não podemos ignorar a falta de registro referente ao segmento no âmbito local. A escassez é tamanha que pode ser indício para a compreensão da própria dinâmica local, no que se refere ao protagonismo juvenil em causas de interesse público. Destarte, buscamos informações que ajudem a compreender o aparente imobilismo e a falta de

prosseção do movimento estudantil local. Trata-se de uma característica restrita aos muros da escola, ou se estende a outros segmentos no âmbito local? Conforme observado no capítulo anterior, o protagonismo juvenil foi marcado também por laços entre estudantes e trabalhadores. Blumenau se destaca em diversos setores da economia e, entre os principais, aparece o mercado têxtil. Foi sobre a organização da classe trabalhadora dessa categoria no município que dedicamos nosso olhar nesse capítulo.

Fundada em 1850, a cidade de Blumenau “caracteriza-se como um centro industrial de colonização alemã, situado no Vale do Itajaí cujo desenvolvimento industrial inicia-se no final do século XIX, durante a primeira fase da industrialização no Brasil” (SOUZA, 1991, p. 11).

“A Guerra e a recessão mundial de 1929-1931 ocasionaram a imigração de alemães com experiência fabril para Blumenau em decorrência da alta inflação que se abateu sobre a Alemanha” (SOUZA, 1991, p. 22). Já a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) “abriu um espaço ainda maior para a indústria têxtil, pois além do mercado nacional, esta havia conquistado o mercado internacional (América Latina, Estados Unidos, África do Sul, Líbano, etc.)” (SOUZA, 1991, p. 22). Schwab (1991, p. 41-42) afirma que foi “neste período que surgiu a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau”. Posteriormente, em 1948, a Associação passou a ser denominada Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Atualmente, é denominado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial (SINTRAFITE).

Ainda na década de 1930, ocorreu, em Santa Catarina, o surgimento da Ação Integralista Brasileira¹³, movimento político nacional que, segundo Vanzuiten (2011) e Hackenhaar (2019), teve grande adesão local.

Sob o regime do Estado Novo implantado pelo governo de Getúlio Vargas, foi instituída a “Campanha de Nacionalização”, em que o governo adotou uma série de medidas, que tinham por objetivo

[...] a erradicação das influências estrangeiras, especialmente combater a infiltração nazista. Assim, por exemplo, foi proibida a publicação de jornais e revistas em língua alemã; proibição de falar a língua alemã em qualquer lugar público; obrigatoriedade do serviço

¹³ Ao estudar sobre o integralismo em Santa Catarina, Hackenhaar (2019) sugere que a forte adesão local ao integralismo está relacionada à origem étnica, considerando que a propaganda inicial realizava uma associação entre seus objetivos e aqueles dos movimentos nazifascistas europeus.

militar para os filhos de imigrantes; censura à imprensa; intervenção em escolas e sociedades assistenciais alemãs etc. (SOUZA, 1991, p. 44)

Blumenau e região foram fortemente impactadas por tais medidas. De acordo com Mailer (2003), dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1940 apontavam que o idioma alemão estava presente no lar de 18.005 pessoas de um total de 18.506 habitantes do município.

Diante das dificuldades, era “natural” que ocorresse o isolamento dos teuto-brasileiros, que buscaram “proteção” junto aos seus patrões, na maioria das vezes, também alemães. Esse fato, possivelmente, contribuiu para criar “laços familiares” de dependência e simpatia dos trabalhadores em relação aos seus patrões, proporcionando uma estrutura verticalizada de comando.

A partir de 1940, conforme Schwab (1991), o governo federal promoveu uma intensa campanha em prol da sindicalização no país, resultando na expansão dos sindicatos no Brasil nos anos seguintes. Consoante Castro (2019, p. 35-36), o governo populista de Vargas “tornou legais os sindicatos de trabalhadores, mas suas representações eram ligadas ao Ministério do Trabalho, que, por sua vez, procurava ter o controle das agendas de lutas sindicais dos operários”.

De acordo com Schwab (1991, p. 42), em Blumenau, “os operários das subcomissões eram indicados pelos empregadores, ao invés de serem pelos seus parceiros”. Ainda assim, o município presenciou três greves promovidas pela categoria em menos de uma década (1945, 1949 e 1950). A autora destaca que, apesar de os anos seguintes ficarem marcados por diversas greves no país, em que os trabalhadores exigiam melhores condições de vida, essa luta não se repetiu em Blumenau. Aqui, “no mesmo período, o Sindicato Têxtil de Blumenau permanecia alheio a estes movimentos, pois, sua Diretoria era contrária à greve, buscando sempre a sonhada harmonia entre o capital e o trabalho” (SCHWAB, 1991, p. 62).

Os movimentos populares continuaram a ser reprimidos pelo governo, que, na década de 1970, embalado pela conquista da Copa do Mundo de Futebol, não perdeu a oportunidade de impulsionar a ideologia do “verdeamarelismo” (CHAUÍ, 2000). Sob o canto de “Pra frente, Brasil, do meu coração”, o que se viu foi que “a bandeira brasileira fez sua aparição hegemônica nas festividades de 1970, quando a vitória foi identificada com a ação do Estado e se transformou em festa cívica” (CHAUÍ, 2000, p. 32).

Ainda sobre este tema, Chauí (2000, p. 38) afirma que,

[...] em outras palavras, o verdeamarelismo, sob a ideologia da 'questão nacional', precisa incorporar a luta de classes em seu ideário, mas de modo tal que, ao admitir a existência da classe trabalhadora, possa imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe, [...]. O verdeamarelismo assegura que aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob a direção e vigilância do Estado.

Já na década de 1980,

[...] apesar de os acontecimentos da vida sindical, em São Paulo e outros Estados mais desenvolvidos, terem apontado para uma tendência mais ampla e autônoma do sindicalismo, na década de 1980, o mesmo não ocorreu na maioria das regiões brasileiras. (SCHWAB, 1991, p. 161)

A vulnerabilidade local é exemplificada pelo SINTRAFITE, em que toda sua história

[...] denota uma relação de autoritarismo e arbítrio por parte do poder dominante sobre a classe trabalhadora, aquele nunca teve uma tradição de luta em prol da classe que representava, pois era impedido de todas as formas e mantinha-se fiel às classes dominantes. (SOUZA, 1991, p. 67)

Ainda assim, os trabalhos de Souza (1991) e Krzizanowski (2004) narram a greve geral em Blumenau de 1989 como um momento em que estudantes e trabalhadores blumenauenses uniram-se contra o arrocho salarial.

Em trabalho centrado na construção da etnicidade teuto-brasileira, na tentativa de desnaturalizar o mito construído – da “laboriosidade sulista”, do “povo ordeiro e trabalhador” –, Frotscher (1998, p. 8) aponta que “pouco se associa Blumenau a um contexto nacional. A cidade sempre é mostrada como uma ‘ilha’ em meio às ‘águas do território nacional’”. A autora acrescenta que “essa imagem romantizada acaba amortecendo conflitos e diluindo desigualdades econômico-sociais e heterogeneidades culturais. Blumenau está inserida numa realidade que é a brasileira. A cidade também é marcada pela expropriação e distribuição desigual das riquezas” (FROTSCHER, 1998, p. 9).

Ao compreender que a atualidade é resultado de um processo histórico, a cultura de autoritarismo que foi apresentada constitui um desafio a ser superado. Conforme Frigotto (2010, p. 132), “a educação escolar e não escolar, quando posta a serviço dos interesses da classe trabalhadora, constitui instrumento valioso para esta

organização e consciência”. A ruptura com a dicotomia verticalizada se inicia a partir do momento em que estudantes e professores se reconheçam trabalhadores.

2.4 ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS

Segundo Freire (1967, p. 66), “o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas”. Romper com essa realidade constitui um desafio nas/das instituições escolares. É a participação coletiva nos espaços de debate e nas decisões da escola que a garante como espaço democrático.

Se a opção da escola é a formação integral do sujeito e um dos objetivos é a educação nos valores democráticos, então essa instituição precisa abraçar essa proposta para acolher os sujeitos que compõem a comunidade escolar e que, por meio de suas experiências cotidianas, produzem a cultura escolar.

De acordo com Moura (2014, p. 15), “parte-se do pressuposto de que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado”.

Tanto os instrumentos legais (leis, decretos, resoluções etc.) quanto os documentos internos de cada instituição constituem importantes ferramentas, que visam assegurar a participação dos sujeitos que frequentam a escola. Porém, enquanto essas ferramentas permanecem desvinculadas da prática, a escola incorre no risco de atuar limitando a capacidade de mobilização coletiva, mantendo os objetivos das classes desfavorecidas apenas no âmbito dos discursos e atuando como reprodutora das desigualdades sociais. Para Chauí (2016, informação verbal)¹⁴,

[...] as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos, vão muito além da sua regulamentação jurídica formal. Elas significam que os cidadãos são sujeitos de direitos, e que onde tais direitos não existirem ou não estiverem garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los.

Conforme Kunz, Henz e Chassot (2015, p. 42),

Quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, compartilhamento de poder, diálogo, respeito às diferenças, liberdade de expressão, garantimos a

¹⁴ Discurso em aula magna na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), organizada pelo Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina (CERP-SC).

vivência de processos democráticos, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos. A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende da ação de todos, que se traduz em atos políticos, com tomada de decisão.

Segundo Paro (2007), a democracia caracteriza-se pela participação ativa dos cidadãos na vida pública não apenas como detentores de direitos, mas também como criadores de direitos. Portanto, “[...] se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações sociais e as atividades que aí se dão de modo a ‘marcar’ os sujeitos que por ela passam com os sinais da convivência democrática” (PARO, 2007, p. 120).

Estabelecer ambientes de discussão, tolerância e respeito, comprometidos com a universalização do acesso aos bens culturais, pode ser um bom caminho.

2.5 GRÊMIO ESTUDANTIL: AGENTE DE MANIFESTAÇÃO DOS ESTUDANTES

Enquanto espaço de convivência, a escola, ao mesmo tempo que condiciona, é também condicionada por práticas sociais, econômicas e histórico-culturais, constituindo-se, assim, em território que abriga outros territórios no seu interior, dada a multiplicidade de atores e culturas. Ao abordar a escola enquanto espaço de manifestação política, Moura (2013, p. 99) observa que “a escola, além de ser organizada com o fim de educar, também é um espaço de socialização, de trocas culturais e formação ética e moral; logo, propício à manifestação do político”.

Ao analisar o funcionamento dos grêmios estudantis e a gestão democrática das escolas, Zambon e Santos (2019, p. 46) apontam que

Os grêmios estudantis não podem ser entendidos como entidades isoladas dos outros processos que são desencadeados dentro da escola e também fora dela. Tanto os alunos que deles participam, quanto os próprios grêmios estudantis enquanto instrumentos de participação democrática, pertencem a uma dada sociedade e estão localizados no tempo e no espaço; ou seja, estão ligados a um contexto histórico e social que, em última análise, determinam limites e possibilidades de seu funcionamento.

Conforme as Diretrizes para Entidades de Gestão Democrática Escolar do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2008), o GE é a entidade que, na escola, permite que o educando desenvolva e exerça sua cidadania, sendo que exercê-la implica a vontade de reflexão, criatividade, consciência política e comprometimento coletivo, num processo que transforma a si e a sociedade.

Portanto, é mister que a escola assegure urgentemente a participação dos estudantes junto aos demais colegiados dela, sob o risco de alimentar a ausência do protagonismo estudantil e a sua exclusão dos fóruns de debates e decisões. Para Oliveira, Luiz e Silva (2022, p. 1427),

[...] a participação dos estudantes deveria ter como princípio possibilitar novas formas de produção e de relação social, de modo a oportunizar situações de atuação política capazes de fazê-los opinar e ter voz ativa frente aos planejamentos e às tomadas de decisões da escola, tornando-se, dessa forma, protagonistas de fato.

Participação essa assegurada em um conjunto de leis – dentre as quais destacamos a LF nº 7.398/1985 (Lei do Grêmio Livre), a LF nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a LF nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude). Somase a essas, no cenário local, a Lei Estadual nº 12.731/2003 (trata da garantia da liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio em Santa Catarina). Contudo, até que ponto esses dispositivos legais asseguraram a efetivação real de sua prática nas escolas?

O trabalho de Zambon e Santos (2019, p. 45) observa que “os estudantes têm grande dependência dos profissionais da escola para agirem. Sempre esperam a autorização e a ajuda deles”. Para esses autores, essa postura está relacionada à forma como nossa sociedade educa e se relaciona com os jovens, refletindo numa presença insignificativa ou até mesmo inexistente dos estudantes nos processos decisórios. “Tal situação está diretamente relacionada à forma como a gestão democrática no ensino foi implantada no Brasil”. (ZAMBON; SANTOS, 2019, p. 48). Segundo Oliveira, Luiz e Silva (2022), há uma limitação em relação à autonomia e à criatividade dos estudantes através de um direcionamento “externo” das ações das agremiações.

Sobre as relações entre o funcionamento dos grêmios estudantis, o texto de Zambon e Santos (2019, p. 41) observa que muitos alunos desconhecem o funcionamento do conselho de escola, quem são seus representantes em tal entidade, bem como as decisões que poderiam ser tomadas naquele espaço. Segundo os autores, a participação dos alunos fica restrita à apresentação de suas ideias para a equipe gestora da instituição.

No entanto, mesmo diante dos limites e das dificuldades característicos do atual momento, produto da ideologia vigente que inculca o desacreditar em saídas coletivas, o GE pode se apresentar como agente do debate coletivo.

Consoante Martins e Dayrell (2013, p. 1267), “[...] o grêmio se constitui como importante espaço de socialização para os jovens alunos, com ênfase na aprendizagem da vivência coletiva, no lidar com os conflitos e no exercício de escolhas, dentre outras”. No mesmo sentido, Dalberio (2008, p. 7) afirma que o GE deve ser visto como “um hábito saudável de reflexão e participação política, favorecendo o amadurecimento dos educandos perante os seus problemas e a experiência democrática, formando-se, desse modo, verdadeiros cidadãos”. Segundo Barbeiro, Salvador e Mezzaroba (2019, p. 663), “o protagonismo de jovens é contexto para construção de sua identidade, autoestima, autoconfiança, visando autonomia, sendo necessária cooperação, respeito mútuo, com sua participação criativa, construtiva e solidária”.

Protagonismo que se efetiva ao ocupar os espaços de debate coletivo que visam estimular a discussão e a troca de ideias, praticando a tolerância e o respeito, desenvolvendo projetos solidários que promovam o acesso aos bens culturais e aos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos.

3 METODOLOGIA

Na busca de responder à pergunta “Qual é a atuação do GE do CEDUPHH enquanto manifestação do protagonismo estudantil?”, foi desenvolvida essa pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, com coleta bibliográfica e documental, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários. A elaboração, a aplicação e a avaliação do PE também fazem parte da pesquisa.

Partimos da pesquisa bibliográfica e documental, quando foi realizada a busca de referências sobre o estado da arte das produções que se aproximam da nossa pesquisa. A busca se deu em bases de dados científicos: repositórios on-line de periódicos, teses e dissertações e, ainda, bibliotecas convencionais da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e da Fundação Cultural de Blumenau (FCB). Consideramos como principais termos de busca: grêmio estudantil, protagonismo estudantil, movimento estudantil, democracia, gestão democrática, educação profissional e tecnológica, formação integral, ensino médio integrado (EMI) e outros termos e expressões correlatos.

Após a coleta dos artigos, procedeu-se à análise preliminar, por meio de leitura dos resumos; em seguida, a seleção deles conforme os resultados apresentados em consonância com os questionamentos da pesquisa.

Constatamos o pequeno volume de registros referente ao protagonismo estudantil no cenário local e a ausência de pesquisa sobre o protagonismo estudantil dessa importante instituição pública estadual de ensino profissionalizante de SC.

Com base nesta realidade, incluímos, nos caminhos do método, a pesquisa documental nos arquivos do CEDUPHH e da FCB, a qual nos revelou que o movimento estudantil em Blumenau carece de uma sequência que o permita se enraizar na cidade. Ficou evidente a frequente ausência do GE no CEDUPHH, e essa realidade foi nossa bússola para as entrevistas.

Optamos, ainda, pelo uso da entrevista semiestruturada, pois, segundo Triviños (1987, p. 146), “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

As entrevistas foram realizadas com dois grupos. No primeiro, com o fito de nos apropriarmos de suas percepções acerca do problema da pesquisa, no interior da instituição, entrevistamos 8 personagens do CEDUPHH. Foram entrevistados desde

professores que atuaram nos primeiros anos de funcionamento do CEDUPHH e, hoje, estão aposentados, até professores que atuam no CEDUPHH atualmente e, enquanto estudantes, cursaram o ensino médio e/ou técnico na instituição. Desde profissionais do setor administrativo, coordenadores, professores do ensino técnico e professores do ensino regular até a profissional que trabalha na cozinha da escola. Desses, 3 atuam ou atuaram como docentes no ensino regular, 4 atuam ou atuaram como docentes na educação profissional e 1 atua como merendeira na instituição.

No segundo grupo, buscamos compreender os motivos da falta de sequência do movimento organizado de entidades autônomas representativas dos estudantes na cidade e contribuir com a construção de um caminho pavimentado para futuros pesquisadores que queiram se debruçar sobre o tema. Para isso, ouvimos 7 sujeitos que protagonizaram a prática do movimento estudantil secundarista em Blumenau em tempos pretéritos.

Outra técnica de investigação utilizada foi o questionário, aplicado junto aos estudantes do EMIEP, com o intuito de compreendermos as ações ou o imobilismo da representação estudantil nessa instituição. Essa técnica possibilita atingir um número grande de pessoas, garantir o anonimato das respostas e, conseqüentemente, a liberdade do respondente em expor sua opinião dentro da sua disponibilidade de tempo (ZANELLA, 2013). Do total de 148 estudantes convidados, 70 deles devolveram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). No entanto, 30 desses não atenderam aos requisitos necessários para autorizar a participação do estudante. Desta forma, responderam ao questionário 40 estudantes, regularmente matriculados no 2º ou 3º ano do EMIEP, sendo 31 estudantes do sexo feminino e 9 do sexo masculino, todos com idade igual ou superior a 15 anos.

Para o tratamento dos dados, foram empregados os conceitos abordados por Bardin (1977) sobre a análise de conteúdo, apontada por Triviños (1987, p. 159) como “a obra verdadeiramente notável sobre a análise de conteúdo”. Seu uso é empregado no estudo das “motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (BARDIN, 1977, p. 106). Triviños (1987, p. 169-170) acrescenta que o método pode ser empregado “para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza”.

Realizada a escolha dos documentos e a coleta dos dados, sua organização e a leitura flutuante do material, quando estabelecemos contato com os documentos e conhecemos os textos. Atendeu-se às etapas do método de Análise de Conteúdo, para ser possível classificar as categorias e proceder à análise das fontes coletadas, conforme se observa no Apêndice I. Desse modo, foram estabelecidas as categorias: democracia; direito de organização; grêmio estudantil; imobilismo; liberdade de expressão; privatização e protagonismo estudantil.

3.1 DOCUMENTOS

Na busca de identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e ao protagonismo estudantil, bem como identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola, nosso interesse recaiu sobre os documentos que confirmassem a participação dos estudantes.

De acordo com Vidal (2005, p. 23-24), quando

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhes elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

No CEDUPHH foram consultados os seguintes documentos: a) Plano Político Pedagógico (PPP) de 2021; b) Plano de Gestão Escolar (PGE) – anexo ao PPP de 2021; c) Regimento do Conselho Deliberativo Escolar (CDE) de 2017; d) Atas da Associação dos Servidores do Centro Interescolar de 2º Grau de Blumenau “Hermann Hering” de 1980 a 1989; e) Atas da Associação Atlética e Recreativa do Centro Interescolar de 2º Grau de Blumenau “Hermann Hering” de 1980 a 1991; f) Atas da Associação dos Servidores da Escola Técnica Hermann Hering de 1989 a 1991; g) Atas de Reuniões Administrativas desde 1979; h) Atas do CDE de 2017 a 2022; i) Atas do Conselho Comunitário do Centro Interescolar de 2º Grau de Blumenau “Hermann Hering” de 1983; j) Ata da criação da Cooperativa dos Alunos do Centro de Educação Profissional Hermann Hering (COOPERHERMANN) em 1989 e da sua dissolução em 2019; k) Acervo fotográfico. Após o levantamento dos documentos, para a constituição do corpus, foram considerados os documentos: a, b, c, g, h, i, j e k.

A pesquisa bibliográfica revelou um número considerável de trabalhos que abordam a participação do movimento estudantil no espaço macro (nacional). No entanto, no que se refere ao espaço do CEDUPHH, entendemos que a ausência de informação deve ser considerada também e, desta forma, sugere um acentuado imobilismo.

Diante dessa lacuna, buscamos os registros de passagens importantes no espaço local e regional, seja do movimento estudantil em Blumenau ou no estado de Santa Catarina. Para isso, fizemos buscas no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, da FCB, quando nos debruçamos sobre os números da publicação “Blumenau em Cadernos”, bem como das edições do jornal “Canal Novo” e do jornal “O Estudante” (respectivamente, Apêndices C, D e E). As informações encontradas nesses documentos confirmam as frequentes interrupções do movimento estudantil no cenário local e nos apontaram sujeitos posteriormente convidados para as entrevistas.

3.2 ENTREVISTAS

Com o fito de compreender essa ausência ao longo da existência da instituição, aplicamos as entrevistas. A entrevista semiestruturada “mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do autor” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). O mesmo autor destaca, ainda, que a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Adotamos a transcrição literal (*ipsis litteris*) com a identificação alfanumérica, sendo preservada a confidencialidade do participante.

Realizada a entrevista, o próximo passo foi a sua transcrição. Superada esta etapa, fizemos a devolutiva da entrevista ao entrevistado, para que ele pudesse se manifestar. Só após o parecer do entrevistado, consideramos o material pronto para fase de análise.

Após a codificação dos textos, com base no referencial teórico, atribuímos as categorias.

No texto, quando aparecerem citações dos entrevistados, adotamos a identificação alfanumérica dividida em duas partes, em que a primeira parte representa o número da entrevista, e a segunda parte, o grupo ao qual pertence o

entrevistado. Dessa forma, para exemplificar, o entrevistado 2, membro da educação profissional, foi identificado como E2EP; o entrevistado 9, membro do movimento estudantil em tempos pretéritos, foi identificado como E9ME, e assim sucessivamente.

3.3 QUESTIONÁRIOS

Por fim, para compreendermos as ações ou o imobilismo da representação estudantil nesse espaço escolar, o quanto os estudantes se sentem participantes e comprometidos na criação de uma nova compreensão da democracia no espaço escolar, aplicamos o questionário aos estudantes do 2º e 3º anos do EMIEP do CEDUPHH.

Apoiados na pesquisa bibliográfica, documental e nas informações que se apresentaram a partir das entrevistas, formulamos as questões. Inicialmente, convidamos 6 estudantes do 2º e 3º anos do EM de outra instituição vinculada à rede pública estadual de ensino, para responderem ao questionário e apresentarem sugestões para inclusão, exclusão ou alteração de alguma questão. Essa aplicação foi utilizada na forma de ensaio, e suas respostas não foram consideradas para a pesquisa.

A partir daí, consideramos o questionário aplicável. Os convites foram entregues nos dias 1º e 2 de agosto de 2022, com prazo até o dia 11 do mesmo mês para devolutiva do TCLE e/ou TALE. Contamos com o apoio do CEDUPHH, que cedeu espaço e tempo, para que os estudantes que concordaram em participar da pesquisa respondessem ao questionário na instituição. No dia 12 de agosto de 2022, os estudantes do EMIEP tiveram acesso ao laboratório de informática, para acessar individualmente o questionário e respondê-lo.

Apenas 47,29% dos convites retornaram e 27,02% responderam ao questionário. Contudo, durante a pesquisa documental, constatamos que essa baixa adesão aos momentos de “opinião” não é um fato isolado. Citamos, como exemplo, os registros referentes a essa ausência nos momentos de decisão coletiva encontrados no livro de atas do CDE, em que, devido à falta de quórum mínimo de 30% por parte do segmento dos pais, foi necessário realizar 4 chamadas em datas diferentes para a votação do segmento dos pais para diretoria do CDE.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS APÓS A APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS

A partir da pesquisa bibliográfica, identificamos que o direito à liberdade de organização dos estudantes secundaristas resulta da luta e organização de várias gerações por mais de um século. Direito observado nas leis federais nºs 7.398/1985, 8.069/1990 e 12.852/2013, e através da Lei estadual nº 12.731/2003. No entanto, é a prática dessas leis no cotidiano que assegura o protagonismo estudantil, favorecendo o diálogo, a construção coletiva e o trabalho em grupo. Do contrário, a escola corre o risco de limitar a mobilização coletiva.

Buscando compreender as ações ou o imobilismo da representação estudantil nesse espaço escolar, o questionário aplicado aos estudantes consta de 13 questões:

1. Você sabe o que é o GE?
2. Você conhece as leis que tratam do direito de organização dos estudantes?
3. Para você, o ambiente escolar favorece o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho em grupo?
4. No seu modo de ver, a escola estimula o protagonismo estudantil?
5. Os estudantes participam da construção do PPP?
6. Como ocorre a participação dos estudantes no Conselho de Classe (CC)?
7. Os estudantes participam das reuniões do CDE?
8. Quais questões os estudantes levam ao CDE?
9. Os estudantes são incentivados a realizar iniciativas dentro e/ou fora da escola?
10. Quais são as iniciativas, dentro e/ou fora da escola, promovidas pelos estudantes?
11. No seu modo de ver, há uma política de fortalecimento do GE no interior da instituição?
12. Você se sente estimulado a ter voz (ser ouvido) no ambiente escolar?
13. Para você, o que caracteriza a escola como espaço democrático?

4.1.1 Grêmios Estudantil

As questões 1, 2 e 11 abordam o conhecimento dos estudantes sobre o GE e as leis que lhes garantem o direito de se organizar, exigir e, sempre que necessário, lutar por seus direitos.

Figura 1 - Você sabe o que é o Grêmios Estudantil?



Fonte: elaborada pelo autor.

Apesar de 97,5% dos estudantes afirmarem que já ouviram falar no GE, apenas 52,5% dos participantes responderam saber o que é GE.

Conforme ilustra a Tabela 1, a compreensão sobre o GE se apresenta de forma bastante dispersa. Não ficam claras as possibilidades que se apresentam a partir do GE. Possivelmente, a sua ausência no interior do CEDUPHH ajuda a refletir tal dispersão. Segundo os registros internos, o GE só esteve presente nos anos de 1987, 1988, 1993 e 1994. Percebe-se um intervalo que dialoga com a passividade, sendo que o GE só voltou a marcar presença no período de 2015 a 2019. A declaração de um dos entrevistados representa essa realidade como uma característica do movimento estudantil local:

E10ME

[...] os grêmios que eu pelo menos assim, por mais do nosso esforço, em levar, em fazer essa comunicação é... nesse... muito... o que a gente observava muito, é que não tinha os trabalhos, eles tinham uma dificuldade muito grande em ter uma continuidade. E isso sempre foi uma questão que a gente observou, mesmo antes assim, da reformulação da União Blumenauense dos Estudantes.[...] talvez os grêmios conseguissem ter uma continuidade né, que não acabasse de uma gestão para outra e tentar implementar essa cultura. Mas, pelas nossas próprias dificuldades, a gente não conseguiu né, e não

conseguimos isso nem dentro da própria União Blumenauense dos Estudantes. Mas isso eu observava nas gestões anteriores também, porque a gente refunda a UBE, mas num hiato relativamente longo assim, que a entidade não estava funcionando. E anteriormente a minha gestão, foi da mesma forma praticamente, então isso era um problema bem constante assim, de a gente não conseguir dar essa continuidade no trabalho, justamente esse problema de não ter, não conseguir implementar uma cultura de movimento estudantil, de participação.

No cenário interno, para além do GE, os documentos e as entrevistas demonstram ser raros os momentos em que os estudantes foram chamados ao debate. A exceção faz referência a COOPERHERMANN¹⁵, como será relatado mais à frente.

Considerando que o CEDUPHH não oferta o ensino fundamental, a maioria dos estudantes que hoje frequenta o EMIEP teve seu ingresso na instituição já sem a existência do GE e da COOPERHERMANN, extinta em 2019.

Tabela 1 - Respostas sobre conhecimento a respeito do GE

Como reconhece o GE	Participantes
Uma organização que busca ajudar os alunos junto a direção da escola.	2
É uma forma de organizar ou hierarquizar o colégio.	1
É o canal de comunicação dos alunos com a escola.	3
É um meio de os alunos falarem o que eles querem como melhoria, além de fazer com que os alunos tenham voz.	4
É um grupo que representa as vontades dos alunos de uma escola. Se unem para decidir e resolver coisas a respeito da escola.	18
Criam uma chapa e o vencedor cria e participa de atividades.	4

Fonte: Elaborada pelo autor.

Questionados sobre as leis que tratam do direito de organização dos estudantes, somente 10% declararam conhecê-la. Ao negar o interesse em se apropriar dos seus direitos, o jovem permite a condição de submeter-se ao papel de mero espectador ou ator, no que tange às determinantes que constituem a cultura escolar.

¹⁵ Ao final da década de 1980, a Fundação Mantenedora da Escola Técnica Hermann Hering (FESC) passou por uma grave crise financeira, o que levou à criação da COOPERHERMANN no dia 3 de junho de 1989. Esta Cooperativa dos alunos da escola teve funcionalidade durante longo período e foi extinta em 2019, pois deliberou-se que, como o CEDUPHH é uma escola de ensino médio, considera-se que sua manutenção deve ser feita com recursos do governo do estado, como as demais escolas estaduais (CEDUP, 2021).

Figura 2 - Você conhece as leis que tratam do direito de organização dos estudantes?



Fonte: elaborada pelo autor.

O PGE do CEDUPHH (CEDUP, 2021) cita como objetivo geral proporcionar educação de qualidade, primando pela aprendizagem do estudante, bem como pela sua *formação como ser integral*, por meio de ações pedagógicas voltadas para a *autonomia e o exercício da cidadania*, tendo por princípio a *gestão democrática*. O documento destaca, ainda, que o gestor escolar tem a função de garantir a participação efetiva das entidades democráticas nas tomadas de decisões e promover a transparência dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Segundo Zabala (2014, p. 153-154),

Em muitas escolas já é habitual encontrar declarações de princípios que consideram como função básica a formação de cidadãos democráticos capazes de atuar com autonomia e responsabilidade. Portanto, se trata de escolas que têm considerado como conteúdos de aprendizagem os valores e as atitudes democráticas, o espírito crítico, a responsabilidade pessoal, a aceitação das opiniões dos demais, a autonomia de pensamento e outros conteúdos de caráter atitudinal.

Assim sendo, os espaços de manifestação dos estudantes configuram importantes ambientes de socialização, permitem o pensamento crítico e ampliam a vivência escolar significativamente. Através deles, os estudantes criam vínculos e sentimentos de pertencimento que vão além da sala de aula. Neles, tende a se identificar “a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação” (HOOKS, 2017, p. 12).

Dominação presente quando Estado e escola atuam para reforçar o pensamento reacionário. Quando pratica “a informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que

geralmente ignora o seu entorno, pondo-se a serviço de quem tem os bastões de comando” (SANTOS, 2020a, p. 257-258).

A partir da consciência de “que a escola é um local de disputa, e a classe trabalhadora tem interesse na quantidade ou na qualidade do saber que se pode veicular através dela” (FRIGOTTO, 2010, p. 183), o compromisso é com “a formação de sujeitos emancipados e autônomos e, portanto, de trabalhadores que também possam ser dirigentes” (MOURA, 2014, p. 33).

A importância de garantir a liberdade de expressão dos estudantes também foi evidenciada nas entrevistas, conforme segue:

E12ME

[...] no CEDUP, se não tem, acho que é emergente, é pra ontem a organização do Grêmio Estudantil, a reorganização da União Blumenauense dos Estudantes, para que consiga manter os estudantes organizados, como qualquer outra classe né, eles precisam ter seus espaços pra discussão.

Quanto à necessidade de assegurar o debate no espaço escolar, essa é anunciada por Freire (2013, p. 88):

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública que entre nós vem sendo tratada como coisa privada, mas como coisa privada que despreza.

Portanto, o compromisso não é somente com a possibilidade da empregabilidade, mas, sim, com a perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano nos mais variados aspectos.

Ao mesmo tempo que 72,5% dos estudantes (Figura 3) desconhecem qualquer política de fortalecimento do GE, há uma certa contradição neste aspecto, pois as figuras 4 e 5, que serão apresentadas adiante, mostram que, para esses estudantes, a escola possibilita – ainda que não de forma constante – o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho em grupo.

Figura 3 - Há uma política de fortalecimento do GE no interior da instituição?



Fonte: elaborada pelo autor.

Consideramos que a existência da COOPERHERMANN (1989-2019) exerceu papel determinante para esta realidade, já que ela exercia, inclusive, funções financeiras na instituição.

4.1.2 As limitações impostas pela conjuntura

Esse processo de “privatização”, em que “[...] o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria acessível apenas aos que têm poder aquisitivo para adquiri-la” (CHAUÍ, 2001, p. 20), esteve fortemente presente nas entrevistas:

E11ME

O que eu lembro, principalmente dessa questão de Grêmios Estudantis, que era muito difícil lá na Escola Técnica Hermann Hering na época, era a questão da cooperativa. Questão da cooperativa era um negócio que meio que travava as coisas assim né, então a coisa não andava muito.

E1EP

[...] cooperativa dos alunos, ela bancava muita coisa no colégio.

E2EP

Quando eu era aluno a cooperativa era muito forte, tanto é que tinha médico pela cooperativa.

E4EP

[...] não havia um Grêmios atuante, apenas a cooperativa que representava os alunos.

Contudo, tão frequente quanto o que classificamos como privatização, foram as referências nas entrevistas com os profissionais do CEDUPHH ao termo “falta de

estrutura”, acusando a ausência ou insuficiência de estrutura física, material ou financeira como justificativa para o processo de privatização:

E1EP

Estado era muito moroso, demorava muito.

E2EP

[...] esperar as verbas do Estado, às vezes vem de um ano para o outro, tudo é licitação.

E3EP

[...] as verbas que vêm do governo para uma escola técnica é muito pouca.

E7EP

[...] após o fechamento da... da cooperativa, é... a gente assim... não vou dizer... o nosso nível educacional é igual, mas nas aulas práticas a gente acaba perdendo muito né, porque... é... pela falta dos materiais, pela falta do né.... da manutenção dos laboratórios tudo mais.

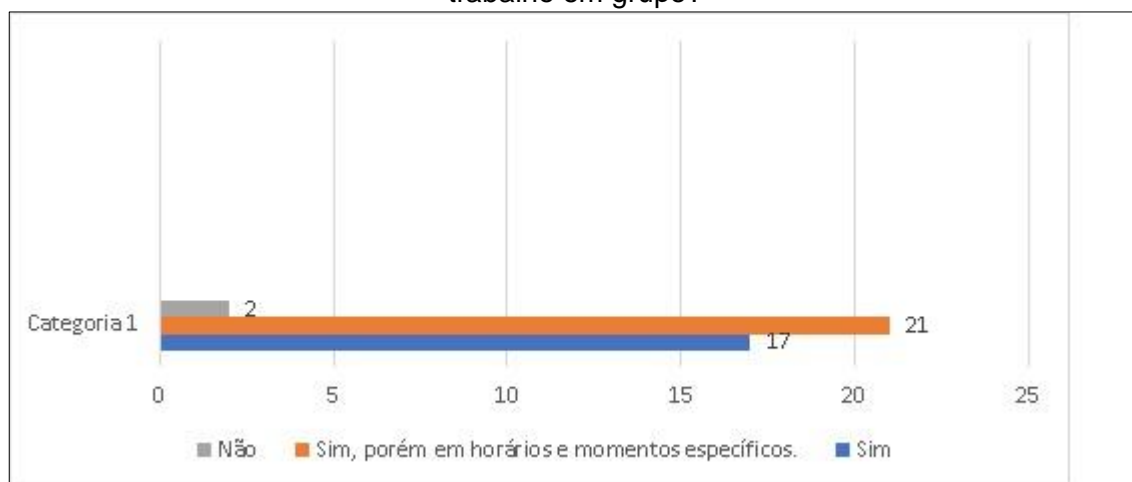
A adesão (de forma voluntária ou não) ao processo de mercantilização do ensino na instituição colabora para a ocorrência de práticas fundadas no individualismo e na competitividade, que marcam a sociedade contemporânea.

4.1.3 Protagonismo estudantil

Nas questões 3, 4 e 9, a atenção é com o protagonismo dos estudantes por meio das ações coletivas no espaço escolar.

Para 95% dos estudantes, o ambiente escolar favorece o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho em grupo. Porém, 52,5% destacam que isso ocorre de forma esporádica.

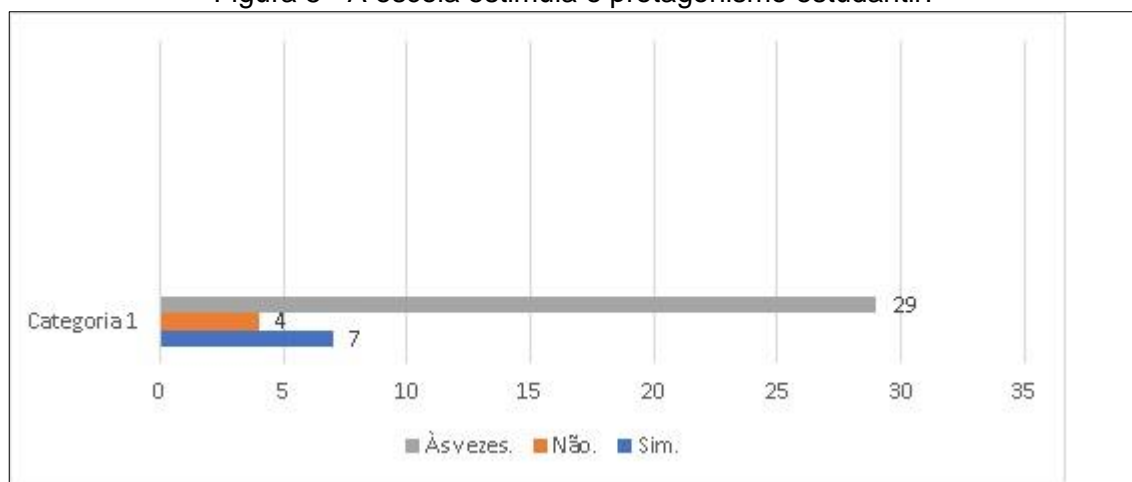
Figura 4 - O ambiente escolar favorece o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho em grupo?



Fonte: elaborada pelo autor.

Esse estímulo de maneira parcial, em momentos específicos, foi reforçado na questão seguinte, quando perguntados se a escola estimula o protagonismo estudantil. Para 90%, sim, porém, para 72,5%, esse estímulo não acontece de forma contínua.

Figura 5 - A escola estimula o protagonismo estudantil?



Fonte: elaborada pelo autor.

Mais do que um dado isolado do CEDUPHH, como podem sugerir os dados dos questionários, as entrevistas nos ajudam a compreender que essa realidade faz parte de uma característica local. A ausência de um processo contínuo de organização coletiva dos estudantes pertence ao retrato da região. Ao analisar o movimento estudantil, foram frequentes as referências ao processo de construção e/ou reconstrução.

E2EP

[...] depois a gente até... (agora eu estou falando como professor), a gente tentou montar um Grêmio algumas vezes, mas, ele se dissipou todas as vezes, não foi para frente.

E6EP

[...] tinha Grêmio Estudantil aqui no colégio, eu não me lembro a data, mas acho que só teve uma vez ou duas.

E9ME

[...] durante é vários anos nós tivemos tentativas de fazer reuniões, de ter representantes de diferentes escolas de Blumenau e essas reuniões elas eram, aconteciam, ou em alguns sindicatos que nos cediam uma sala, ou então no Salão Porta Aberta. E a nossa tentativa era sempre ter uma representatividade para fazer a reativação da União Blumenauense dos Estudantes.

E10ME

Como no município também, através de relatos que a gente teve através de acesso a pessoas que tinham feito parte do movimento na nossa cidade há gerações. Assim, as vezes que a gente descobria num golpe de sorte praticamente né, por não haver justamente essa continuidade.

E11ME

[...] nesse ano de 95, o que aconteceu foi a reconstrução da União Blumenauense dos Estudantes.

E12ME

[...] a União Blumenauense dos Estudantes ela estava desativada durante os anos de 2017, 2018.

Realizamos um levantamento em fevereiro de 2022, junto às escolas de EM da Coordenadoria Regional de Blumenau, e constatamos que essa ausência permanece em muitas instituições de ensino. Das 32 escolas questionadas, obtivemos a resposta de 20 delas, sendo que destas a metade afirmou não possuir o GE constituído atualmente.

Enquanto característica local, não se trata de um fato novo. Os trechos que seguem ajudam a entender os limites:

E9ME

[...] dependia muito do perfil do diretor da escola [...] eles eram indicados e por ser indicados então, dependendo né duma posição política que existia na época, aquele diretor ele era ou mais conservador, ou mais liberal né. Então em algumas escolas a gente sim, tinha uma dificuldade de entrar, dependendo do posicionamento político do diretor.

E11ME

E eu tive bastante, como eu já relatei desde o começo, muita resistência lá no [...], principalmente até o próprio diretor.

E12ME

A gente lida muito com as direções das instituições de ensino, então aí depende muito da linha de cada instituição. Quando a gente vai ao município lidar com a rede municipal, depende muito da rede né, do direcionamento que essa rede tem.

[...]

Algumas escolas, as direções não nos recebiam, não queriam que a gente passasse em sala.

[...]

Então a gente tinha muita parceria por parte de alguns professores e dos estudantes, e alguns empecilhos também por parte de algumas direções.

Essas dificuldades para uma proposta democrática são anunciadas por Freire (2006, p. 133) quando observa que, “considerando nossas tradições autoritárias, era de se esperar que, em alguns casos, a autoridade hipertrofiada de algumas diretoras de escolas tentasse asfixiar o conselho no seu nascimento”. Ainda que no texto o autor faça referência ao que conhecemos por CDE, entendemos que a observação pode ser aplicada aos demais segmentos de representatividade.

Se a escola tem a intenção de romper com essa forma de atuar, os estudantes precisam identificar nela o direito de propor, criar e questionar.

A importância do envolvimento dos estudantes em pautas sociais também foi identificada nas entrevistas, sendo citada em 57 ocasiões. Apresentamos como exemplo:

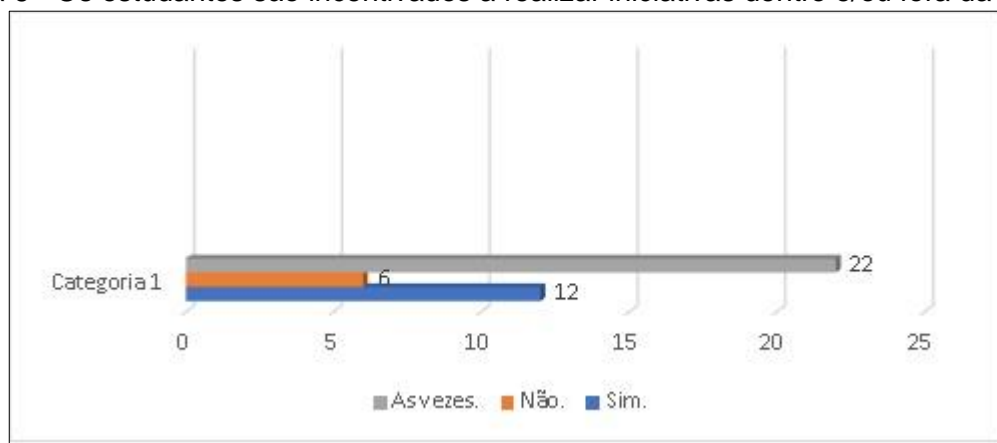
E9ME

[...] quanto maior a vulnerabilidade da região onde a escola estava né, mais envolvimento da comunidade né. Então, o Grêmio já atuava para fora dos muros da escola e toda a pauta de movimento estudantil dessa minha época sempre teve ligada a situação social e econômica do país né, então a gente nunca teve uma pauta que fosse somente o papel do Grêmio na escola. A gente sempre se engajava em lutas de outros movimentos né, movimentos sindicais, alguma... em relação a alguma comunidade próximo de alguma escola, se envolvia com as questões nacionais também né.

E12ME

[...] o movimento estudantil, acho que a principal participação dele é de fato defender os estudantes. Mas na vida individual de cada um, é essa disputa de ideia, essa constante discussão sobre a sociedade que está inserido.

Figura 6 - Os estudantes são incentivados a realizar iniciativas dentro e/ou fora da escola?



Fonte: elaborada pelo autor.

A realidade ilustrada na Figura 6 dialoga com os dados apresentados nas figuras 4 e 5. Conforme exposto na figura acima, o incentivo para que os estudantes realizem iniciativas ocorre ocasionalmente.

A tabela a seguir reflete quais são as principais iniciativas oriundas dos estudantes.

Tabela 2 - Iniciativas promovidas pelos estudantes.

Iniciativas promovidas pelos estudantes	Participantes
Organização de eventos culturais e esportivos, internos e externos.	5
Projetos que incentivem o acesso cultural.	6
Representação aos atores da escola	3
Não foram identificadas iniciativas	8

Fonte: elaborada pelo autor.

As iniciativas apontadas pelos estudantes na Tabela 2 corroboram com a afirmação de Dalberio (2008, p. 7), quando a autora ressalta que “um grêmio participativo e dinâmico pode promover campeonatos, excursões, bailes; organizar debates para discussões de temas interessantes; confeccionar o jornal do Grêmio; eleger Grêmio Júnior, dentre outras atividades”. No mesmo sentido, ao analisar as ações do grêmio, Moura (2013, p. 100) apresenta que “palestras, assembleias, concursos literários, competições de música, apresentações de peças teatrais e

debates com candidatos a cargos públicos são apenas alguns exemplos de eventos organizados por seus integrantes”. A mesma autora observou que a quase totalidade das ações do grêmio eram centralizadas no colégio.

No entanto, é necessário ter a clareza de que, ao situar a escola como instituição produto de relações sociais, não

[...] podemos esquecer que a escola está inserida em um contexto sociopolítico e, assim, o grêmio estudantil também faz parte dessa conjuntura. Neste campo, sua atuação com a comunidade e também o seu envolvimento político no cenário municipal, estadual ou nacional são de grande relevância. (BARBEIRO; SALVADOR; MEZZARROBA, 2019, p. 657)

Neste sentido, não há como ignorar a informação de que, para 36,3% dos que opinaram, não são identificadas iniciativas por parte dos estudantes.

Quanto mais conscientes os estudantes estiverem de que aquilo que é produzido na escola lhes pertence e é destinado a eles, mais próxima estará a superação dos desafios e preconceitos que se apresentam no dia a dia.

4.1.4 Democracia

O terceiro e último “bloco” envolve as questões 5, 6, 7, 8, 12 e 13 e contempla perguntas que dialogam com a temática democracia. Democracia entendida como “tendo o objetivo de ampliar a capacidade de influência popular sobre as decisões públicas” (MIGUEL, 2018, p. 7).

Para 90%, os estudantes participam da construção do PPP. A participação coletiva nos espaços de debate e decisões da escola constitui-se um importante meio capaz de ressignificar a escola. Segundo Veiga (2005, p. 9),

[...] a principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.

Ao construir coletivamente o PPP, a comunidade escolar tem a possibilidade de romper com o passado e projetar o futuro por meio da construção do presente, com a possibilidade de superar a tutela do poder estatal e aprender a reivindicar, planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício da comunidade escolar.

Figura 7 - Participação na construção do PPP



Fonte: elaborada pelo autor.

Questionados sobre a participação no CC, 45% destacam que ela acontece com os estudantes de cada turma, em momento específico (pré-Conselho) que antecede o CC. Segundo 22,5% dos que responderam, a participação no CC é permitida aos representantes de turma.

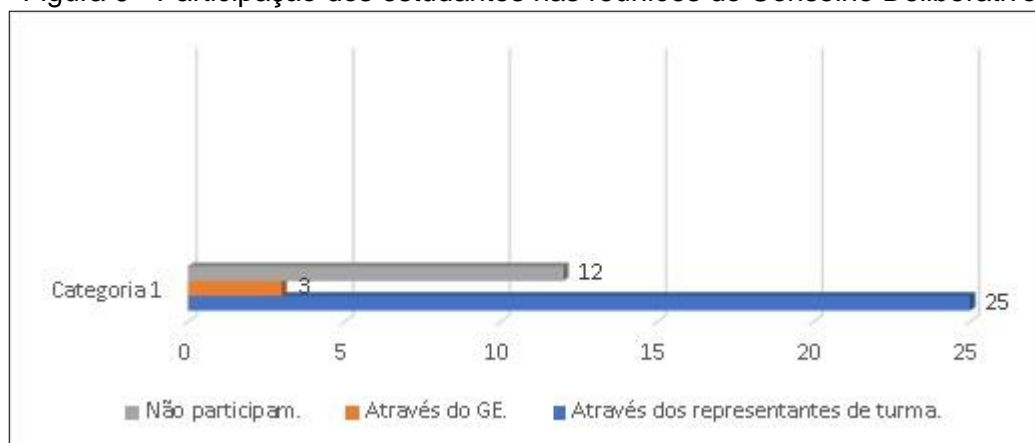
Figura 8 - Participação dos estudantes no Conselho de Classe.



Fonte: elaborada pelo autor.

Já quando o tema é a participação no CDE, o percentual dos que anunciam que não há a participação dos estudantes salta dos 10% nas duas questões anteriores (PPP e CC) para 30%. Conforme 62,5%, os representantes de turma se fazem presentes nas reuniões do CDE, enquanto, para 7,5%, quem participa é o GE.

Figura 9 - Participação dos estudantes nas reuniões do Conselho Deliberativo



Fonte: elaborada pelo autor.

Partindo do princípio de que o CDE abrange os representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, consideramos importante buscar identificar as questões que os estudantes consideram ser prioritárias.

Tabela 3 - Respostas sobre a participação dos estudantes no CD

Questões que os estudantes levam ao Conselho Deliberativo	Participantes
Questões de convivência/relacionamento	6
Assuntos de caráter pedagógico.	8
Aplicação dos recursos e infraestrutura	4
Não levantam questões	8

Fonte: elaborada pelo autor.

Conforme a Tabela 3, aproximadamente, um terço das respostas informa que os estudantes “não levantam questões” durante os encontros do CDE. A tabela sugere uma atuação desconectada da expressão do coletivo, como se os representantes, após eleitos, atuassem como que autorizados por procuração como representantes dos estudantes, expondo a ausência do debate público, na busca de esclarecer quais temáticas interessam aos estudantes.

A realidade expõe certa dificuldade dos estudantes em compreender que

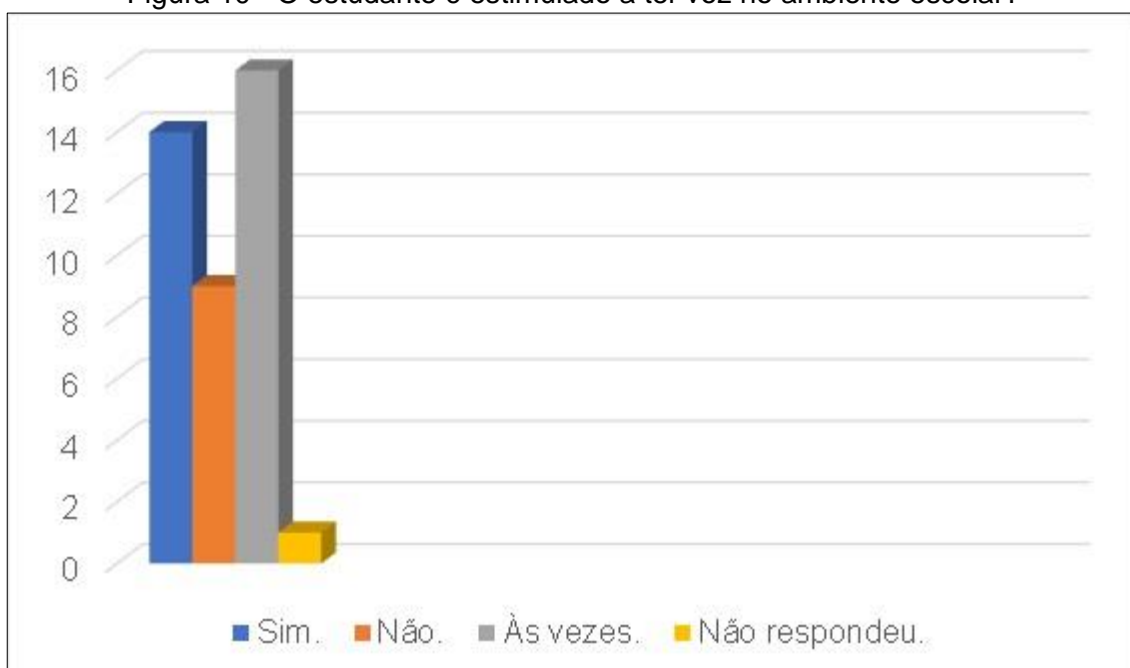
[...] ao participarem activamente no desvelamento da sua realidade e no processo de criação do seu próprio conhecimento, os indivíduos constroem-se enquanto *sujeitos* (e ‘produtores’), rompem com a anterior condição de *objectos* (ou de ‘pacientes’), adoptam uma

'postura conscientizadora' e adquirem novas capacidades de luta e de interferência nos processos de decisão, isto é, tornam-se mais livres e autônomos. (LIMA, 2002, p. 82, grifos do autor)

Aqui, é importante retomar a questão 11: "Há uma política de fortalecimento do GE no interior da instituição?", pois a resposta é que, para 72,5% dos estudantes questionados (Figura 3), não há qualquer movimento em prol do fortalecimento do GE na instituição.

Considerando o objetivo deste estudo, questionamos também se os estudantes se sentem ouvidos no ambiente escolar. Os espaços de manifestação dos estudantes configuram importantes ambientes de socialização, permitem o pensamento crítico e ampliam a vivência escolar de forma significativa. Para Pistrak (2018) e Zabala (2014), a assembleia pode ser apontada como um instrumento valioso para promover e potencializar valores e atitudes, em que os estudantes desenvolvem o senso crítico, de responsabilidade e pertencimento.

Figura 10 - O estudante é estimulado a ter voz no ambiente escolar?



Fonte: elaborada pelo autor.

A última pergunta buscou instigar os estudantes a refletirem sobre a escola enquanto espaço democrático. Destacamos que apenas 65% dos participantes se disponibilizaram a respondê-la. Se considerarmos que 4 destes responderam "não saber", esse índice cai para 55%.

Tabela 4 - Espaço democrático

A escola como espaço democrático	Participantes
Existência de espaço para debate	7
A prática do voto	3
Espaço onde os estudantes são ouvidos	7
Participação dos estudantes nas decisões	5
Responderam que "não sabe"	4

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao valorizar a importância das relações na sociedade e no mundo, é importante reconhecer que “os diferentes modos de se vincularem os fazem diferentes e os possibilitam assim a contribuírem, a seu modo, na complexa construção do todo social e de sua própria existência” (FREIRE, 2013, p. 21-22).

Ainda que o presente seja resultado da história em movimento, diante da ausência de outras formas de protagonismo estudantil, conforme demonstrado nos dados ao longo deste capítulo, reconhecemos a importância do GE na atualidade. Contudo, não ignoramos a relevância de superar o GE enquanto objeto fixado (ou seja, imaginá-lo como em outros momentos) e considerar outras formas de protagonismo. Entretanto, mesmo diante dessa perspectiva, entendemos o GE como travessia para essa nova realidade.

Desta forma, propusemos um PE que se apresenta em forma de HQ, por meio do qual buscamos estimular e problematizar o protagonismo estudantil, reconhecendo os estudantes enquanto *sujeitos do presente*. A HQ ilustra a importância de os estudantes se organizarem para assumirem seus direitos e deveres. Ao final da história, uma linha do tempo busca ilustrar que os fatos sociais não são isolados, mas, sim, diacrônicos, com sua evolução e suas contradições, constituindo um processo em desenvolvimento, em constante relação com o que está à sua volta. Segundo Le Goff (1990, p. 477), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Esperamos contribuir para a reflexão acerca da importância do respeito às diferenças de opinião, ideias, preferências e comportamentos, independentemente de sua origem cultural, étnica ou política.

4.2 PRODUTO EDUCACIONAL

O PE, em forma de HQ (material textual), disponibilizado no formato digital, busca uma exposição dinâmica do conteúdo, transmitindo a mensagem de forma atrativa e descomplicada, por meio de textos, ilustrações e hiperlink. De acordo com Kaplún (2003, p. 46), “entendemos por material educativo um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado”. Conforme Rizzatti *et al.* (2020), o PE se enquadra na tipologia “material didático/instrucional”.

Para Silvério e Rezende (2012, p. 224),

[...] nas HQs, assim como nos desenhos das cavernas, as imagens não são aleatórias, nem tampouco com finalidade exclusiva de entretenimento. Elas comunicam mensagens de grande importância, possibilitando leituras repletas de informações, juntamente com narrativas de variados assuntos, acompanhando a evolução histórica que acontece continuamente.

De acordo com Santos e Vergueiro (2012, p. 83), “a partir de 1970, já era possível encontrar narrativas gráficas sequenciais em livros didáticos brasileiros”. Nas palavras desses autores,

[...] esses quadrinhos sintetizavam ou exemplificavam, em uma ou mais vinhetas, o conteúdo do tópico ou do capítulo. Utilizando a linguagem característica dos quadrinhos (balões de fala, recordatórios etc.), estes eram usados para suavizar a diagramação e complementar de forma mais leve o texto didático. (SANTOS; VERGUEIRO, 2012, p. 83)

Com relação ao uso das HQs por educadores e outros membros da comunidade escolar, Silvério e Rezende (2012, p. 231) destacam que

[...] nos dias atuais seu valor pedagógico tem demonstrado que a união didática de seus elementos fazem (sic) delas um instrumento de grande potencial que contribui para um leitor que não se limita aos muros escolares, mas um leitor assíduo e conhecedor da relevância do ler.

Afinal, “o gênero discursivo HQs, muito mais do que páginas multicoloridas e humorísticas, propõe leituras que exploram signos diversificados, contribuindo para que o aluno possa ampliar e aprofundar aquilo que lê, ou seja, dar sentido à leitura” (SILVÉRIO; REZENDE, 2012, p. 224).

A elaboração da HQ deu-se com base nas respostas dos estudantes durante o questionário, nos depoimentos dos entrevistados e no referencial teórico. O enredo

da história acontece em uma escola, onde um grupo de estudantes dialoga com o professor e a coordenadora pedagógica. O diálogo aborda a importância do trabalho coletivo e do espaço democrático, destacando que a formação humana integral articulada a uma proposta emancipatória exige o respeito à opinião dos estudantes e o estímulo ao seu envolvimento no processo de construção social. Ao final da história, apresentamos como anexo uma “Linha do Tempo”, que recorda momentos importantes do movimento estudantil, lutas e conquistas sociais.

A Linha do Tempo (material textual e audiovisual), desenvolvida com a ferramenta *Padlet*, busca uma exposição dinâmica do conteúdo e a transmissão de uma mensagem atrativa e descomplicada, por meio de textos, ilustrações e vídeos. A pesquisa histórica permite contextualizar os acontecimentos do passado, relacionando-os com o momento presente, sendo fundamental para compreender a atualidade. Apesar do risco que o seu uso pode sugerir, de imaginar a História como um processo linear, em um único “sentido”, que fique claro não ser esse o objetivo desse produto. A Linha do Tempo apresenta os fatos sociais não como acontecimentos isolados, mas, sim, diacrônicos (ocorrem ao longo do tempo), constituindo um processo em desenvolvimento, em constante relação com o que está à sua volta. Santos (2020a, p. 140) destaca que “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas”.

A atualidade é o resultado de uma construção histórica e, nesse sentido, a Linha do Tempo apresenta momentos importantes ao longo da história, sua evolução e suas contradições, demonstrando que os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, com destaque para a participação organizada dos estudantes. Ao tratar das relações entre tempo e espaço, Santos (2020a, p. 54) assevera que, “em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se”.

Desta forma, o PE busca estimular e problematizar o protagonismo estudantil, reconhecendo os estudantes enquanto *sujeitos do presente*, capazes de assumir o protagonismo da própria história, valorizando o trabalho coletivo como princípio educativo e a capacidade de organização dos estudantes.

Esperamos que a leitura do material desperte novos olhares e ajude a pensar nas possibilidades de transformação social, estimulando a reflexão sobre o protagonismo discente.

4.2.1 Avaliação do Produto Educacional

Para a avaliação do PE, foi disponibilizado um questionário (Apêndice L) aos estudantes do EMIEP que responderam ao questionário anterior (representação estudantil nesse espaço escolar) e aos profissionais do CEDUPHH que participaram das entrevistas, além da equipe gestora da instituição, sendo a participação realizada de forma espontânea.

Ao elaborar as questões para a avaliação do PE, apoiamo-nos nos estudos de Leite (2018). Segundo a autora, o PE deve apresentar o texto coerentemente, explicando os objetivos e o público-alvo; utilizar diferentes linguagens, contemplando a diversidade linguística; problematizar o conteúdo apresentado e promover o diálogo entre o texto verbal e o visual, promovendo uma leitura dinâmica e estimulando a aprendizagem do leitor. O material deve colaborar para o debate sobre as relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade; propor e provocar a reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar o modelo de sociedade vigente.

As sete primeiras perguntas foram fechadas e ofereceram cinco alternativas de respostas, baseadas nos conceitos da escala do tipo Likert. De acordo com Dalmoro e Vieira (2014, p. 161), “a escala de cinco pontos teve, em média, a mesma precisão e mostrou-se mais fácil e mais rápida que a escala de sete pontos”. Segundo Lucian e Dornelas (2015), a proposição original de Likert (1932) foi o principal avanço nos estudos de mensuração de atitude, ao sugerir uma escala unificada, em que, através do mesmo instrumento, fosse possível identificar o sentido e a intensidade da atitude. A oitava e última questão é aberta para sugestões, críticas e elogios.

A primeira versão pública do PE foi apresentada, inicialmente, à direção da escola e à coordenação do EMIEP. Em seguida, aos profissionais do CEDUPHH que participaram das entrevistas na etapa anterior. A versão foi apresentada, ainda, aos estudantes do EMIEP, bem como a alguns estudantes que compõem a diretoria do GE, pois, durante o período dessa pesquisa, o GE foi reativado na instituição. A apresentação do PE ocorreu na instituição. Em algumas turmas, o pesquisador (acompanhado da coordenação) substituiu o professor que estava ausente e, em algumas turmas, contamos com a gentileza dos professores, que disponibilizaram suas aulas. Também, ocorreu o envio para os sujeitos que atuaram no movimento estudantil em tempos pretéritos, porém não houve retorno desse grupo através do questionário.

Considerou-se oportuno proceder à divisão das análises das avaliações em dois grupos:

Tabela 5 - Grupos de avaliadores do Produto Educacional

Grupo	Participantes	Avaliadores
G1	Professores e funcionários do CEDUPHH que atuam na EPT	09
G2	Estudantes do CEDUPHH	27

Fonte: elaborada pelo autor.

Os dois gráficos foram elaborados com o propósito de verificar o número total de respostas atribuídas a cada alternativa. A Figura 11 apresenta os resultados do grupo 1 (G1), que contou com a resposta de 9 participantes, com idade entre 20 e 61 anos, sendo 6 do gênero feminino e 3 do gênero masculino.

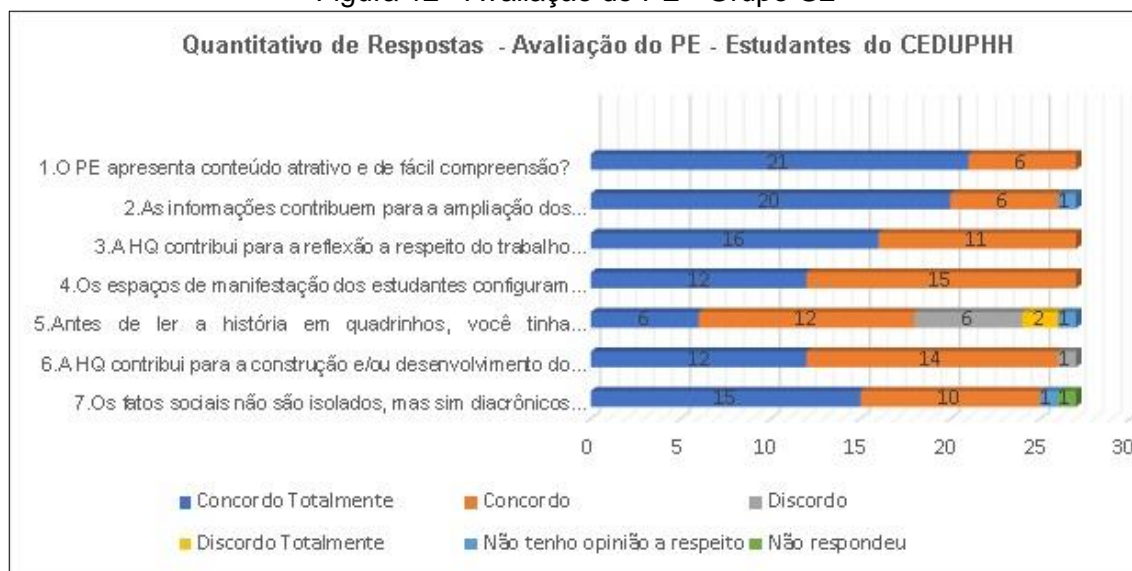
Figura 11 - Avaliação do PE - Grupo G1



Fonte: elaborada pelo autor.

A Figura 12 apresenta os resultados do grupo 2 (G2), que contou com a resposta de 27 participantes, com idade entre 15 e 19 anos, sendo 19 do gênero feminino, 7 do gênero masculino e 1 estudante respondeu outro gênero.

Figura 12 - Avaliação do PE - Grupo G2



Fonte: elaborada pelo autor.

A partir das figuras 11 e 12, observa-se que, nos dois grupos, predominaram as opções “concordo totalmente” e “concordo”, com taxas acima de 90%. Segundo a maioria dos avaliadores, o PE apresenta conteúdo atrativo e de fácil compreensão, contribuindo para a reflexão a respeito do trabalho coletivo e da construção do espaço democrático. A maioria concorda que o PE colabora para a construção e/ou o desenvolvimento do GE e transmite a importância de reconhecer os espaços de manifestação estudantil como importantes ambientes de socialização, contribuindo para o pensamento crítico. Segundo os participantes, o PE contribui também para a compreensão de que a história é feita pelos homens, com sua evolução e suas contradições, constituindo um processo em desenvolvimento, em constante relação com o que está à sua volta.

A questão 5 aborda o conhecimento prévio sobre a “Lei do Grêmio Livre”, e 33,3% afirmaram desconhecer a referida legislação antes de acessar o PE. Outros 41,6% responderam que concordam parcialmente com a afirmação apresentada na questão. Esses números sugerem, no nosso modo de ver, que a maioria já ouviu falar no GE, porém poucos têm conhecimento da existência de leis que garantam o seu funcionamento.

A questão aberta disponibilizada ao final do questionário (Apêndice M) foi respondida por 21 participantes e apresentou relatos sobre a relevância e a facilidade de compreensão do material apresentado, bem como algumas observações. Destas,

12 destacaram a qualidade dos desenhos, a objetividade das informações e a facilidade de compreensão. Apresentamos alguns exemplos:

- Ótimo material informativo, bem ilustrado, muito útil e de fácil interpretação.
- Achei a HQ muito importante para o entendimento da importância que é ter uma comunidade escolar que contribui para um ambiente melhor. Além de ser muito importante, é divertida.
- O material ficou muito bom e muito intuitivo, as artes ficaram sensacional e o conteúdo foi de fácil compreensão!

Também, surgiram sugestões, como nos exemplos abaixo:

- Dar um pouquinho mais de atenção aos personagens, e suas características.
- Está simples, mas só digo, pois, mais detalhes chamam atenção, como alguém q gosta de reparar nos detalhes eu gostaria de ver mais, poderiam ter mais balões de fala em vez de um grande sabe, talvez eu esteja falando demais haha, mas de resto está muito bom, bem informativo, a (eq tbm desenho :)), até incentivador.

As observações foram consideradas no desenvolvimento da versão final do PE. Outra informação que identificamos durante a avaliação do PE é a valorização dada ao fato de ele tratar a educação inclusiva por meio dos personagens. Observa-se essa atenção tanto no exemplo citado acima quanto na citação a seguir: “Adorei o material e a inclusão nos personagens.”

Por fim, destacamos a sugestão de “que O HQ deveria ser compartilhado com outras Unidades Escolares.”

A partir das respostas, compreendemos que o PE de nossa pesquisa atingiu o objetivo de estimular e problematizar o protagonismo estudantil, por meio da valorização do trabalho coletivo e da capacidade de organização dos estudantes.

O PE está disponível também na plataforma Educapes, sendo o acesso livre e gratuito, permitindo maior número de visualizações, pois entendemos que sua aplicação pode se estender a quem se interessar pela temática.

5 CONSIDERAÇÕES

O estudo realizado buscou compreender a presença e os limites do protagonismo dos estudantes do CEDUPHH. Investigou a atuação do GE enquanto manifestação desse protagonismo e buscou identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de manifestação e/ou imobilismo dos estudantes.

A partir da compreensão da escola enquanto espaço para contradição, disputas de ideias e transformação social, discutimos os espaços e as formas atuais de manifestação dos estudantes, com destaque para a forma colegiada por meio do GE, reconhecendo o estudante como sujeito social dotado de autonomia.

A investigação revelou uma acentuada simpatia dos profissionais da instituição em relação à participação dos estudantes através da COOPERHERMANN, que se fez presente no período entre 1989 e 2019.

Já a participação por meio do GE ainda encontra alguma resistência da parte de alguns, resultando em prolongada ausência na instituição, tal qual a falta de prossecução do movimento estudantil local. Não se identifica, até o momento, uma cultura de movimento ou organização estudantil, fato que reforça a necessidade de manter o tema em discussão.

Ao apresentar a escola enquanto espaço democrático, assim como as possibilidades de organização coletiva dos estudantes, o estudo apontou o GE enquanto agente e lugar privilegiado para esta prática. No entanto, não negamos a história de cultura autoritária, que buscou assegurar a ausência do protagonismo estudantil e a sua exclusão dos fóruns de debates e decisões.

Ao percorrer os caminhos do método, podemos observar a resistência em acreditar nas saídas coletivas como uma característica local, que vai além do segmento estudantil. Resistência que, ao negar os obstáculos que precisaram ser superados ao longo da história para garantir o atual direito de expressão, reforça a ideologia vigente.

Foi possível analisar o trânsito entre muros que percorrem o espaço institucional. Percebemos também que, numa mesma instituição, as gerações apresentam diferentes memórias, à medida que a história avança. Mais do que isso, o mesmo personagem reinterpreta sua memória, à medida que muda o seu papel na instituição.

Desta forma, reafirmamos a necessidade de o coletivo que compõe a escola assumir-se como conjunto da classe trabalhadora. Ao passo que é inegável que o acesso à escola pública pela classe trabalhadora foi fundamental para a diversificação sociocultural da escola, é preciso ter claro que o acesso por si só não garante a democratização. Uma sociedade democrática se desenvolve e se fortalece politicamente, buscando a solução de seus problemas (injustiça social, desemprego, corrupção etc.) por meio da ação coletiva de seus cidadãos.

Se, por um lado, a pesquisa apontou que os espaços do movimento estudantil configuram importantes ambientes de socialização e ampliam a vivência escolar, permitindo criar vínculos e um sentimento de pertencimento que vai além da sala de aula, por outro lado, sugere que, na realidade local, ainda há a necessidade de ampliar a participação dos estudantes nos espaços de debate e decisões.

Mesmo diante dos limites e das dificuldades característicos do atual momento, o GE pode se apresentar como uma importante alternativa, reivindicando espaços de debate coletivo, que visam estimular a discussão e a troca de ideias, construindo espaços de tolerância e respeito, por meio de projetos solidários que promovem o acesso aos bens culturais, no combate às desigualdades, na luta pelo acesso de todos ao ensino público e de qualidade. Trata-se do processo de construção “com a escola” e “com a comunidade”.

A partir das respostas, compreendemos que o PE atingiu o objetivo de estimular e problematizar o protagonismo estudantil, valorizando o trabalho coletivo e a capacidade de organização dos estudantes. Acreditamos que conseguimos estimular o debate sobre a mercantilização na educação, questionando a naturalização dessa prática que reforça a exclusão e acentua o individualismo.

Destacamos que, no decorrer desta pesquisa, o GE foi reativado na instituição. A experiência de construir o GE e desenvolver ações para que ele fique permanentemente em movimento é um significativo avanço, e este processo é parte significativa da formação integral do cidadão.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.
- AULA MAGNA COM MARILENA CHAUI NA UFSC: O QUE É DEMOCRACIA? [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3h12min20s). Publicado pelo canal CERP-SC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZAFa7TZX3oA>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BARBEIRO, F. de S.; SALVADOR, I. N.; MEZZAROBBA, S. M. B. Grêmio estudantil: a escola como enriquecedora na formação de adolescentes políticos. **Revista Amazônica**, ano 12, v. 24, n. 2, p. 655-672, jul.-dez. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Lei nº 7.398, de 20 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 8 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.582, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.
- BRASIL. **Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: CNE/CEB, [2023]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

CASTRO, C. A. de. **Cursinhos alternativos e populares: geografia das lutas**. Curitiba, PR: Appris, 2019.

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL HERMANN HERING. **Projeto Político Pedagógico – PPP**. Blumenau, SC: CEDUPHH, 2021. Disponível em: http://www.ceduphh.com.br/Arquivos_Ceduphh/PP_%20CEDUP_HERMANN_HERLING_2021.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2001.

DALBERIO, M. C. B. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 3, n. 47, 2008.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 6, edição especial, p. 161-174, 2014.

FEITOSA, R. S. As bases conceituais da educação profissional e tecnológica nas histórias de vida de professoras do IFPA campi de Bragança e Tucuruí. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, p.1-16, jun. 2021.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. p. 57-82.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

FROTSCHER, M. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. 1998, 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77817>. Acesso em: 9 fev. 2022.

GALLO, S. (coord.). **Ética e cidadania: caminhos da filosofia**. 20. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HACKENHAAR, C. **O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938.** 2019, 276 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 10, de 26 de março de 2019.** Dispõe sobre o Regulamento Local do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do IFC. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2023].

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 27, p. 48-60, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.

KRZIZANOWSKI, M. O cotidiano da greve têxtil. **Blumenau em Cadernos**, Tomo XLV, n. 5/6, p. 45-68, maio/jun. 2004.

KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação e Sociedade**, n. 70, p. 15-39, abr. 2000.

KUNZ, C. C.; HENZ, C. I.; CHASSOT, J. P. Participação na gestão escolar: aprendendo e construindo cidadania. **Saber Humano**, Restinga Sêca, v. 5, n. 6, p. 36-51, 2015.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F. S.; RODRIGUES, M. S. Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, 2016.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, P. de S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 7., 2018, Fortaleza. **Atas [...]**. Fortaleza, CE: [s. n.], 2018.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** 2. ed. São Paulo, SP: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

LUCIAN, R.; DORNELAS, J. S. Mensuração de atitude: proposição de um protocolo de elaboração de escalas. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 157-177, ago. 2015.

MACHADO, R. **Entre o público e o privado: gestão do espaço e dos indivíduos em Blumenau (1850–1920)**. Blumenau, SC: Edifurb, 2008.

MAILER, V. C. de O. **O alemão em Blumenau: uma questão de identidade e cidadania**. 2003, 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARTIN, L.; VITAGLIANO, L. F. (orgs.). **Juventude no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2019.

MARTINS, C. H. dos S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan.-abr. 2011.

MARTINS, F. A. S.; DAYRELL, J. T. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out.-dez. 2013.

MIGUEL, L. F. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo, SP: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MOLL, J. Escola de tempo integral. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MOURA, C. Grêmio estudantil e o cotidiano da escola: o jogo político escolar em um estudo de caso. **Revista Periferia**, Duque de Caxias, v. 5, n. 2, p. 95-112, jul.-dez. 2013.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MOURA, D. H.; FILHO, D. L. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out./dez. 2015.

NEVES, M. W. N.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: EPSJV, 2008.

NEVES, A. G. S. das; MOURA, B. B.; SOUZA, W. F. de. Educação falaciosa: uma análise crítica ao dualismo educacional desde a antiguidade até a contemporaneidade. **Revista Tempo Amazônico**, v. 4, n. 2, p. 123-149, jan.-jun. 2017.

NITSCHKE, A.; PLÁCIDO, R. L.; PITT, H. O núcleo docente básico na construção curricular do ensino médio integrado em um Instituto Federal: avanços e limites. **Reflexão e Ação**, v. 29, n. 3, p. 41-56, 2021.

OLIVEIRA, R. G. de; LUIZ, M. C; SILVA, C. P. da. Participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1415-1431, jul.-set. 2022.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal, RN: IFRN, 2015.

PAIS, J. M. Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, v. 25, p. 591-644, 1990.

PARO, V. H. **Eleição de diretores:** a escola pública experimenta a democracia. 2. ed. São Paulo, SP: Xamã, 2003.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo, SP: Ática, 2007.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2018.

PLÁCIDO, R. L.; BENKENDORF, S. K. J.; TODOROV, D. M. Porosidade e permeabilidade: uma abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares a partir da cultura escolar. **Revista Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 183-196, 2021.

RAMOS, M. Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. *In:* SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, 1., 2008, Natal. **Anais** [...]. Natal, RN: Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2008.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In:* FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradição. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. p. 107-128.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional.** Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REIS, V.; LINO, F. S.; SARTORI, A. S. Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 54-76, 2018.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Entidades de gestão democrática escolar**: diretrizes 4. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 12.731, de 6 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a garantia da liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio em nosso Estado, e adota outras providências. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12731_2003_lei.html. Acesso em: 19 jun. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2020b.

SANTOS, R. E. dos; VERGUEIRO, W. Histórias em quadrinhos no processo de aprendizado: da teoria à prática. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 27, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3498/2269>. Acesso em: 20 out. 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SCHWAB, A. B. **O movimento operário**: evolução do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, 1950-1988. 1991, 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio-ago. 2014.

SILVA, M. P. da. Juventude (s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontro de culturas”. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015.

SILVÉRIO, L. B. R.; REZENDE, L. A. de. O valor pedagógico das histórias em quadrinhos no percurso do docente de língua portuguesa. *In*: FÓRUM DE PROFESSORES DE DIDÁTICA DO ESTADO DO PARANÁ, 1., 2012, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, PR: UEL, 2012.

SIMÕES, C. A. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. *In*: MOLL, J. (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafio, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. p. 96-119.

SOUZA, M. de L. **A greve nas indústrias têxteis de Blumenau**. 1991, 220 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Memórias**. 2021. Disponível em: <http://www.ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 1º jun. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Memória**. 2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

URBANETZ, S. T. Apresentação da coleção. *In*: RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

VANZUITEN, A. J. **A interferência do estado novo na vida dos imigrantes europeus do Vale do Itajaí e suas consequências para o desenvolvimento regional**. 2011, 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 2005. p. 6-34.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. *In*: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set.-dez. 1995.

WOSNIAK, V.; CASTRO, C. A. de; PLÁCIDO, R. L. Protagonismo estudantil: a participação dos estudantes nos espaços de debate. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 12, n. 2, p. 129-147, 2022.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

ZAMBON, G. F. de O; SANTOS, L. B. dos. O funcionamento dos grêmios estudantis e a gestão democrática das escolas: possíveis relações. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 12, n. 3, p. 38-55, 2019.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2013.

APÊNDICE A – Produto Educacional

“Protagonismo estudantil: a manifestação do coletivo” é o produto educacional (PE) desenvolvido durante a pesquisa “Protagonismo discente no CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC: o papel do grêmio estudantil na escola”. O PE busca produzir um debate crítico a respeito da atuação do GE, reconhecendo os estudantes enquanto sujeitos do presente e sua capacidade de organização, valorizando o trabalho coletivo como princípio educativo. Com base nas respostas dos estudantes, nos depoimentos dos entrevistados e no referencial teórico, o enredo da história aborda a importância do trabalho coletivo e do espaço democrático, destacando que a formação humana integral exige o respeito à opinião dos estudantes e o estímulo ao seu envolvimento no processo de construção social. Assevera-se que a formação integral de todos, de forma pública, gratuita e igualitária, é responsabilidade do Estado. Ao final, incluímos uma “Linha do Tempo”, com o intento de recordar momentos importantes do movimento estudantil, lutas e conquistas sociais. Exercer tal protagonismo requer a busca por superar a concepção reducionista e dualista da escola conformada em atender aos anseios do projeto hegemônico. Essa consciência se dá em movimento, em constante processo, buscando constituir uma voz articulada.

PROTAGONISMO ESTUDANTIL:
a manifestação do coletivo

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Ficha catalográfica elaborada por Everaldo Nunes - CRB 14/1199
Biblioteca Universitária da FURB

W935p

Wosniak, Vanderlei, 1977-

Protagonismo estudantil: a manifestação do coletivo / Vanderlei Wosniak. -
Blumenau, 2023.
34 f. : il.

Orientador: Cloves Alexandre de Castro.

Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) -
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT,
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus
Blumenau, Blumenau.

Bibliografia: p. 33-34.

1. Educação. 2. Ensino profissional. 3. Integração social. 4. Associações
estudantis. 5. Democracia. 6. Histórias em quadrinhos. I. Castro, Cloves Alexandre
de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Programa
de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. III. Título.

CDD 374.0132

PROTAGONISMO ESTUDANTIL: a manifestação do coletivo



Autores:
Vanderlei Wosniak
Cloves Alexandre de Castro

Capa e Projeto Gráfico:
Gabriel Henrique Borges

Revisão:
Elaine Cristina Sabel Gonçalves

SUMÁRIO

Apresentação	4
Personagens	6
A importância da organização	8
Na sala de coordenação	19
Criando o movimento	26
Implantando o Grêmio Estudantil: um passo a passo	28
O Grêmio Estudantil (em parágrafos)	33
Linha do tempo	33
Referências	34

APRESENTAÇÃO

Olá!

Reconhecer os estudantes enquanto sujeitos do presente, capazes de assumirem o protagonismo da própria história e a valorizar a sua capacidade de organização coletiva pautado no princípio educativo do trabalho é condição indispensável quando pensamos a formação humana integral.

A formação humana integral exige o respeito a opinião dos estudantes e estímulo ao seu envolvimento no processo de construção social. Ao compreender a história como produto da sociedade e perceber que “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas” (Santos, 2020, p.140) deixamos de agir como instrumentos ou mero executores.

Nesse sentido é com satisfação que apresentamos o Produto Educacional (PE) do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), oriundo da dissertação de mestrado intitulada “Protagonismo discente no CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC: O papel do grêmio estudantil na escola”.

Com este produto, esperamos suscitar a reflexão a respeito da importância de fortalecer o trabalho coletivo e a construção do espaço democrático. Tencionamos também que a leitura do material desperte novos olhares e pensamentos acerca das possibilidades de transformação social e estimule no espaço escolar a reflexão sobre o protagonismo discente.

Para tanto, trazemos uma história em quadrinhos (HQ) ilustrando a importância dos estudantes se organizarem para assumir seus direitos e deveres. Na segunda seção, apresentamos um passo a passo para implantação do Grêmio Estudantil. Para finalizar, uma linha do tempo permite recordar importantes momentos do movimento estudantil.

O material é destinado aos estudantes do EMIEP, no entanto, sua aplicação pode se estender aos demais estudantes secundaristas, bem como às demais escolas que se interessarem pela cartilha. Acreditamos que este material possa configurar-se como fonte de consulta aos estudantes, professores e demais trabalhadores que intentem uma formação humana e cultural para o exercício da cidadania e democracia, integrada à formação para o mundo do trabalho.

Nossos agradecimentos a todos que fizeram parte da construção coletiva desta HQ! As sugestões e reflexões foram fundamentais no processo desse estudo e na elaboração do presente PE.

Boa leitura!

ROTEIRO
VANDERLEI WOSNIAK
CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO

ILUSTRAÇÕES
GABRIEL HENRIQUE BORGES

ORIENTAÇÃO
CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO

REVISÃO
ELAINE CRISTINA SABEL GONÇALVES



PERSONAGENS

5



Nisia



Bertha



Carlos



Cauê



Francisco



Miguel



Prof. Paulo



Prof.ª Rebeca



Prof.ª Lúcia




Prof. José

CEDUP HERMANN HERING – BLUMENAU/SC




Implantando o Grêmio Estudantil: um passo a passo ⁷






Se todos pagassem uma mensalidade, a escola teria como manter a estrutura em dia.



Pagar mensalidade? Como assim? É dever do Estado* garantir uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.



Concordo. Não há sentido em tornar privado um serviço que deve ser público. Afinal, educação não é mercadoria.

*A educação é classificada como um direito fundamental social, nos termos do artigo 6.º da Constituição Federal (CF), regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214, da CF.



Isso é muito importante! Para vivermos em um país onde todo o povo seja reconhecido como cidadão, com a capacidade de governar ou eleger quem governa, todos devem ter acesso à educação.



E ser reconhecido como cidadão, independentemente do lugar que a pessoa ocupa no mercado de trabalho.







Refletindo sobre o início da nossa conversa, da importância de não mercantilizar o acesso ao ensino, a cultura, poderíamos ter sessões de cinema na escola.

Inclusive, com filmes e documentários relacionados aos assuntos discutidos em sala de aula.

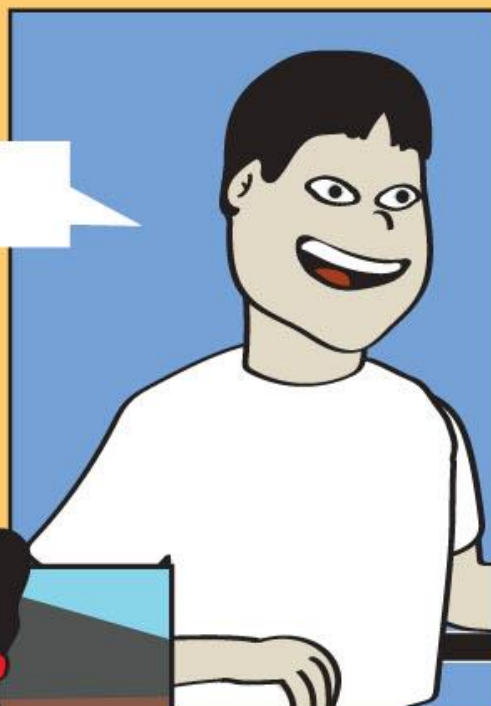


Após a exibição, realizar uma sessão de debate.



Não se esqueçam do festival de música.

E dos eventos esportivos!



Tudo isso é fundamental. E vejam que, desde o início dessa nossa conversa, estamos falando em construir “com a escola” e “com a comunidade”.



Devemos tentar melhorar sempre.







Isso! Não tem reunião da APP, do Conselho Deliberativo, dos professores?

Poderíamos ter o espaço de reunião dos estudantes. Realizar nossas assembleias.



Por que vocês não organizam um Grêmio Estudantil? Vocês são maioria na escola. Mas, para que esse número possa transformar a realidade, precisa estar organizado.



Mas, será que a direção e os professores vão concordar?



Claro que sim! Apesar de ser uma entidade independente* da direção, dos professores ou dos governos, estaremos aqui para somar, participando democraticamente das decisões da escola.

*Para conhecer a Lei do Grêmio Livre, clique aqui.

NA SALA DA COORDENAÇÃO...



Bom dia, professora!



Bom dia, pessoal! O que traz vocês aqui?

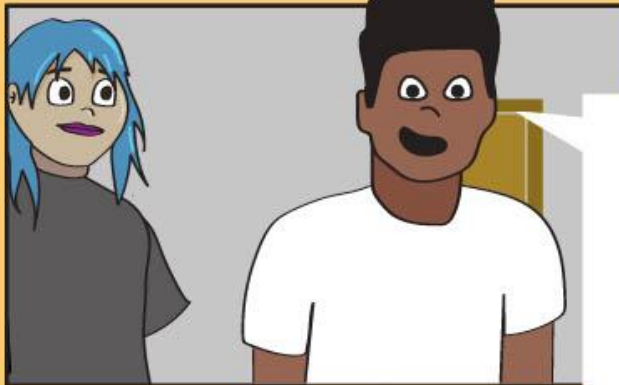


Você sabia?

O direito à organização de entidades autônomas representativas dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais, é garantida desde 1985, através da Lei federal nº 7.398.

Existe, ainda, a Lei federal nº 8.069, de 1990, e a Lei federal nº 12.852 de 2013.

Soma-se a essas, no cenário local, a Lei estadual nº 12.731, de 2003.



A participação coletiva nas decisões. O respeito pelos direitos dos diversos segmentos sociais. A defesa da justiça social por meio da igualdade de condições.



Isso mesmo. Podemos afirmar que a escola é democrática quando estudantes, professores, pais, comunidade, ou seja, todos, participam das decisões da escola.



Estamos percebendo como é importante a nossa participação na hora de decidir.

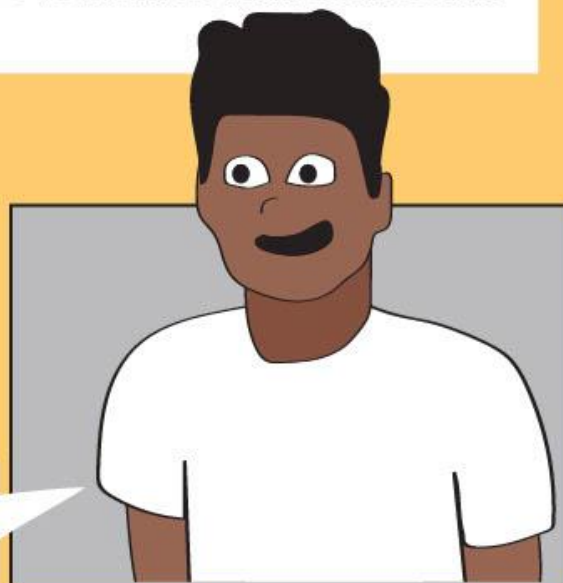


E, por isso, queremos organizar o Grêmio.



O Grêmio Estudantil é uma organização que representa os interesses dos estudantes e, junto aos representantes das demais áreas, discutem e decidem os rumos da escola.

Podemos promover eventos culturais, esportivos e sociais.



Isso aumentará a integração entre os estudantes.



Já que vocês estão tão empolgados com a ideia, penso que é importante vocês conhecerem também o Projeto Pedagógico (PP) da escola.



E saber que há outros grupos que se reúnem para tomar decisões coletivas: o Conselho Deliberativo Escolar (CDE), a Associação de Pais e Professores (APP), o Conselho de Classe (CC) e as assembleias.



Realmente, há muitas formas de estar envolvido. Vejam: o nosso PP é o instrumento norteador de todas as ações da escola, e deve ser construído com a participação da comunidade escolar.



A APP é constituída por pais e professores que trabalham em prol da escola, e atua como elo com a direção, participando das decisões tomadas pela escola.

Já o CDE tem a finalidade de assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na gestão democrática, fortalecendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola.



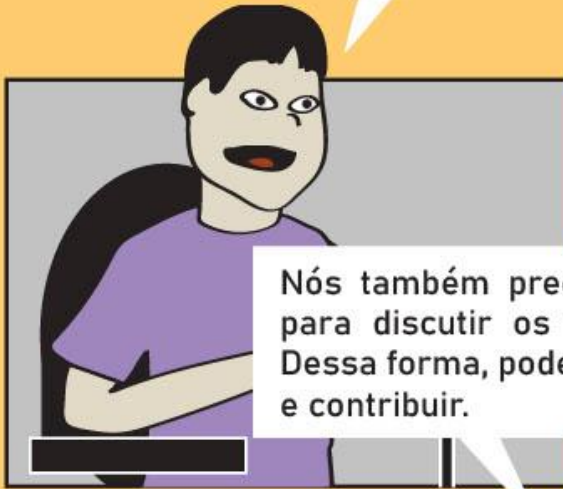
O CC é o órgão colegiado que delibera os assuntos didático-pedagógicos, e tem por objetivo avaliar o processo de ensino-aprendizagem.

Na minha opinião, nós também deveríamos participar.

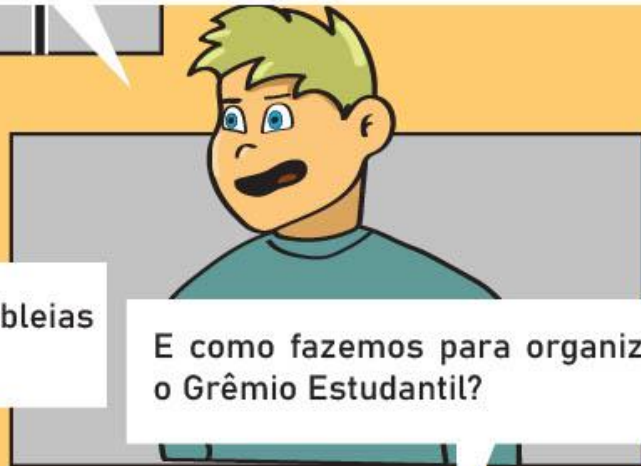


Os estudantes participam do pré-conselho em sala. Depois, os estudantes representantes de turma participam do CC em momentos pré-determinados pela coordenação do conselho.

Poxa, quantos momentos de discussão! Mas só lembro de participarmos do pré-conselho.

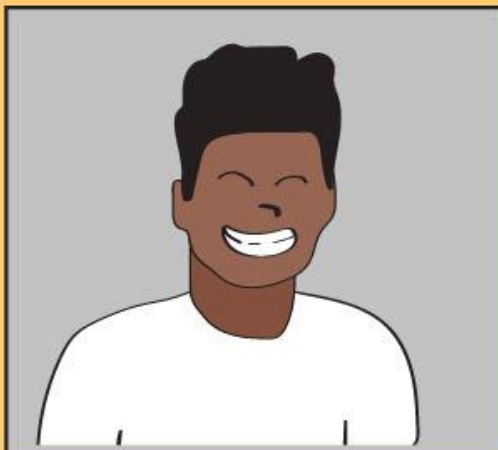


Nós também precisamos organizar momentos para discutir os temas de interesse coletivo. Dessa forma, podemos apresentar nossas ideias e contribuir.



Faremos isso nas assembleias do Grêmio Estudantil.


E como fazemos para organizar o Grêmio Estudantil?



PARTE II - CRIANDO O MOVIMENTO

25

NA SALA DOS PROFESSORES...



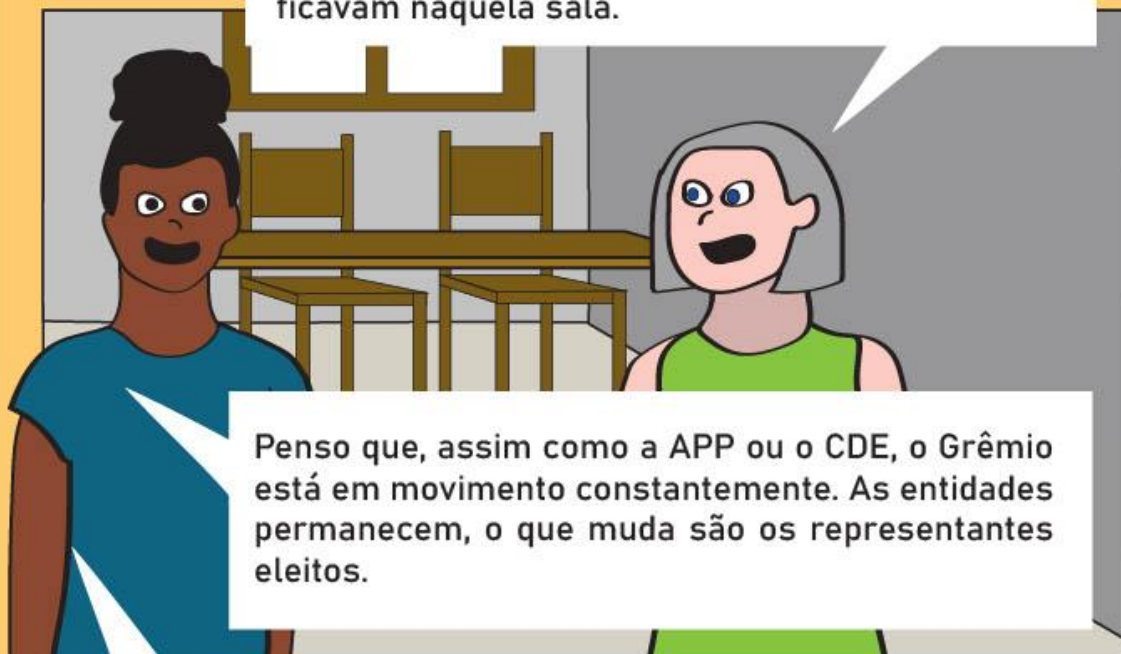
Bom dia, pessoal. Um grupo de estudantes veio conversar conosco e comunicar que pretendem implantar o Grêmio Estudantil.

E quem vai coordenar o Grêmio? Quem são os alunos que vão participar?

Tanto a "Lei do Grêmio Livre" quanto a Lei estadual nº 12.731 asseguram a autonomia aos grêmios estudantis. Podemos ajudar e aconselhar, mas devemos estar cientes de que não existe relação submissa.

Acho muito interessante a ideia de os jovens se organizarem e defenderem seus interesses. Quanto aos alunos que vão participar, são os próprios estudantes que irão eleger os seus dirigentes.

Já tentaram seguir com essa ideia de Grêmio outras vezes. Eles até queriam fazer, mas eles não sabiam direito o que era nem como fazer. Só ficavam naquela sala.



Penso que, assim como a APP ou o CDE, o Grêmio está em movimento constantemente. As entidades permanecem, o que muda são os representantes eleitos.

Na minha opinião, o Grêmio Estudantil também deve vivenciar esse processo de constante evolução.



Concordo. Acho que devemos incentivar a capacidade organizativa deles, de construírem seus debates, de construírem suas resoluções, de organizarem o movimento na base.

Implantando o Grêmio Estudantil: um passo a passo 27

ALGUNS DIAS DEPOIS...



Bom dia, pessoal! Sejam bem-vindos!
O motivo da nossa reunião é dar início
à implantação do Grêmio Estudantil
em nossa escola.

Você sabia?

O site eletrônico da União Brasileira dos Estudantes Brasileiros (UBES) disponibiliza um passo a passo de como montar o Grêmio Estudantil na sua escola. Se preferir, continue com a nossa turma e veja como é possível fazer.

Passo 1 – Formar a Comissão Pró-Grêmio

O grupo que pretende formar o Grêmio comunica à direção da escola, divulga a proposta entre os alunos, convidando os interessados e os representantes de classe (se houver) para formarem a Comissão Pró-Grêmio. Este grupo elabora uma proposta de estatuto, que será discutida e aprovada pela Assembleia Geral.



Passo 2 – Aprovar o estatuto

A Comissão Pró-Grêmio convoca todos os alunos da escola para participarem da Assembleia Geral. Nesta reunião, decide-se o nome do Grêmio, o período de campanha das chapas, a data das eleições e a aprovação do Estatuto do Grêmio. Além disso, definem-se os membros da Comissão Eleitoral.



Passo 3 - Redigir a Ata da Assembleia Geral

Os alunos se reúnem e formam as chapas que concorrerão à eleição. Eles devem apresentar suas ideias e propostas para o ano de gestão no Grêmio Estudantil. A Comissão Eleitoral promove debates entre as chapas, abertos a todos os alunos.



Passo 4 - Realizar a eleição

A Comissão Eleitoral organiza a eleição (o voto é secreto). A contagem é feita pelos representantes de classe, acompanhados de dois representantes de cada chapa e, eventualmente, dos coordenadores pedagógicos da escola. No final da apuração, a Comissão Pró-Grêmio deve fazer uma Ata de Eleição para divulgar os resultados.



Passo 5 - Legalizar o Grêmio

A Comissão Pró-Grêmio envia uma cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para a direção da escola e organiza a cerimônia de posse da diretoria do Grêmio.

Passo 6 - Cadastrar na UBES

Agora é hora de cadastrar o Grêmio da sua escola na UBES, que emite o Documento Nacional do Estudante.



Tira-dúvidas: perguntas e respostas mais comuns sobre Grêmios:

O que fazer se a direção escolar não permite a fundação do Grêmio ou quer escolher os representantes do Grêmio por contra própria?

Apresente à direção da escola a Lei nº 7.398, conhecida como a “Lei do Grêmio Livre”, a qual ela garante a livre organização dos estudantes secundaristas dentro das instituições de ensino.

O que fazer quando a escola não disponibiliza uma sala para reuniões do Grêmio?

Caso a escola não tenha uma sala para disponibilizar aos gremistas, ao menos deve ser cedida uma para que as reuniões aconteçam.

O que fazer com os recursos captados pelo Grêmio? Esses recursos podem ser utilizados para organizar e promover atividades ou eventos do Grêmio. Por exemplo: comprar material para o cenário de uma peça de teatro, comprar um computador ou um aparelho de som para a sala do Grêmio, promover uma excursão para um museu, entre outros.

O que fazer com os materiais que o Grêmio adquire? Quando uma diretoria encerra seu mandato e outra assume, os bens adquiridos permanecem no Grêmio Estudantil. Esses bens formam o patrimônio do Grêmio, que será averiguado pelo Conselho Fiscal no final de cada mandato.

Fonte: UBES.

Disponível em: <https://ubes.org.br/gremios/#downloads>

O Grêmio Estudantil

O GE deve ser visto como “um hábito saudável de reflexão e participação política, favorecendo o amadurecimento dos educandos perante os seus problemas e a experiência democrática, formando-se, desse modo, verdadeiros cidadãos” (DALBEIRO, 2008, p. 7).

“[...] o grêmio se constitui como importante espaço de socialização para os jovens alunos, com ênfase na aprendizagem da vivência coletiva, no lidar com os conflitos e no exercício de escolhas, dentre outras” (MARTINS; DAYRELL, 2013, p. 1267).

“O protagonismo de jovens é contexto para construção de sua identidade, autoestima, autoconfiança, visando autonomia, sendo necessária cooperação, respeito mútuo, com sua participação criativa, construtiva e solidária” (BARBEIRO; SALVADOR; MEZZAROBA, 2019, p. 663).

“[...] se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações sociais e as atividades que aí se dão de modo a ‘marcar’ os sujeitos que por ela passam com os sinais da convivência democrática” (PARO, 2007, p. 120).

Os espaços de manifestação dos estudantes configuram importantes ambientes de socialização, permitem o pensamento crítico e ampliam a vivência escolar de forma significativa. Através deles, os estudantes criam vínculos e sentimentos de pertencimento que vão além da sala de aula.



Imagem da tela inicial da Linha do Tempo

:Padlet

Vanderlei Wosniak · 1h

LINHA DO TEMPO

Os fatos sociais não são isolados, mas sim diacrônicos, num processo em constante relação com o que está à sua volta. Enquanto construção histórica, atualidade é o resultado de momentos ao longo da história, sua evolução e suas contradições. Os estudantes participaram de momentos decisivos para o país, em mobilizações muitas vezes, vinculadas a assuntos mais gerais da sociedade, afirmando seu compromisso na luta junto à classe trabalhadora. Segundo Santos (2020, p. 140) "o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas". Entre as características da sociedade contemporânea está o desacreditar em saídas coletivas, colocando em movimento uma espiral que distancia as utopias que alimentavam a possibilidade de um novo mundo possível além da nossa atual organização social que situa o trabalho no campo avesso ao da liberdade. Dessa forma, uma nova concepção de escola, logo, de sociedade, "[...] só será possível numa sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos" (KUENZER, 2000, p. 26-27)". Cada ponto na linha do tempo se refere a um acontecimento.

The screenshot shows a Padlet board titled 'LINHA DO TEMPO' with a text introduction and a timeline of five events:

- 1930 - Blumenau e o nazismo: Includes a video thumbnail with the text 'Blumenau e o nazismo'.
- 1930 - Os movimentos Integralista e Nazista em Santa Catarina: Includes a video thumbnail with the text 'Integralista e Nazista em Santa Catarina'.
- 1941 - Sindicato dos Trabalhadores Têxteis: Includes a video thumbnail with a red and yellow circular logo and the text 'SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS EM 03-05-1941'.
- 1950 - A grande greve têxtil: Includes a video thumbnail with the text 'A grande greve têxtil'.
- 1955 - O Estatuto: Includes a video thumbnail with a newspaper clipping titled 'ESTADUTO'.

Imagem da tela final da Linha do Tempo

:Padlet

Vanderlei Wosniak · 1h

LINHA DO TEMPO

Os fatos sociais não são isolados, mas sim diacrônicos, num processo em constante relação com o que está à sua volta. Enquanto construção histórica, atualidade é o resultado de momentos ao longo da história, sua evolução e suas contradições. Os estudantes participaram de momentos decisivos para o país, em mobilizações muitas vezes, vinculadas a assuntos mais gerais da sociedade, afirmando seu compromisso na luta junto à classe trabalhadora. Segundo Santos (2020, p. 140) "o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas". Entre as características da sociedade contemporânea está o desacreditar em saídas coletivas, colocando em movimento uma espiral que distancia as utopias que alimentavam a possibilidade de um novo mundo possível além da nossa atual organização social que situa o trabalho no campo avesso ao da liberdade. Dessa forma, uma nova concepção de escola, logo, de sociedade, "[...] só será possível numa sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos" (KUENZER, 2000, p. 26-27)". Cada ponto na linha do tempo se refere a um acontecimento.

The screenshot shows the final part of the Padlet board with four events:

- 2015 - Escolha dos diretores escolares em SC: Includes a video thumbnail with a woman's face.
- 2016 - Protesto contra a PEC 241: Includes a video thumbnail with a group of people protesting.
- 2019 - Contra a Reforma: Includes a video thumbnail with a man speaking.
- Vamos criar um Grêmio Estudantil?: Includes a video thumbnail with a graphic titled 'Estatuto Nome' and the text 'drive.google.com'.

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, F. de S.; SALVADOR, I. N.; MEZZARROBA, S. M. B. Grêmio estudantil: a escola como enriquecedora na formação de adolescentes políticos. *Revista Amazônica*, ano 12, v. 24, n. 2, p. 655-672, jul.-dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 20 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 1º jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.582, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12582.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

DALBERIO, M. C. B. Gestão democrática e participação na escola pública popular. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 3, n. 47, 2008.

MARTINS, F. A. S.; DAYRELL, J. T. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out.-dez. 2013.

PARO, V. H. *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. São Paulo, SP: Ática, 2007.

SANTA CATARINA. Decreto nº 31.113, de 18 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a existência das Associações de Pais e Professores. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: <file:///C:/Users/nane_/Downloads/Decreto_n_31.113_86.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

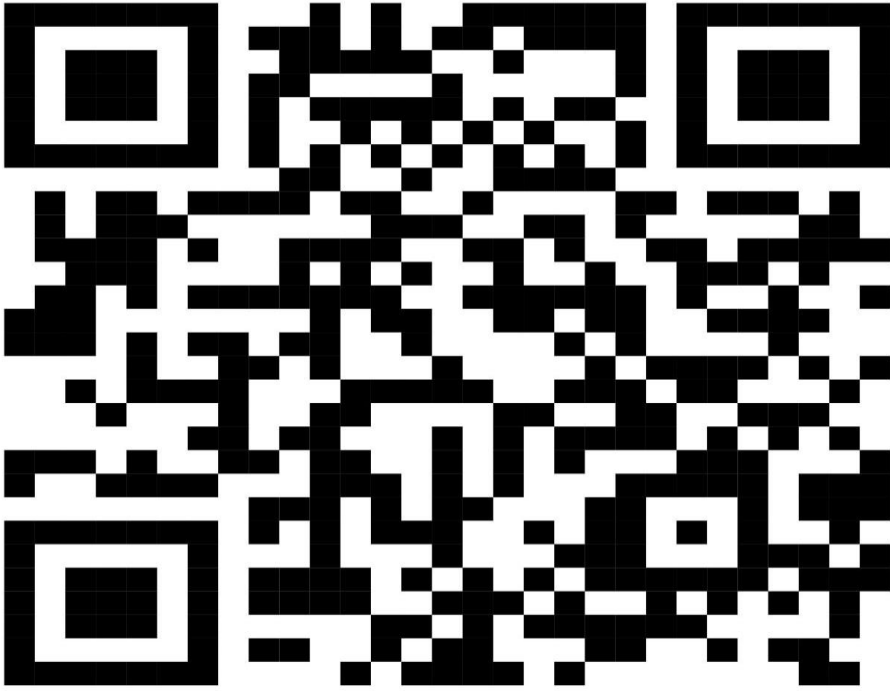
SANTA CATARINA. Lei nº 12.731, de 6 de novembro de 2003. Dispõe sobre a garantia da liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio em nosso Estado, e adota outras providências. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12731_2003_lei.html. Acesso em: 19 jun. 2021.

SANTA CATARINA. Diretrizes para o Conselho Deliberativo Escolar. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTA CATARINA. Decreto nº 194, de 31 de julho de 2019. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da rede estadual de ensino. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-194-2019-santa-catarina-dispoe-sobre-a-gestao-escolar-da-educacao-basica-e-profissional-da-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SANTOS. M. *A natureza do espaço*. 4. ed. 10. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. *Grêmios*. 2021. Disponível em: <http://www.ubes.org.br/gremios/>. Acesso em: 1º jun. 2021.



APÊNDICE B – Registros em documentos do CEDUPHH - reuniões administrativas

Ano	Data	Local	Informação	Categ.
1979	20/mar	Fl.1 B	Mensalidade: 10 prestações de Cr\$ 414,00 – quatrocentos e catorze cruzeiros.	A1
1979	9/mai	Fl.4 B	Contou com a presença de um representante do corpo discente (Marcos Edson Graes). A reunião tratou da Comissão de Bolsas de Estudo.	A1
1979	29/jun	Fl.5 B	A FESC solicita relação de alunos e respectivos carnês de pagamento.	A1
1979	29/jun	Fl.5 B	Solicita que seja oficializado a APP, o CCE, o GE e, os líderes de classe.	B1
1980	14/mar	Fl.12 B	Falou sobre a formação da APP. Mentalizar o aluno quanto aos seus representantes no CCE.	B1
1980	7/mai	Fl.15 B	Registro do CCE e APP [...]. Enviar o estatuto o mais breve possível.	B1
1980	7/mai	Fl.15 B	Bolsas de estudo - no ano de 1979 o índice foi de 1,6% e em 1980 – 6,18% [...]. Sugeriu-se que se deva acompanhar os alunos, fazendo visitas domiciliares para comprovar as informações.	A1
1980	27/jun	Fl.17 A	[...] a cantina ficará sob a responsabilidade do CCE a partir do mês de fevereiro de 1981.	A1
1981	29/mai	Fl.33 A	Pedir ao Professor Orientador do CCE, Braz dos Santos, para preparar um aluno para dirigir umas palavras no ato de inauguração do som.	B1
1981	23/jun	Fl.35 B	15º Coletar dados dos servidores e alunos nas caixas de sugestões. [...] 17º Solicitar ao professor Braz dos Santos, Professor Orientador do CCE para planejar uma promoção que marque o Ano Internacional do Deficiente Físico. 18º Amostra Interna do CIS – comissão já está definida. Solicitar ao professor Braz dos Santos, para indicar uma comissão de apoio, a cargo do CCE.	B1
1981	23/jun	Fl.36 A	Equipamentos dos ambientes de lazer, ficará a cargo do CCE.	E1
1982	27/nov	Fl.54 B	IX – Relacionamento CIS x APP, CIS x Clube de mães e CIS x Centro Cívico. Como ponto positivo destaca-se o grande trabalho desenvolvido pelas três entidades.	E1
1984	28/fev	Fl.65 A	(Além da direção e professores) Estavam presentes à reunião membros da APP e Centro Cívico.	B1
1984	30/jul	Fl.68 B	Apresentou slides da nova diretoria do Clube de Mães, posse do Centro Cívico, eleição da diretoria da AARCIS.	E1
1985	01/fev	Fl.74 A	Preocupação máxima: formação integral.	D1
1985	30/jul	Fl.78 A	Debate sobre a evasão escolar. Conclui-se que são vários os motivos. Solicita o esforço de todos para combater a evasão. Destaca que como nem todos comunicam a desistência, gera problemas com os carnês de pagamento.	A1
1985	18/dez	Fl.79 B	Colocar na sala dos professores a lista dos alunos que recebem Bolsa de Estudo.	A1
1985	18/dez	Fl.80 A	Um dos professores presentes sugeriu que alunos bolsistas não trabalhem na Material de Ensino Aprendizagem (MEA) e secretaria.	B1
1987	3/jul	Fl.84 A	Diretoria do GE e líderes de classe participam da reunião.	C1
1987	3/jul	Fl.85 A	A seguir falou o presidente do GE.	D1
1987	3/jul	Fl.85 A	Os presentes foram informados que o CIS receberá uma verba de Cr\$ 73800,00 para Bolsas de Estudos, com orientação para não ser aplicada em Bolsas de Estudo, mas sim em benefício de todos os alunos. O assunto colocado em discussão, ficou sob decisão do GE que marcará uma reunião com todos os alunos para colher sugestão. [...] a decisão vai ser no dia 9 de julho , com uma reunião com o GE. Obs.: Não encontramos registro da reunião de 9 de julho.	D1
1988	20/jul	Fl.88 A	Informa que assumiu a Presidência do GE o aluno Luciano do 2º ano de contabilidade.	D1
1993	29/jul	Fl.99 B	Procuramos integrar os setores da escola: Cooperativa, GE, APP e Clube de Mães.	C1
1994	18/fev	Fl.101 A	Trabalhamos aqui numa escola pública, mantida pela cooperativa dos alunos com a ajuda da APP, do Grêmio e Clube de Mães.	A1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

**APÊNDICE C – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Conselho
Comunitário**

Ano	Data	Loc.	Informação	Categ.
1983	29/abr	p.2	Presidente do CCE participa da reunião. Nesta reunião foi proposta a implantação do 1º ano do Segundo Grau na instituição, devido ao “sério desnivelamento cultural” dos estudantes que vem de outras unidades	B2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

**APÊNDICE D – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Conselho
Deliberativo Escolar**

Ano	Data	Loc.	Informação	Categ.
2017	20/mar	p.1	[...]aguardando córun (sic), o que não ocorreu.	B1
2017	18/abr	p.1	PAIS: não foi aberta a urna, pois não houve quórum e terá que chamar uma nova eleição (...)	B1
2017	5/mai	p.1	Como não houve o quórum mínimo no segmento PAIS que deveria ter sido de 234 votos ou 30% do segmento e votaram apenas 51 ou seja, 6,5%, então não foi aberta a urna.	B1
2017	24/jun	p.1	Como não houve o quórum mínimo no segmento PAIS que deveria ter sido de 234 votos ou 30% do segmento e votaram apenas 131 ou seja, 16,79%, então não foi aberta a urna.	B1
2022	2/mai	p.1	Apesar da quantidade de votos, não foi atingido o quórum necessário de trinta por cento de participação do segmento dos pais.	B1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

**APÊNDICE E – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Regimento do
Conselho Deliberativo Escolar**

Ano	Data	Linha	Informação	Categ.
2017	11/abr	16	[...] assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na gestão democrática	C1
2017	11/abr	42	[...] de acordo com o princípio da representatividade que abrange toda a comunidade escolar, é constituído pelos seguintes conselheiros: [...] Representantes dos alunos regularmente matriculados, com frequência comprovada.	C1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE F – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH - Projeto Pedagógico

Ano	Pág.	Informação	Categ.
2021	6	O Projeto Pedagógico está regulamentado [...]para uma formação humana integral na perspectiva de construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	C1
2021	6	O Projeto Pedagógico do CEDUP Hermann Hering [...]constituindo-se num processo democrático, dinâmico, contínuo e reflexivo (...).	C1
2021	6	É um esforço coletivo que visa autonomia de todos os integrantes da comunidade escolar [...]auxiliando para a melhoria da educação e obtenção de resultados positivos que refletirão na formação dos jovens frente ao mercado de trabalho.	D1
2021	19	Atender às necessidades dos estudantes em Educação Profissional compatível com o mercado de trabalho.	A1
2021	20	Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É também no ambiente escolar que os jovens podem experimentar de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro.	C1
2021	21	Proporcionar educação de qualidade, primando pela aprendizagem do aluno, bem como pela sua formação como ser integral, através de ações pedagógicas voltadas para a autonomia e o exercício da cidadania, tendo por princípio a gestão democrática, onde o gestor escolar tem a função de garantir a participação efetiva das entidades democráticas nas tomadas de decisões e promover a transparência dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros.	C1
2021	25	A avaliação institucional utilizada no momento pela escola, é feita através de ficha de pré- conselho, que é entregue aos alunos e orientado pelos Assistentes Técnico Pedagógicos, antes do conselho de classe, onde os mesmos avaliam os itens elencados, descrevendo o que está bom e o que pode ser melhorado, nas dimensões pedagógicas, administrativas e físicas da escola.	F1
2021	25	Os órgãos colegiados atualmente existentes na escola são: a APP - Associação de Pais e Professores [...] ; O Conselho Deliberativo Escolar – CDE [...]o NEPRE – Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola.	C1
2021	25	O Grêmio Estudantil está sendo retomado este ano, tendo total apoio da gestão atual.	E1
2021	25	O Centro de Educação Profissional Hermann Hering é uma instituição de ensino cujo mantenedor é o Governo Estadual	A1
2021	30	Meta 5. Incentivar e apoiar a participação dos alunos em eventos esportivos, científicos e culturais.	D1
2021	33	Meta 12. Fortalecer a participação das entidades democráticas como APP, Conselho Deliberativo Escolar, NEPRE e Grêmio Estudantil para participarem efetivamente da gestão escolar.	C1
2021	33	Realizar novas eleições para os representantes do Grêmio Estudantil.	E1
2021	37	[...]será feita avaliação no início do ano letivo com a participação dos professores, equipe administrativa e comunidade escolar, visando a verificação do andamento das ações e metas propostas realizadas e definindo novas metas para o ano vigente.	C1
2021	51	1.Convocar os representantes das entidades escolares como: Associação de Pais e Professores, Conselho Deliberativo Escolar, para participarem do processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;	C1
2021	65	O Grêmio Estudantil Hermann Hering do CEDUP é a entidade representativa do corpo discente e deve ser retomado no decorrer do ano com o total apoio da atual gestão.	E1
2021	117	3.Conselho de Classe ampliado realizado com a presença dos Gestores, STP, Professores, alunos representantes de turma e Grêmio Estudantil, em momentos pré-determinados pela coordenação do Conselho.	C1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE G – REGISTROS EM DOCUMENTOS DO CEDUPHH – acervo fotográfico

Grêmio estudantil no CEDUPHH

De acordo com os documentos da instituição, foram poucos os momentos de existência do GE no CEDUPHH. No acervo fotográfico da instituição, entre os eventos de 1988, identifica-se a posse da chapa eleita “União e Luta”.



Notas publicadas na revista Blumenau em Cadernos, no jornal Canal Novo e no jornal O Estudante

A pesquisa em periódicos foi realizada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau, e resultou na consulta das edições impressas do jornal O Estudante e do jornal Canal Novo, ambos de publicação local. Também, consultamos as edições da revista Blumenau em Cadernos, sendo que, neste caso, estendemos a busca na Hemeroteca Digital Catarinense.

As notícias confirmam a capacidade de organização dos estudantes. No entanto, diferente do cenário nacional, em que são frequentes os relatos de que os estudantes universitários e secundaristas integraram movimentos junto a operários e progressistas em geral, no âmbito local, não se identificou tamanha vitalidade. O que se observa é a existência de intervalos consideráveis entre um período e outro de ação da UBE.

APÊNDICE H – Notas publicadas na Revista Blumenau em Cadernos

Data	Tomo/Nº	Pág.	Assunto da nota	Categ.
Mar.1971	XII / nº 3	60	A primeira edição do jornal "O Estudante", em 1955.	D2
Mar.1971	XII / nº 3	60	Fim da edição do jornal "O Estudante", em 1967.	B2
Set.1971	XII / nº 9	167-168	Nasce o Gêmio Estudantil Blumenauense e surge o jornal "Gazeta Pebeana" em 1964.	D2
Ago.1975	XVI / nº 8	240	Divulga o livro "Centro Cívico: normas para implantação"	B2
Nov./dez. 1980	XXI nº 11 e 12	323	Feira de Artesanato no CIS.	F1
Jan.1981	XXII / nº 1	29	Colação de grau da primeira turma do Curso Técnico em Contabilidade.	D1
Nov./Dez .1987	XXVIII nº 11 e 12	340	União Blumenauense de Estudantes promove Exposição de Arte Moderna em 1965.	F2
Out.1993	XXXIV nº 10	336	I Congresso de Reconstrução da UBE em 1993.	E2
Ago.1995	XXXVI nº 8	250	Estudantes de Blumenau fazem protesto em 1995 contra os crimes de trânsito.	D2
Set.1995	XXXVI / Nº 9	279	Estudantes realizam pedágio contra o cigarro.	D2
Nov./dez. 1995	XXXVI nº 11 e 12	370	Eleita a Comissão para reativar a UBE	E2
Ago.1996	XXXVII nº 8	246	Sancionada a lei 2.386/96 que garante a meia-entrada aos estudantes em Blumenau.	D2
Mai./jun. 2004	XLV nº 5 e 6	20-44	De braços cruzados. Artigo destaca a greve de 1950 na Empresa industrial Garcia, e a identificação paternalista dos operários em relação a classe dominante.	C2
Mai./jun. 2004	XLV nº 5 e 6	45-68	O cotidiano da greve têxtil. Artigo aborda a Greve Geral em Blumenau em 1989. Os operários locais rompem com a cultura local de submissão. Estudantes apoiam e participam do movimento.	C2
Jan./fev. 2011	52 / nº 1	56-70	Artigo discute o disciplinamento escolar no Vale do Itajaí entre a Era Vargas e a Ditadura Militar (1930-1985).	B2
Jan./fev. 2011	52 / nº 1	71-91	Artigo destaca como a escola no contexto local foi transformada em ferramenta para a serviço dos princípios ideológicos no período do Estado Novo.	B2
Mar./abr. 2011	52 / nº 2	84	Alunas se manifestam e conquistam alteração na grade curricular do Colégio Sagrada Família.	D2
Jul./ago. 2011	52 / nº 4	103-121	Movimento estudantil na FURB.	E2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE I – Notas publicadas na imprensa

Jornal Canal Novo (Colégio Pedro II)

Data	Pág.	Assunto da nota	Categ.
Set. 1986	8	A voz do Grêmio	D2
Mar./abr. 1987	3	UCES, UBE e GEP II programam para sediar em Blumenau o projeto "UCES presente". Blumenau receberá representantes de 28 cidades. Objetivo é divulgar e esclarecer aos estudantes sobre as entidades estudantis.	E2
Mar./abr. 1987	5	UBE vai à justiça para apurar violação da lei de passes	D2
Ago. 1985	1	Passeata pela educação	C2
Dez. 1987	2	Eleita nova diretoria do GEP II	E2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Jornal O Estudante

Data	Ano/Nº	P.	Assunto da nota	Categ.
Set. 1956	1 / nº 15	1	O Governador e os estudantes	D2
Mai. 1965	10 / nº 1	1	Cruzada de alfabetização	D2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE J - Entrevistas com profissionais do CEDUP

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 1

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.1	12	[...] cooperativa dos alunos ela bancava muita coisa no colégio	A1
Ent.1	14	Estado era muito moroso, demorava muito	B1
Ent.1	44	Eles dependiam muito da Cooper Hermann	A1
Ent.1	57	O Grêmio Estudantil veio bem depois, por causa de uma determinação da SED, que tinha que ter a todas as entidades democráticas	E1
Ent.1	88	O Grêmio fazia mais as sociais, ele não era assim tão atuante como deveria ser um grêmio	B1
Ent.1	136	A cooperativa dos alunos pagou um evento para os professores fazer a formação, eu não lembro o nome agora, eu acho que a complementação pedagógica, duas etapas. Eles pagaram pessoal e, fazer a primeira etapa presencial. Bancaram hotel, bancaram ônibus tudo, para os professores poder se qualificar, principalmente a parte técnica	A1
Ent.1	164	A escola virou de cisne para pato. Ela mudou muito essa estrutura	A1
Ent.1	174	A escola está desamparada nesse aspecto.	A1
Ent.1	177	Foi, foi dado telha, só que aquela coisa, a telha está ali. Quem é que vai colocar?	A1
Ent.1	210	Eu via por parte de alguns colegas uma certa hostilidade né, ah que vão fazer festinha, é que ele só toca musiquinha	B1
Ent.1	215	[...] o Grêmio ele não é só uma atuação mais política, ele não vai fazer só social, ele tem uma função central de colocar o aluno no mundo.	D1
Ent.1	224	[...] eu via que poucos professores amparavam Grêmio e o pessoal, os alunos que faziam parte	B1
Ent.1	230	[...] vocês têm que fazer isso, vocês têm que fazer aquilo. Então você tem que... atrapalhou muito o Grêmio porque se cobrava, mas não diziam como eles poderiam atuar, dá as opções	B1
Ent.1	239	[...] eu ouvia a turma se sentir amparada pela aquela pessoa estar dentro do Grêmio	C1
Ent.1	264	Então existia, mas para cumprir uma determinação do Estado.	B1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 2

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.2	11	Como aluno a gente tinha alguns benefícios que deixaram de existir com a saída dela	A1
Ent.2	12	[...] também tinha uma mensalidade, essa mensalidade ela era paga e quem não pagava ficava subtendido que não era obrigatório, mas, se não pagasse não utilizava nem a biblioteca, na minha época.	A1
Ent.2	21	[...] o aluno sendo cooperado ele tinha alguns benefícios	A1
Ent.2	23	[...] a gente montou a cooperativa, a gente lutava por uma cooperativa que no decorrer do tempo digamos que, vou falar...ela foi criada para ajudar também né, por exemplo, foi feito uma proposta por parte de alunos, na época teve ata e tudo, para que a cooperativa começasse a ajudar os profissionais, principalmente os técnicos, não os propedêuticos	A1
Ent.2	45	Quando eu era aluno a cooperativa era muito forte, tanto que é que tinha médico pela cooperativa né	A1
Ent.2	49	O dentista era cedido pela prefeitura se não me engano, mas todo o recurso de material era a cooperativa quem bancava, os alunos	A1
Ent.2	65	Ela era espontânea, tanto que ela passou a sumir, desapareceu, os alunos não contribuíram mais	A1
Ent.2	67	[...] os computadores, muitos dos computadores eram da cooperativa	A1
Ent.2	74	Na minha época que eu era aluno não, não tinha Grêmio	B1
Ent.2	75	[...] depois a gente até (agora eu estou falando como professor), a gente tentou montar um Grêmio algumas vezes, mas, ele se dissipou todas as vezes, não foi para frente	B1
Ent.2	81	[...] a cooperativa ela era tão independente que as vezes não precisava de verba do governo para algumas coisas né. Então, eles conseguiam manter coisas que o Estado, que era a função social do estado	A1
Ent.2	85	APP nunca foi forte aqui. Está começando agora essa história de APP. Era a cooperativa que bancava muita coisa	A1
Ent.2	93	[...] como aluno tinha uma certa pressão para a gente pagar	A1
Ent.2	110	A verba que deveria vir pelo Estado	A1
Ent.2	113	É função social do Estado manter a escola.	A1
Ent.2	117	[...]o Estado demora para vir olhar os ar-condicionado	A1
Ent.2	121	Hoje em dia está um pouco sucateado	A1
Ent.2	132	Eu só não concordava que a cooperativa deveria estar ampliando o salário de alguns professores	A1
Ent.2	152	A cooperativa passava dinheiro para a APP, então a cooperativa mantinha a APP muitas vezes	A1
Ent.2	161	[...] o CEDUP estava acostumado a não esperar tanto do Estado	A1
Ent.2	169	[...] esperar as verbas do Estado, às vezes vem de um ano para o outro, tudo é licitação.	A1
Ent.2	182	O governo, as verbas que eles mandam ainda não é suficiente	A1
Ent.2	192	[...] um desses anos teve Grêmio, só que a maioria deles era terceiro ano, então logo saiu também	E1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 3

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.3	4	[...] ela era mantedora da instituição	A1
Ent.3	5	[...] as verbas que vêm do governo para uma escola técnica é muito pouca	A1
Ent.3	8	E fora a situação da perda que foi também é, do psicólogo. Que tinha atendimento para os alunos, e o dentista que era da prefeitura, mas os insumos eram pela cooperativa	A1
Ent.3	21	[...] tanto que a APP como tinha a cooperativa que os alunos pagavam para ela né, não tinham trabalho ativo	A1
Ent.3	33	Grêmio Estudantil, ele durou pouco tempo dentro do CEDUP	B1
Ent.3	35	[...] porque como tinha a cooperativa, os próprios alunos não tinham muito interesse em Grêmio estudantil	B1
Ent.3	43	[...] hoje nós temos a contribuição da APP, que é livre, não é cobrado valor nenhum. A cooperativa ela tinha um valor "X" cobrado	A1
Ent.3	50	[...] tinha as vantagens de ser cooperado,	A1
Ent.3	71	[...] se investia muito em infraestrutura	A1
Ent.3	83	[...] na medida que a gente tenha APP, a gente tem que fazer uma conscientização dos alunos e fica naquela coisa: [...] envelopinho, dá o quanto quer, o quanto pode, se der né. É diferente tu ter um carnê, é esse o valor.	A1
Ent.3	106	Então tinha os insumos, o Estado não supria isso, tinha os professores muito bons, mas o Estado não conseguia pagar	A1
Ent.3	140	A nova realidade não só do CEDUP Blumenau, mas dos outros CEDUPs inteiramente decadente	A1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 4

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.4	13	[...] ela trazia benefícios para a escola.	A1
Ent.4	39	[...] será que é tão necessário assim, o investimento ser maior para os professores e não para os alunos, já que o foco da Cooperativa era ajudar a infraestruturas da escola?	A1
Ent.4	64	[...] não havia um Grêmio atuante, apenas a Cooperativa que representava os alunos.	B1
Ent.4	73	[...] para os novos alunos, no valor de R\$100,00 e após isso, todos os meses tinham uma mensalidade no valor de R\$145,00	A1
Ent.4	80	Apenas nas eleições da Cooperativa, que daí os alunos que que contribuía, no caso, poderiam votar e, os que não pagavam, não poderiam votar.	A1
Ent.4	119	Eu não acompanhei o Grêmio, eu só vi né a movimentação deles, mas era muito baixa. Só se mantinham naquela sala, que era deles né	B1
Ent.4	121	[...] a Cooperativa era como se fosse um Grêmio melhorado	B1
Ent.4	123	Então eu acredito que o Grêmio, ele estava bem defasado, nesse sentido. Ele não tinha muito poder de voz	B1
Ent.4	145	[...] nós estamos sem monitores principalmente, mouse e teclado não funcionam, os projetores estão precários, então está bem complicado assim.	A1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 5

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.5	23	[...] no início, em 82, existia o Centro Cívico Escolar	B1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 6

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.6	4	[...] auxiliava bastante, porque a Cooperativa era um diferencial que a gente tinha.	A1
Ent.6	6	[...] ela cobrava a mensalidade dos alunos né, só que com uma ressalva, o aluno que não pudesse pagar também estudava e também ganhava o seu certificado	A1
Ent.6	14	E isso ajudava bastante, porque daí o professor não tinha... tinha bem poucas faltas de professor; vinham com mais vontade, porque além do que ganhava do Estado, tinha mais esse complemento da Cooperativa; ela ajudava bastante.	A1
Ent.6	32	[...] tinha Grêmio Estudantil aqui no colégio, eu não me lembro a data, mas acho que só teve uma vez ou duas	B1
Ent.6	38	[...] eles queriam fazer, mas eles não sabiam nem direito o que que era, nem como fazer	E1
Ent.6	44	O Grêmio, como ainda estava de fraldas né, que estava começando, eles se extrapolavam um pouquinho	B1
Ent.6	46	[...] eles mesmo pegavam e se contradiziam né, eles próprio. Então, mas assim, se funcionasse direitinho, Grêmio Estudantil é uma coisa muito boa para a escola, pois eles estão aqui para ajudar a gente né. Eles criavam bandeiras que não...	B1
Ent.6	53	[...] tem que saber quem vai coordenar o Grêmio, quem é a pessoa que vai participar	B1
Ent.6	57	Que sabe que adolescente não é fácil	B1
Ent.6	65	Bom e deve! Porque sem essa contribuição, a Cooperativa não podia fazer tudo o que ela fez. Se no tempo que tinha Cooperativa, o colégio tinha todo... funcionava os laboratórios, precisava de alguma coisa, sabe	A1
Ent.6	67	[...] o Estado é muito grande, tem muitas escolas para cuidar né, então ele não consegue fornecer tudo.	A1
Ent.6	90	Eu sei que eles eram bem mais felizes, porque além do salário do Estado, eles tinham um complemento.	A1
Ent.6	104	Agora depende do Estado para tudo né, então fica um pouco mais difícil, mas o Estado está tentando fazer a sua parte né. As verbas vêm, só que é um pouco menos, é mais devagar	A1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 7

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.7	8	[...] a gente sabe que o Estado ele não, não tem esse repasse como na época que a gente tinha a cooperativa então.	A1
Ent.7	13	[...] foi uma perca para instituição.	A1
Ent.7	14	[...] hoje a gente procura recursos inovadores e realmente assim, a gente acaba não tendo né. E o que temos está de forma precária.	A1
Ent.7	23	[...] a cooperativa sempre é, sempre nos ajudou né.	A1
Ent.7	25	[...] tinha né, nos últimos anos lá, tinha essa questão financeira.	A1
Ent.7	26	[...] a parcela que era estipulado mensalmente para os alunos né, para pagar.	A1
Ent.7	31	[...] nesse período então o Grêmio Estudantil era muito forte	D1
Ent.7	34	[...] existia né, esse acompanhamento desde a direção, assim como também a cooperativa nessa relação, é... nessa relação de motivar né, a equipe do Grêmio Estudantil.	C1
Ent.7	39	A diferença do Grêmio, como a gente sabe que é uma que é uma entidade democrática, que ajuda né, junto com a escola, com a direção né, a questão da melhoria da escola, da... da... da sua da sua posição, é... tanto com a questão da parte educacional e como a questão da motivação dos alunos perante essa escola.	C1
Ent.7	56	[...] essa contribuição era para, é... melhorar né, nós temos é, recursos imediatos para as aulas práticas	A1
Ent.7	62	[...] os recursos do Estado vêm, a gente sabe que vem, mas não são suficientes.	A1
Ent.7	66	[...] é feito a licitação, até que a coisa toda vem, aí já passou a metade do ano	A1
Ent.7	79	[...] a gente sabe que é dever do Estado dar toda assistência para a área da educação	A1
Ent.7	82	[...] após o fechamento da... da cooperativa, é... a gente assim... não vou dizer... o nosso nível educacional é igual, mas nas aulas práticas a gente acaba perdendo muito né, porque... é... pela falta dos materiais, pela falta do né... da manutenção dos laboratórios tudo mais	A1
Ent.7	109	[...] o aluno ele precisa se sentir motivado, ele precisa é estar preparado para o mercado de trabalho.	A1
Ent.7	119	[...] está muito precária, muito precária.	A1
Ent.7	120	[...]o mercado trabalho, ele sempre, ele sempre exige profissionais cada vez mais inovadores	B1
Ent.7	122	A escola tem que ter ferramentas, modelos é... modelos é... didáticos ou até, como falei, dentro dessas aulas práticas, acompanhando o ritmo das empresas, em ritmo das empresas.	A1
Ent.7	128	A gente não consegue mais acompanhar o que as empresas estão exigindo	A1
Ent.7	128	A gente não consegue mais acompanhar o que as empresas estão exigindo	A1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Entrevistas com profissionais do CEDUP: Entrevista Nº 8

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.8	12	Onde o meu filho estudava tinha Grêmio Estudantil.	E1
Ent.8	15	Olha, lá o Grêmio lá era bom. Aí eles faziam, tinha bastante participação lá no Grêmio Estudantil. Eles tinham diversas atividades que eles viam através do Grêmio ali né. Aí foi um aprendizado também para ele.	D1
Ent.8	23	Ter participado foi positivo.	D1
Ent.8	101	[...] era mais sobre esporte que a gente conversava, mais sobre esporte que a gente conversava.	D1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Notas das entrevistas com sujeitos do Movimento Estudantil: entrevista Nº 9

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.9	11	[...] durante é vários anos nós tivemos tentativas de fazer reuniões, de ter representantes de diferentes escolas de Blumenau e essas reuniões elas eram, aconteciam ou em alguns sindicatos que nos cediam uma sala, ou então no salão porta aberta. E a nossa tentativa era sempre ter uma representatividade para fazer a reativação da União Blumenauense dos Estudantes.	E2
Ent.9	26	[...] dependia muito do perfil do diretor da escola	B2
Ent.9	32	[...] eles eram indicados e por ser indicados então, dependendo né duma posição política que existia na época, aquele diretor ele era ou mais conservador, ou mais liberal né. Então em algumas escolas a gente sim, tinha uma dificuldade de entrar, dependendo do posicionamento político do diretor.	B2
Ent.9	37	Daí com as eleições diretas, com campanha dentro das escolas, as pessoas votando e a comunidade votando nos seus diretores nas escolas dos pais ficou mais fácil;	C2
Ent.9	37	[...] e nas escolas estaduais ainda tinha essa questão da indicação, então é...seria da mesma forma, dependendo da escola, dependendo da direção, a gente conseguir entrar	E2
Ent.9	41	[...] os professores principalmente, eles sempre andaram juntos com a gente na reconstituição, tanto da entidade como na organização dos grêmios estudantis.	E2
Ent.9	44	[...] porque a luta pela educação por meio do SINTE, do sindicato na época era muito forte, então eram dois movimentos que caminhavam juntos.	E2
Ent.9	51	[...] a direção fazia toda diferença, se não a gente não entrava nas escolas, a gente não conseguia desenvolver nenhum trabalho.	B2
Ent.9	56	[...] quanto maior a vulnerabilidade da região onde escola estava né, mais envolvimento da comunidade né. Então Grêmio já atuava para fora dos muros da escola e toda a pauta de movimento estudantil dessa minha época sempre teve ligada a situação social e econômica do país né, então a gente nunca teve uma pauta que fosse somente o papel do Grêmio na escola. A gente sempre se engajava em lutas de outros movimentos né, movimentos sindicais, alguma... em relação a alguma comunidade próximo de alguma escola, se envolvia com as questões nacionais também né.	F2
Ent.9	67	[...] a comunidade nos reconhecia como movimento forte	D2
Ent.9	72	[...] os pais daquela época associavam muito a participação dos movimentos lembrando a geração deles.	D2
Ent.9	112	[...] sábado tinha uma reunião que era todo sábado à tarde. Pensa, faça chuva ou faça sol, todo sábado tarde ela acontecia. Como eu falei, a gente fazia muita reunião no sindicato dos comerciários, que eles cediam uma sala para a gente e no (salão) porta aberta.	E2
Ent.9	119	[...] não poderia deixar de falar que, sempre foi né, o movimento estudantil, um aparelho né, pra partidos políticos né. Então alguns partidos políticos acabavam cooptando esses jovens para fazerem parte de seus partidos.	B2
Ent.9	149	[...] as passeatas ocupavam toda a rua 15, pessoal vinha com força. O movimento estudantil com os com os movimentos sindicais, enfim como a comunidade em geral, pessoal abraçava mesmo.	F2
Ent.9	180	Eu gostava muito de escrever para coluna do leitor no Santa Catarina né. Daí uma vez eu quase fui expulsa do Pedro II, por causa disso.	F2
Ent.9	236	[...] não lembro se assim, dizer se ali tinha o Grêmio Estudantil atuante.	B2
Ent.9	244	[...] dificuldade de infraestrutura.	A2
Ent.9	246	[...] tinha algumas escolas que a gente não conseguia entrar, que a gente não conseguia conversar. Tinha algumas escolas assim, que tinha alguns diretores que eles nos apoiavam muito, mas eles queriam fazer acordo para determinadas situações a gente não falar.	B2
Ent.9	261	Mas tem coisas que vocês não podem né falar.	F2
Ent.9	280	Aprendi muita coisa, aprendi sobre direito, sobre deveres, aprendi que... a lidar com diferentes posicionamentos políticos, aprendi a negociar, dependendo da causa que a gente está envolvido a gente não pode se matar, a gente precisa um do outro né.	C2
Ent.9	294	Não adianta ter só um Grêmio atuante, tem que ter um tem várias escolas se organizarem para mobilizar e fazer e ter um algo maior, fortalecer o movimento em si.	E2
Ent.9	307	[...] a partir do momento que tu não consegues mais conversar, que tu não consegues mais se organizar de outra forma, tu tens que partir para uma ação diferenciada para chamar atenção	E2
Ent.9	352	Porque pode ser porque não sabe o que que é o Grêmio. Pode ser porque o jovem, na maioria dos jovens é, hoje o trabalho.	B2
Ent.9	416	[...] o jovem trabalhador não tem conhecimento. Ele não tem, não faz parte do dia a dia dele.	B2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Notas das entrevistas com sujeitos do Movimento Estudantil: entrevista Nº 10

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.10	24	[...] ele pode ser muito enriquecedor para troca de experiências, para unificação às vezes sobre pautas que são relacionados aos estudantes de todo o município, não só de um colégio específico.	D2
Ent.10	51	[...] a maioria das escolas não possuíam Grêmios, e quando possuíam não é não eram muito ativos	B2
Ent.10	59	[...] havia a possibilidade dos estudantes se organizarem e estarem propondo melhorias para sua própria condição enquanto estudante, de ir pra escola. De uma maneira geral, muitas vezes era a gente que abria essa perspectiva	E2
Ent.10	68	Como no município também, através de relatos que a gente teve através de acesso a pessoas que tinham feito parte do movimento na nossa cidade há gerações. Assim, as vezes que a gente descobria num golpe de sorte praticamente né, por não haver justamente essa continuidade	B2
Ent.10	76	[...] da própria falta de estrutura mesmo da União Blumenauense dos Estudantes.	B2
Ent.10	80	[...] a falta de condições materiais para transporte, para comunicação, para uma série de coisas	B2
Ent.10	90	[...] a UBES fazia contato com a gente e então foi uma troca de experiências, de a gente participar dos eventos nacionais, a gente mesmo junto da UBES promover a eventos estaduais e às vezes em Blumenau mesmo.	D2
Ent.10	123	[...] a gente não conseguia essa interação com a fluidez necessária ou com a constância necessária né, para enfim, para funcionar da melhor forma possível.	B2
Ent.10	125	[...] alguns colégios eram mais abertos a isso e então a gente... gente foi muito bem recebido na verdade	C2
Ent.10	142	A gente fez alguns encontros assim com os estudantes, montamos Grêmios, fizemos palestras de conscientização sobre uma série de questões né, pertinentes aos estudantes	F2
Ent.10	163	[...] poderia ter algo nesse sentido ou deveria ter pelo menos, seria o próprio Grêmios por ser o representante dos estudantes daquela escola né, daquela região e aí sim ter uma relação mais próxima ali com a Associação de Pais e Professores, e outras entidades ali daquela comunidade	E2
Ent.10	181	[...] o envolvimento das comunidades, ela também acontece de uma forma bem pontual	B2
Ent.10	200	[...] os grêmios que eu pelo menos assim, por mais do nosso esforço em levar, em fazer essa comunicação é... nesse... muito... o que a gente observava muito, é que não tinha os trabalhos, eles tinham uma dificuldade muito grande em ter uma continuidade. E isso sempre foi uma questão que a gente observou, mesmo de antes assim da reformulação da União Blumenauense dos Estudantes	B2
Ent.10	206	[...] talvez os grêmios conseguissem ter uma continuidade né, que não acabasse de uma gestão para outra e tentar implementar essa cultura. Mas, pelas nossas próprias dificuldades, a gente não conseguiu né, e não conseguimos isso nem dentro da própria União Blumenauense dos Estudantes. Mas isso eu observava nas gestões anteriores também, porque a gente refunda a UBE, mas num hiato relativamente longo assim, que a entidade não estava funcionando. E anteriormente a minha gestão, foi da mesma forma praticamente, então isso era um problema bem constante assim, de a gente não conseguir dar essa continuidade no trabalho, justamente esse problema de não ter, não conseguir implementar uma cultura de movimento estudantil, de participação	B2
Ent.10	220	[...], mas muitas vezes também vindo assim, de uma política em que o jovem, o adolescente, ele não é visto muito como um sujeito de opiniões válidas né.	B2
Ent.10	229	Então, depois a gente quer cobrar né, do jovem, uma consciência maior, um envolvimento maior, e acaba tachando de que: ah o jovem não se interessa, o jovem não isso, não aquilo, não quer saber de nada. Mas como é que vai cobrar a partir de um... se não foi dado essa substância para ele.	B2
Ent.10	240	[...] não só no documento do colégio e acabando sendo algo... a escola acaba sendo algo mais conteudista muitas vezes, por conta dessas questões já citadas, qualidade etc. né, mas acaba ficando muito nesse conteudismo e nessa correria para nunca conseguir vencer um livro didático.	B2

Ent.10	258	[...] se é que me entende. O que ele pensa, o que ele fala não é levado em consideração, é muito subestimado.	B2
Ent.10	288	[...] CEDUP sempre era essa coisa de tinha não tinha né, um ano tinha, outro não tinha mais.	B1
Ent.10	316	[...] nesse movimento específico, veio um auxílio muito grande de outras entidades de movimento estudantil. Eu lembro que da capital vieram tanto universitários quanto secundaristas, veio a União Nacional dos Estudantes também e pessoas que eram do movimento o universitário no estado,	E2
Ent.10	381	Essa pauta do transporte público, de transporte coletivo ela sempre foi muito presente, muito cara ao movimento estudantil	E2
Ent.10	396	[...] a gente entende que é de uma visão que mercantiliza o serviço público. Ele não visa prestar um serviço de qualidade, mas ele visa extrair ali um lucro, como se fosse o serviço privado.	A2
Ent.10	518	[...] a gente aproveitou esse espaço do Seminário para essa discussão né, de movimento estudantil, de política municipal, de transporte coletivo; federalização da FURB	E2
Ent.10	583	[...] acreditar que a gente podia se organizar, que a gente podia levar um pouco mais de informação para os estudantes a respeito da sua própria história, que dessa maneira eles pudessem... não talvez, não de forma tão imediata, mas que isso contribuísse né, que a atuação da UBE na cidade, ela pudesse contribuir por mais criticidade dos estudantes. Cara, e até mais adiante, como cidadãos mesmo. Não só no ambiente escolar, mas na sociedade de uma de uma forma geral né	D2
Ent.10	594	[...] que a gente participou das questões de transporte coletivo, participamos da questão da federalização da FURB né, de algumas outras.	D2
Ent.10	605	[...] questões coletivas pros estudantes do município, a UBE tinha sido importante	C2
Ent.10	627	[...] pessoas e partido que queria interferir	B2
Ent.10	641	[...] falta de estrutura, as vezes de andar a pé, de não ter condições de fazer a comunicação adequada por telefone	B2
Ent.10	665	[...] o ideal seria que funcionasse na sua escola, que funcionasse no seu bairro, que essa participação fosse fomentada já desde jovem. O estudante e depois na associação de bairro, na comunidade	E2
Ent.10	678	[...] quando as pessoas se organizam em prol de determinada pauta, em prol de determinada coisa que é importante para a sua vida, para a vida em comunidade, é possível que que haja sim, mudanças, haja transformações.	E2
Ent.10	711	[...] um dos melhores aprendizados é que, olha, não precisa ficar esperando tudo acontecer, você pode se organizar, todas as pessoas ao teu redor, elas têm esse potencial.	C2
Ent.10	807	Mas há que se observar que São Paulo... aí que também me refiro, já vem de uma outra tradição né, de movimento estudantil.	C2
Ent.10	816	Aí que eu me referia, dessa cultura né, que eu falo né. Ali é um terreno muito mais fértil para esse tipo de mobilização e dada a gravidade da situação, mas eu não conseguia tecer assim, algo muito mais aprofundado.	C2
Ent.10	1003	Se conseguisse ter essa compreensão inserida nos projetos políticos das escolas, que essa participação fosse uma maneira até didática assim, aos poucos inserido e estimulado de acordo com a maturidade de cada período ali das crianças. Que isso fosse, uma compreensão assim, mas é... transformações, ainda mais numa cidade como a nossa,	C2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

**Notas das entrevistas com sujeitos do Movimento Estudantil: entrevista Nº 11
(com 4 entrevistados)**

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.11	23	[...] nesse ano de 95, o que aconteceu foi a reconstrução da União Blumenauense dos Estudantes	E2
Ent.11	32	A grande bandeira da UBE naquela época foi essa e conseguiu trazer, fundar a UBE.	D2
Ent.11	41	[...] na década de 90, nós começamos a tentar construir a União Blumenau dos Estudantes	E2
Ent.11	60	[...] uma coisa que norteou muito o nosso trabalho foi essas bandeiras do Brasil pós democrático e de reconstruir os grêmios, reconstruir o movimento estudantil.	E2
Ent.11	63	[...] tentou-se várias vezes né, se formar o movimento estudantil	E2
Ent.11	65	[...] nós tivemos uma participação ativa na questão nacional, até na questão internacional.	D2
Ent.11	75	Reconstruímos depois a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (UCES), chegou uma época que a UCES, que era União Catarinense, ela tinha atuação em 84 municípios de forma orgânica	E2
Ent.11	86	[...] reconstruir os grêmios na base e integrar esses grêmios com uma política de luta nacional.	E2
Ent.11	108	[...] foram muitas, muitas...gincanas.	D2
Ent.11	113	Esse movimento que nós fizemos foi um movimento muito sensacional, porque era um movimento ligado na base e ao mesmo tempo ligado nas lutas nacionais, internacionais, pela paz, pela família, pela soberania dos povos, pela democracia,	C2
Ent.11	116	Na época ainda tinha um preconceito, como acho que tem ainda hoje, tinha um preconceito contra o movimento estudantil.	B2
Ent.11	123	Ele era um cara que era totalmente contra o movimento estudantil. Não deixava montar grêmio, e a gente ia e montava.	E2
Ent.11	125	[...] fizemos várias passeatas, várias passeatas lá na rua XV de Novembro.	C2
Ent.11	141	[...] ato contra a privatização da Vale do Rio Doce,	C2
Ent.11	194	Então pra ti ter uma ideia, meu 3º ano em vez de eu terminar no Colégio*, a gente fez um movimento para eu estudar no Colégio** para tentar montar o Grêmio Estudantil.	E2
Ent.11	204	[...] o Colégio** era muito fechado. Eu fui para de manhã, passei bastante dificuldade lá pra montar o Grêmio Estudantil	B2
Ent.11	223	Em 96 e 97 foi essa construção da UCES, de resgatar União Catarinense dos Estudantes Secundaristas.	E2
Ent.11	232	[...] fiz os primeiros jornais da UBE né, da União Blumenauense dos Estudantes, escrevia o jornal da UBE e depois, a construção das carteirinhas da UBE também, as carteirinhas estudantis.	D2
Ent.11	248	[...] a gente tinha bandeiras nacionais	D2
Ent.11	267	[...] foram 2 anos muito intensos assim nesse trabalho mesmo de reconstrução de Grêmio Estudantil	E2
Ent.11	269	Porque eu acho que o grupo ele tinha muita conexão com a história da UBE, ele tinha conexão com o momento que o país estava vivendo naquele momento e aí a gente adentrava os temas nacionais de uma forma muito intensa né, assim como nos temas estaduais, municipais	D2
Ent.11	278	[...] a gente fez um trabalho de planejamento de reconstrução de grêmios estudantis.	E2
Ent.11	291	[...] movimento em prol da Vale do Rio Doce que nós fizemos	C2
Ent.11	298	[...] nós reativamos o jornal "O Estudante" que há muitos e muitos anos, na UBE não existia.	D2
Ent.11	327	[...] a gente não tinha dinheiro pra pagar, o cara era parceirão, muitas vezes deixou a gente comer de graça	B2
Ent.11	342	[...] eu entrei no Colégio** para fazer o Grêmio, então era a "ovelha negra" do colégio	B2
Ent.11	356	[...] sempre teve a visão que quem estava no movimento estudantil era malandro, só queria saber de movimentar, que não queria saber de estudar.	B2
Ent.11	359	[...] tinha essa rejeição ao movimento estudantil,	B2
Ent.11	365	[...] a gente tinha um movimento estudantil como fortalecimento da educação e não como "estudante profissional" que muitos acabaram se tornando né,	C2
Ent.11	365	[...] tu és do movimento estudantil, então tu és "mala".	B2

Ent.11	387	[...] conectividade né, com os assuntos nacionais, ou seja, com os temas históricos	D2
Ent.11	400	Nós tínhamos um programa chamado “Frequência Estudantil”, na rádio Blumenau né	D2
Ent.11	404	As próprias gincanas	D2
Ent.11	405	E um dos símbolos daquele movimento, daquela luta, foi também a criação da carteirinha de estudante	D2
Ent.11	415	[...] a gente correu a rua VX atrás de parceria com as lojas para fazer com que a carteirinha de estudante, não fosse somente ela, da meia entrada, mas que desse, outros benefícios para os estudantes também.	D2
Ent.11	419	[...] eu acho que ele tinha muita conexão e ele era muito antenado com as questões do momento	C2
Ent.11	420	[...] ele não se furtava de discutir os assuntos do plano nacional, internacional né, ele debatia as coisas localmente também, ele lutava pelos direitos dos estudantes e buscava benefícios pro estudante	F2
Ent.11	459	[...] a nossa luta na manifestação que a gente fez lá, embaixo da Igreja Matriz, assim, devia ter assim uns 2000 estudantes pelo menos.	E2
Ent.11	466	Mas nesse dia da luta da meia-entrada, daí assim, é natural que movimento estudantil ele tenha uma conexão, digamos assim, uma conversa né, com sindicatos.	C2
Ent.11	474	[...] a gente ter uma liberdade de fazer a nossa luta, sem ligação específica com alguém, sem ter um quadrado para a gente ficar... prejudica essa luta.	F2
Ent.11	523	[...] nós com muita habilidade, lá com os vereadores, fizemos lá um panfleto	C2
Ent.11	528	[...] o nosso centro era defender os estudantes. Claro que a gente tinha assim, nós tínhamos enquanto direção da UBE, nós tínhamos na época assim a nossa orientação política, tudo ali, mas era sempre pautado em defender os estudantes.	C2
Ent.11	542	[...] a gente tinha uma integração muito grande com outras entidades estudantis.	E2
Ent.11	546	[...] ficar um período nos outros estados auxiliando nas eleições das outras entidades estudantis	E2
Ent.11	557	[...] a gente fazia pedágios, tipo pedágio solidário para arrecadar	D2
Ent.11	575	[...] daí trouxemos toda essa experiência depois, para a reconstrução da UCES né.	D2
Ent.11	578	A UBE sempre teve esse papel assim de estar conectada, de estar ao mesmo tempo que cuidava dos grêmios estudantis, da base, nós estávamos conectados com o estado, com o Brasil. Reconstruímos a UCES	D2
Ent.11	585	[...] campanha da Brigada Estudantil de Solidariedade a Cuba	D2
Ent.11	588	E lá em Cuba, nós tivemos reuniões com ministros de Cuba. Na época uma das reuniões que nós tivemos foi com o Roberto Robaina. O Roberto Robaina na época, ele era o chanceler de Cuba	D2
Ent.11	601	[...], mas o governo ele tem que servir ao povo, independente do que o governo plantonista lá pensa. E para aprovar a lei da meia-entrada estadual, nós procuramos o governo Paulo Afonso	C2
Ent.11	610	[...] com apoio da prefeitura nós fomos para Cuba, no encontro de uma entidade também chamada OCLAE, Organização Continental Latino-americana dos Estudantes Caribenhos.	D2
Ent.11	615	Existia na época, a Federação Mundial da Juventude Democrática dos Estudantes, a FMJD. Na época a sede era na Hungria, e eles organizavam festivais de 4 em 4 anos. E nós participamos na preparação desse festival.	E2
Ent.11	622	[...] a gente conseguiu montar grêmios fortes em Blumenau, propiciou ali à UBE, e depois com a UBE nós fomos para reconstruir, não era reconstrução porque ela já existia né, a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (UCES).	E2
Ent.11	644	Eu lembro que nós da FMJD na época organizamos, 2 semanas antes de começar efetivamente a guerra do Iraque, a gente organizou uma missão de paz com o Iraque. Eu fui um dos que foi pra lá,	D2
Ent.11	650	Acho que o Congresso da Argélia foi... no Congresso da Argélia eu já era o vice presidente da FMJD, e aí eu fui para Argélia. Eu fiquei uns 3 meses na Argélia organizando o evento.	D2

Ent.11	654	Depois desse Festival Mundial da Juventude é que o Bush resolveu invadir o Iraque e nós fizemos uma missão de paz lá no Iraque. Inclusive nós fomos recebidos pelo vice-presidente do Iraque.	D2
Ent.11	670	E na época lá do Iraque, eu lembro que a gente teve uma reunião com o vice-presidente lá do Iraque. Com o Uday, era o filho do Saddam Hussein.	D2
Ent.11	677	[...] a reconstrução dos grêmios; a luta pelo meia-entrada dos estudantes, não só pela meia-entrada, mas esse de efetivamente os estudantes teve...embora aquela ida as das lojas né, para ter desconto para os estudantes, foi onde a UBE ficou realmente conhecida, também teve umas... era pedir o desconto e ao mesmo tempo propagandear; o resgate do jornal "O Estudante" e ali a questão toda né. Então em relação a UBE, a questão depois e o papel da UBE na reconstrução da UCES.	D2
Ent.11	693	Outro destaque principal, a história da Vale do Rio Doce; a carteira de estudante, a passeata foi muito mais a carteira do estudante.	D2
Ent.11	701	A dificuldade de algumas escolas de adentrar	B2
Ent.11	818	O que eu lembro, principalmente dessa questão de Grêmio Estudantil, que era muito difícil lá na Escola Técnica Hermann Hering na época, era a questão da cooperativa. Questão da cooperativa era um negócio que meio que travava as coisas assim né, então a coisa não andava muito.	B1
Ent.11	826	Era as duas dificuldades maiores, foi o CIS...foi a Escola Técnica e o Colégio**, tanto que no Colégio**, eu tive que mudar de escola para poder montar o Grêmio Estudantil né.	B2
Ent.11	856	Cheguei lá, ia ter...chegamos lá naquele colégio de Curitiba...ia ter colchão, o discurso era que ia ter colchão para todo mundo, não sei o que, ninguém levou o colchão. Resultado, chegando lá, tivemos que dormir no chão duro porque não tinha colchão. E ainda me fizeram então, subir numa cadeira para dizer que a gente era guerreiro, ia dormir no chão mesmo.	E2
Ent.11	865	A gente foi com o pessoal até Curitiba num dia, ia ser 2 dias de evento... café, imagina a organização desse pessoal todo de colégio: café da manhã, de pegar pão, tal e tal	E2
Ent.11	877	E não tinha telefone celular naquela época pra avisar,	B2
Ent.11	890	[...] a gente não tinha assim grandes apoios né, a gente era o apoio de cada um, principalmente os familiares	B2
Ent.11	925	[...] a generosidade e o "paitrocínio" dos nossos pais. Porque a minha mãe também, ela segurou uma onda sabe	B2
Ent.11	994	[...] os diretores, e eu passei muito isso no Colégio**, eles na verdade achavam que está envolvido com movimento estudantil... tinha uma visão equivocada que no nosso... por isso, que não se aplica ao nosso caso né, que talvez no passado, ah não estudava, não sei o que, e isso a gente foi tentando desmistificar isso né, tentando tirar essa carapuça disso.	B2
Ent.11	1034	[...] que o nosso grupo conseguiu trazer muita maturidade, também muita responsabilidade	C2
Ent.11	1055	[...] a gente foi para Brasília com 2 ônibus aqui.	D2
Ent.11	1058	[...] a gente tinha também uma campanha contra as drogas, conscientização... a gente organizava campanhas contra... prevenção à AIDS, as doenças DST.	D2
Ent.11	1062	Curso Profissionalizante, lembra, também.	D2
Ent.11	1067	[...] alguns achavam que quem estava em movimento estudantil era vagabundo, ou que não estudava.	B2
Ent.11	1077	[...] o estudante envolvido com movimento estudantil é meio desligado, vagabundo (acho uma palavra forte né) que existia, era nas escolas do centro. Era nas escolas maiores, talvez que já tinham tido no passado uma experiência do movimento estudantil.	B2
Ent.11	1094	Nas escolas de bairros, nós não tínhamos, é... nós tínhamos uma boa aceitação.	C2
Ent.11	1104	[...] eu acho que ele pode te contar alguma história assim, porque a gente também mudou ou trouxe essa cultura da responsabilidade, da defesa da educação, do respeito com o diretor da escola	C2
Ent.11	1110	Na minha visão, eu acho que teve uma resistência ali, que ela teve que ser quebrada, natural assim. E aí eu acho que em todas as escolas que a gente propunha o movimento estudantil.	B2

Ent.11	1138	O grêmio existe pra defender a educação, para ajudar também na escola.	D2
Ent.11	1145	[...] tinha uma coisa também que os diretores de forma geral, tem uma lei né, que foi sancionada pelo Sarney, de a lei do Grêmio, do movimento estudantil, que defende né. Eu acho que é a mesma lei até hoje. E quando a conversa engrossava, a gente falava, não pera aí, é um direito nosso, é lei. Aí a gente colocava essa coisa na mesa.	E2
Ent.11	1155	E aí eu tive muitas brigas sem sentido assim, que depois eu vi que... e eu me lembro do ***, eu lá falando alguma coisa passando em sala, exigindo os meus direitos de organizar os estudantes. Nunca me esqueço disso, um dia que ele me abraçou, assim, ele abraçava com aquela força que era pra tu doer né, e batia no meu peito, ele fechava a mão e batia no meu peito assim, e dizia ***, não adianta lutar contra o sistema.	B2
Ent.11	1182	E eu tive bastante, como eu já relatei desde o começo, muita resistência lá no Colégio**, principalmente até o próprio diretor.	B2
Ent.11	1189	Como eu falei, nas escolas de bairro eu já via menos resistência,	C2
Ent.11	1189	[...] nas escolas centrais e as maiores eu via muita resistência,	B2
Ent.11	1442	[...] eu acho que o movimento estudantil, ele é dinâmico	C2
Ent.11	1519	[...] esse ímpeto de ir pro debate, eu acho que isso que é importante, a gente seja direita, de esquerda, volver. Ou seja, às vezes não é nem político, as vezes é outro tema, sobre música, sobre cultura, sabe, eu acho que a juventude ela é rebelde por natureza e para a evolução de qualquer sociedade é muito importante que o que vem de novo, o que vem novo, venha com rebeldia para mexer com o que tá aí. Acho que esse é o papel da juventude. No que for possível, com todo o cuidado, carinho de paz	C2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Notas das entrevistas com sujeitos do Movimento Estudantil: entrevista Nº 12

Doc.	Linha	Código	Categ.
Ent.12	22	[...] a gente tem...sempre teve uma ótima permeabilidade. A gente conseguia chegar em diversos locais.	C2
Ent.12	24	A gente lida muito com as direções das instituições de ensino, então aí depende muito da linha de cada instituição. Quando a gente vai ao município lidar com a rede municipal, depende muito da rede né, do direcionamento que essa rede tem.	C2
Ent.12	44	[...] o movimento estudantil, acho que a principal participação dele é de fato defender os estudantes. Mas na vida individual de cada um, é essa disputa de ideia, essa constante discussão sobre a sociedade que está inserido.	C2
Ent.12	48	[...] está disposto a discutir se o bebedouro do corredor da sua sala de aula tem água, se a tua cadeira tem assento, até discutir a mensalidade da universidade privada, o orçamento da educação, discutir o Fundeb, discutir a eleição dentro da escola e da universidade. Então esse é o movimento, essa interação é muito positiva	F2
Ent.12	54	Acho que é uma capacidade organizativa muito grande das entidades, de construírem seus próprios congressos, de construírem suas resoluções, de organizarem o movimento na base, de conseguirem conquistas, das maiores possíveis né.	C2
Ent.12	64	[...] a gente passou em todas as regiões com assembleias, com audiências públicas, para discutir essa questão, então é um movimento muito bem organizado, é orgânico.	C2
Ent.12	73	[...] a comunidade externa recebe muito bem os estudantes.	C2
Ent.12	77	A gente tem principalmente entre os movimentos sociais uma recepção muito positiva. Um vislumbre de esperança. Eu acho que o movimento estudantil para a sociedade é isso, um vislumbre de esperança. São jovens dispostos a organizar não só a luta pelos seus direitos, porque eu acho que movimento estudantil é isso, a gente discute a sociedade como um todo	C2
Ent.12	87	[...] a União Blumenauense dos Estudantes ela estava desativada durante os anos de 2017, 2018.	B2
Ent.12	100	[...] tentar reconstruir o movimento estudantil na sua instituição no estado, que é a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas. A gente reconstruiu em 2018	B2
Ent.12	118	Algumas escolas, as direções não nos recebiam, não queriam que a gente passasse em sala,	B2
Ent.12	118	[...], mas aí como o movimento estudantil é esse movimento, é um movimento de fato, então a sempre tinha uma pessoa em sala de aula, um estudante para conversar, então se organizava no recreio, organizava na entrada, organizava na saída, organizava com os professores.	E2
Ent.12	126	Então a gente tinha muita parceria por parte de alguns professores e dos estudantes,	E2
Ent.12	126	[...] e alguns empecilhos também por parte de algumas direções	B2
Ent.12	128	[...] as vezes precisar mandar um ofício porque só bater lá e conversar não resolvia, tinha que mandar um ofício dizendo que era diretor da UCE, que foi por conta da lei do Grêmio Livre, a gente poderia sim passar na escola, estava tudo certo, não há nada que nos impedisse.	E2
Ent.12	160	Em 2018 a gente teve as eleições a presidência da República, então obviamente a gente fez uma série de debates e documentos em que a gente colocava a realidade da educação que precisava ser melhorado, fez discussão com diversos candidatos né, e óbvio fazendo uma construção contra o conservadorismo que se confirmou no final de 2018 nas urnas.	C2
Ent.12	195	Então eu acho que foram isso assim professor, principalmente como falei né, o congelamento de gastos em 2017, "escola sem partido", Fundeb e a pandemia por si só e a manutenção da vida e dos estudantes né, principalmente.	B2
Ent.12	227	Aqui em Criciúma também, eu lembro que a gente fez um movimento muito grande dentro do CEDUP daqui	E2
Ent.12	238	[...] quando a gente fala do movimento estudantil, a gente fala muito disso também, de uma resposta à sociedade que nós queremos e como ela tem sido conduzida.	C2
Ent.12	264	[...] o movimento estudantil e a participação das entidades é uma formação complementar.	C2
Ent.12	267	[...] pela participação no movimento estudantil, pela possibilidade de conhecer outras realidades para além da tua, de compreender o papel da educação na mudança da sociedade.	C2
Ent.12	278	[...] no CEDUP, se não tem acho que é emergente, é pra ontem a organização do Grêmio Estudantil, a reorganização da União Blumenauense dos Estudantes, para que consiga manter os estudantes organizados espaços, como qualquer outra classe né, eles precisam ter seus espaços pra discussão.	E2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE K – Notas das questões abertas do questionário – Estudantes

Questão 1B: “Escreva o que você sabe ou ouviu falar a respeito do Grêmio Estudantil”

Doc. Quest.	Código	Categ.
1	Ajuda na gestão da escola	C1
2	Que é um conselho com vários cargos, que juntamente com a escola atua para melhorar o ensino e o convívio estudantil, promovendo eventos e estando à frente de projetos	C1
3	[...] canal de comunicação dos alunos com a escola.	C1
4	é um canal de comunicação entre estudantes e educadores	C1
5	O Grêmio participa de reuniões com autoridades escolares para os professores e apresentar projetos a alunos	E1
6	é onde os líderes junto as autoridades da escola se juntam em uma reunião para resolver problemas de dentro e fora de sala de aula.	C1
9	Que é um grupo de alunos que trabalham junto com as escolas, visando melhorar o ambiente escolar	C1
10	Um Grêmio que atua em prol da escola e representa os alunos nas tomadas de decisão	E1
11	Ele serve para organizar ações que beneficiam os estudantes.	E1
13	É um grupo formado por alunos que em conjunto e isentos de opiniões externas levam críticas e sugestões aos demais órgãos da escola	E1
15	Um grupo de alunos e professores que buscam o bem estar dos alunos e melhorias para a escola	C1
16	Um grupo que decide algumas coisas para a escola	C1
18	Não conheço, mas ouvi falar que é quando um grupo de alunos se unem para decidir e resolver coisas a respeito da escola.	C1
19	Sei que o Grêmio é um grupo que representa as vontades dos alunos de uma escola, e eles que vão atrás de melhorar a qualidade de ensino daquele local.	D1
20	[...] para ajudar a desenvolver atividades diferentes na escola em nome dos alunos	C1
21	[...] é um meio entre os alunos com a coordenação da escola	C1
22	[...] é referente a alunos que querem ajudar a melhorar a escola	C1
23	Um grupo de pessoas que são eleitos para a melhoria do ambiente escolar.	C1
25	[...] um grupo que lida com as questões de melhorias da escola.	C1
26	quantidade de estudantes responsáveis por organizar eventos e ajudar na melhoria no ambiente interno da organização.	E1
27	Que o Grêmio age em prol dos estudantes e o ambiente escolar	E1
30	Uma organização que busca ajudar os alunos junto a direção	E1
32	É um grupo de alunos que atua em prol e em nome de todos os alunos da escola	C1
33	que é um grupo de pessoas que irá representar os alunos no ambiente escolar	E1
35	Para mim o Grêmio serve a ser um grupo no auxílio do ambiente escolar onde estará disposto a tratar todas as pendências escolares para decidir e resolver problemas.	C1
36	É um meio de os alunos falarem o que eles querem como melhoria, além de fazer com que os alunos tenham voz	F1
38	O Grêmio Estudantil, é onde os alunos podem dar sugestões como por exemplo, sobre campeonatos etc.	C1
39	É uma forma de organizar ou hierarquizar o colégio	B1
40	Uma comissão de alunos e voluntários para melhor organização do ambiente escolar	C1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Questão 8: “Quais questões os estudantes levam ao Conselho Deliberativo?”

Doc. Questionário	Código	Categ.
9	Uso de verbas, reuniões...	C1
11	Coisas relacionadas a professores e melhorias.	B1
13	Em maioria sobre a infraestrutura.	B1
15	[...]dificuldades, sugestões de melhoria	B1
17	Comportamentos em sala de aula, notas,	C1
21	O mal convívio no ambiente escolar	B1
22	Mal convivência no ambiente escolar	B1
23	Mal convívio no ambiente escolar.	B1
24	Todas sobre a melhora da escola	C1
25	Mal convívio no ambiente escolar	B1
26	Mal convívio no ambiente escolar	B1
27	[...] sugestões de eventos, projetos e sugestão para estrutura escolar.	C1
32	[...] melhorias que podem ser feitas	C1
33	Questões sobre notas na maioria das vezes.	B1
35	Em pauta problemas e melhorias escolares	B1
38	Sugestões sobre aulas	C1
40	Relação da turma com professores e disciplinas.	C1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Questão 10: “Quais são as iniciativas, dentro e/ou fora da escola, promovidas pelos estudantes?”

Doc. Questionário	Código	Categ.
1	Venda de comida	A1
2	Socializações com a comunidade	C2
5	Trabalho, aprimoração de conhecimento	C1
11	Festas, pintura do muro e jogos internos.	F1
13	Pinturas de mural, feiras, festa julina, dinâmicas e jogos de interessa-se.	F1
16	Melhorar a escola	C1
17	Participação em projetos, convidados a pensar no futuro e qual caminho seguir	C1
18	Ter uma alimentação mais saudável, entre outras coisas.	C1
25	Visita ao museu	C1
26	Visitações a museus, maneiras didáticas de aprendermos por aulas e debates.	C1

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Questão 13: “Para você, o que caracteriza a escola como espaço democrático?”

Doc. Quest.	Código	Categ.
1	O convívio de pessoas	C1
3	O espaço que temos para votar e expor nossa opinião	F1
4	Votações	C1
12	A participação de todos.	C1
13	A sensação de que sem o aluno, a escola e o aprendizado não acontecem, nós somos peças fundamentais e por isso temos o direito e a vontade de expressar nossas opiniões.	F1
15	Ter votações para conselhos e grêmios	C1
16	Ouvir os alunos também	C1
17	Onde todos tem a voz igualmente	C1
18	Ouvir os alunos também e não reclamar quando algum aluno tem uma opinião diferente dos professores.	F1
19	Ouvir todos os alunos e suas opiniões	C1
20	Diálogo	C1
21	[...] a oportunidade dos representantes de turma de participarem de conselhos e reuniões com a coordenação da escola	C1
22	Escutar o que os alunos têm a dizer	C1
23	Debates.	C1
24	os professores escutam os alunos,	C1
25	Debates	C1
26	Debates	C1
30	Dar voz aos alunos em suas reclamações e ideias para melhoras	F1
32	A participação nas decisões que envolvem os alunos	C1
38	Justamente esses meios e oportunidades de os representantes de turmas participarem e darem sugestões de melhorias	C1
40	Através de uma hierarquia e diálogo para que todos tenham a oportunidade de participar	C2

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE L – Categorias

Contagem	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	Subcategoria	Contagem
76	A - Privatização	A mercantilização (serviço privado regulado pelo mercado) do direito público, tornando-o acessível apenas aos que têm poder aquisitivo para adquiri-la. Incluímos também nessa categoria, a ausência de estrutura física e material.	A1 - (Meso) espaço do CEDUPHH	74
			A2 - (Micro) espaço local: Blumenau e Região	2
97	B - Imobilismo	A ausência e/ou exclusão dos sujeitos dos fóruns de debates e decisões, limitando a capacidade de mobilização coletiva e inculcando o desacreditar em saídas coletivas. A resistência as mudanças, com a intenção de manter a tomada de decisão como direito de poucos.	B1 - (Meso) espaço do CEDUPHH	46
			B2 - (Micro) espaço local: Blumenau e Região	51
103	C - Democracia	Democracia entendida como ideal igualitário, reconhecendo cada ser do coletivo como sujeito político. A participação coletiva (pais, professores, estudantes, funcionários) nas tomadas de decisão. Um “estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas”. A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda a coletividade	C1 - (Meso) espaço do CEDUPHH	63
			C2 - (Micro) espaço local: Blumenau e Região	40
57	D - Protagonismo estudantil	Os educandos compõem os espaços de decisões, com respeito às suas posições e demandas, assegurando o seu envolvimento no processo de construção do cotidiano da escola e do social.	D1 - (Meso) espaço do CEDUPHH	13
			D2 - (Micro) espaço local: Blumenau e Região	44
61	E - Direito de organização	O direito à organização de entidades autônomas representativas dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais.	E1 - (Meso) espaço do CEDUPHH	18
			E2 - (Micro) espaço local: Blumenau e Região	43
18	F - Liberdade de expressão	Pressupõe a existência de espaços abertos ao diálogo, à divergência e à construção coletiva de culturas democráticas no espaço escolar.	F1 - (Meso) espaço do CEDUPHH	9
			F2 - (Micro) espaço local: Blumenau e Região	9

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

APÊNDICE M – Termo de assentimento livre e esclarecido: estudante (menor de idade)

Prezado (a) estudante do CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“PROTAGONISMO DISCENTE NO CEDUP HERMANN HERING – BLUMENAU/SC: o papel do grêmio estudantil na gestão da escola”**, desenvolvida pelo pesquisador Vanderlei Wosniak, sob orientação do Professor Doutor Cloves Alexandre de Castro, para o curso de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, realizado junto ao Instituto Federal Catarinense (IFC).

Esta é uma pesquisa que tem como finalidade identificar a atuação do Grêmio Estudantil do CEDUP Hermann Hering enquanto manifestação do protagonismo estudantil na gestão da escola. Busca-se, compreender as determinantes da constituição do CEDUP Hermann Hering; identificar e compreender a perspectiva dos atores e agentes da escola, quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, identificando e discutindo a atuação dos estudantes nos colegiados da escola.

Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFC (CEPSH), cujas informações de contato são: homepage: [http:// https://cepsh.ifc.edu.br/](http://https://cepsh.ifc.edu.br/), telefone: (47) 2104-0882. CEPSH é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A participação nesta pesquisa é voluntária e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme estabelecido na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos princípios éticos e da proteção aos participantes de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, resguardando ao participante os seguintes direitos:

I - ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Toda a pesquisa com Seres Humanos pode apresentar riscos. A pesquisa está classificada como de natureza aplicada; qualitativa; descritiva; de campo. Sendo a vontade do participante, o contato será presencial, adotando-se os protocolos relacionados à SARS-Cov-2, respeitando a legislação em vigor. O contato respeitará todas as orientações conforme ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Os possíveis riscos são: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, tomar tempo do sujeito ao responder o questionário por intermédio de plataforma virtual; o embaraço de interagir com estranhos; medo de repercussões eventuais; violação dos dados por terceiros, e assim, divulgação imprópria da opinião, o que ocorreria no caso de perda ou roubo dos dados ou equipamentos, observadas as orientações constantes no Ofício Circular nº 002/2021/CONEP/SECNS/MS.

Como forma de minimizar os riscos ou atenuar seus efeitos, será garantido o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimização de desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, sem a necessidade de explicação ou justificativa, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento; explicação sobre a finalidade da pesquisa e demais aspectos; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; e ainda garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não previsto no termo de consentimento e resultante de sua participação na pesquisa, seja indenizado pelo dano, nos termos da Lei.

Garantimos também que os resultados da pesquisa serão de livre acesso aos participantes, respeitando a preservação da identidade ou divulgando-a conforme manifestado pelo participante. Garantimos ainda que você será acompanhado pelo pesquisador responsável durante todas as etapas da pesquisa e terá toda a assistência necessária. Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação, pois a pesquisa será realizada em seu local de trabalho/estudo e/ou moradia, não gerando gastos. No entanto, caso você venha a ter algum gasto com transporte ou alimentação em decorrência desta pesquisa, suas despesas serão ressarcidas pelo pesquisador.

Esperamos que, futuramente, os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, uma vez que há exigência que, ao final do curso, os mestrandos elaborem um produto educacional. Nesse sentido, pretende-se como principal produto educacional desenvolver uma cartilha, que possa contribuir como ferramenta de apoio ao grêmio estudantil. Pretendemos com esse material, estimular a reflexão e ação dos estudantes em buscar caminhos possíveis para uma formação integral. O produto tratará da história do movimento estudantil e buscará contextualizar o Grêmio do CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC nesse processo. Outros produtos secundários poderão ser pensados e desenvolvidos no decorrer da pesquisa a partir dos resultados encontrados na análise dos documentos institucionais e pela aplicação dos questionários e das entrevistas. Quaisquer publicações que resultarem desta pesquisa manterão a garantia de sigilo e preservarão a identidade e a privacidade dos participantes, a não ser que seja de seu desejo identificar-se.

Concluída a coleta de dados, faremos o download dos dados para um dispositivo eletrônico local (HD externo), apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". O pesquisador compromete-se a preservar a integridade ética dos participantes, assegurando o sigilo e o anonimato destes, assim como, manter em arquivo todos os documentos e dados organizados pelo prazo de cinco anos conforme prevê a legislação em vigor, e após esse tempo serão destruídos.

Informamos ainda que você receberá via e-mail uma via, de igual teor deste documento, que será rubricada em todas as páginas por ambos ou assinada em via digital.

Após esses esclarecimentos, solicitamos ao seu representante legal o assentimento de forma livre e esclarecida para sua participação nesta pesquisa. Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. Sempre que necessário, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, mestrando Vanderlei Wosniak, pelo telefone (47) 984632384, e-mail: vanderleiwosniak@gmail.com ou com o pesquisador responsável, orientador, Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro, pelo telefone (47) 991856315, email: cloves.castro@ifc.edu.br.

A sua participação é extremamente importante e consiste em responder um questionário, em ambiente virtual (via google formulário), o qual será aplicado pelo próprio pesquisador, respeitando os direitos acima listados. As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo da pesquisa e a produção de trabalhos acadêmicos, resguardando ou divulgando sua identidade conforme uma das indicações abaixo:

Para participar da pesquisa, assinale uma das opções abaixo a qual representa melhor o seu aceite, e em seguida terá acesso ao questionário. Caso não aceite em participar, selecione "não desejo participar da pesquisa" e o formulário será fechado e você não terá nenhum prejuízo com a sua escolha.

Desejo participar da pesquisa e autorizo a minha identificação, os pesquisadores poderão utilizar meu nome ao citar minhas falas em trabalhos acadêmicos;

Desejo participar da pesquisa de forma anônima e não autorizo a minha identificação, os pesquisadores não poderão utilizar meu nome ao citar minhas falas em trabalhos acadêmicos.

Não desejo participar da pesquisa.

Desde já agradecemos sua participação!

Blumenau, ____ de _____ de 2022.

Nome completo do participante:

Telefone:

E-mail:

* Assinatura comprovada pelo envio do formulário eletrônico.

Nome completo do responsável pelo participante:

Telefone:

E-mail:

* Assinatura comprovada pelo envio do formulário eletrônico.

Identificação do pesquisador: Vanderlei Wosniak, CPF: 947.622.529-72, Rua Anhembi, 121, Testo Salto, 89074-500, Blumenau/SC, Telefone: (47) 98463-2384, e-mail: vanderleiwosniak@gmail.com

APÊNDICE N – Termo de consentimento livre e esclarecido: pais/responsáveis pelo estudante

Srs. Pais e/ou Responsáveis pelo (a) Estudante do CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC, seu (sua) filho (a), estudante do CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC, está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Protagonismo discente no CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC: o papel do grêmio estudantil na gestão da escola”, desenvolvida pelo pesquisador Vanderlei Wosniak, sob orientação do Professor Doutor Cloves Alexandre de Castro, para o curso de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, realizado junto ao Instituto Federal Catarinense (IFC).

Esta é uma pesquisa que tem como finalidade identificar a atuação do Grêmio Estudantil do CEDUP Hermann Hering enquanto manifestação do protagonismo estudantil na gestão da escola. Busca-se, compreender as determinantes da constituição do CEDUP Hermann Hering; identificar e compreender a perspectiva dos atores e agentes da escola, quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, identificando e discutindo a atuação dos estudantes nos colegiados da escola.

Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFC (CEPSH), cujas informações de contato são: homepage: [http:// https://cepsh.ifc.edu.br/](http://https://cepsh.ifc.edu.br/), telefone: (47) 2104-0882. CEPSH é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A participação nesta pesquisa é voluntária e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme estabelecido na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos princípios éticos e da proteção aos participantes de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, resguardando ao participante os seguintes direitos:

I - ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Toda a pesquisa com Seres Humanos pode apresentar riscos. A pesquisa está classificada como de natureza aplicada; qualitativa; descritiva; de campo. Sendo a vontade do participante, o contato será presencial, adotando-se os protocolos relacionados à SARS-Cov-2, respeitando a legislação em vigor. O contato respeitará todas as orientações conforme ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Os possíveis riscos são: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, tomar tempo do sujeito ao responder o questionário por intermédio de plataforma virtual; o embaraço de interagir com estranhos; medo de repercussões eventuais; violação dos dados por terceiros, e assim, divulgação imprópria da opinião, o que ocorreria no caso de perda ou roubo dos dados ou equipamentos, observadas as orientações constantes no Ofício Circular nº 002/2021/CONEP/SECNS/MS.

Como forma de minimizar os riscos ou atenuar seus efeitos, será garantido o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimização de desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, sem a necessidade de explicação ou justificativa, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento; explicação sobre a finalidade da pesquisa e demais aspectos; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; e ainda garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não previsto no termo de consentimento e resultante de sua participação na pesquisa, seja indenizado pelo dano, nos termos da Lei.

Garantimos também que os resultados da pesquisa serão de livre acesso aos participantes, respeitando a preservação da identidade ou divulgando-a conforme manifestado pelo participante. Garantimos ainda que o (a) estudante será acompanhado pelo pesquisador responsável durante todas as etapas da pesquisa e terá toda a assistência necessária. Você e/ou o (a) estudante não terão nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberão nenhum tipo de pagamento pela participação, pois a pesquisa será realizada em seu local de trabalho/estudo e/ou moradia, não gerando gastos. No entanto, caso venha a ocorrer algum gasto com transporte ou alimentação em decorrência desta pesquisa, as despesas serão ressarcidas pelo pesquisador.

Esperamos que, futuramente, os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, uma vez que há exigência que, ao final do curso, os mestrandos elaborem um produto educacional. Nesse sentido, pretende-se como principal produto educacional desenvolver uma cartilha, que possa contribuir como ferramenta de apoio ao grêmio estudantil. Pretendemos com esse material, estimular a reflexão e ação dos estudantes em buscar caminhos possíveis para uma formação integral. O produto tratará da história do movimento estudantil e buscará contextualizar o Grêmio do CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC nesse processo. Outros produtos secundários poderão ser pensados e desenvolvidos no decorrer da pesquisa a partir dos resultados encontrados na análise dos documentos institucionais e pela aplicação dos questionários e das entrevistas. Quaisquer publicações que resultarem desta pesquisa manterão a garantia de sigilo e preservarão a identidade e a privacidade dos participantes, a não ser que seja de seu desejo identificar-se.

Concluída a coleta de dados, faremos o download dos dados para um dispositivo eletrônico local (HD externo), apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". O pesquisador compromete-se a preservar a integridade ética dos participantes, assegurando o sigilo e o anonimato destes, assim como, manter em arquivo todos os documentos e dados organizados pelo prazo de cinco anos conforme prevê a legislação em vigor, e após esse tempo serão destruídos.

Informamos ainda que você receberá via e-mail uma via, de igual teor deste documento, que será rubricada em todas as páginas por ambos ou assinada em via digital.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para a participação do (a) estudante nesta pesquisa. Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. Sempre que necessário, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, mestrande Vanderlei Wosniak, pelo telefone (47) 984632384, e-mail: vanderleiwosniak@gmail.com ou com o pesquisador responsável, orientador, Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro, pelo telefone (47) 991856315, email: cloves.castro@ifc.edu.br.

A participação do (a) estudante é extremamente importante e consiste em responder um questionário, em ambiente virtual (via google formulário), o qual será aplicado pelo próprio pesquisador, respeitando os direitos acima listados. As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo da pesquisa e a produção de trabalhos acadêmicos, resguardando ou divulgando sua identidade conforme uma das indicações abaixo:

- () Autorizo meu (minha) filho (a) a participar da pesquisa e autorizo a sua identificação, os pesquisadores poderão utilizar seu nome ao citar suas falas em trabalhos acadêmicos;
- () Autorizo meu (minha) filho (a) a participar da pesquisa de forma anônima e não autorizo a sua identificação, os pesquisadores não poderão utilizar seu nome ao citar suas falas em trabalhos acadêmicos;
- () Não autorizo meu (minha) filho (a) a participar da pesquisa.

Desde já agradecemos sua participação!

Blumenau, _____ de julho de 2022.

Nome completo do participante: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Nome completo do responsável pelo participante: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Identificação do pesquisador: Vanderlei Wosniak, CPF: 947.622.529-72, Rua Anhembi, 121, Testo Salto, 89074-500, Blumenau/SC, Telefone: (47) 98463-2384, e-mail: vanderleiwosniak@gmail.com

APÊNDICE O – Termo de consentimento livre e esclarecido: profissionais do CEDUPHH / membro do movimento estudantil

Prezado (a) _____, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Protagonismo discente no CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC: o papel do grêmio estudantil na gestão da escola”**, desenvolvida pelo pesquisador Vanderlei Wosniak, sob orientação do Professor Doutor Cloves Alexandre de Castro, para o curso de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, realizado junto ao Instituto Federal Catarinense (IFC).

Esta é uma pesquisa que tem como finalidade identificar a atuação do Grêmio Estudantil do CEDUP Hermann Hering enquanto manifestação do protagonismo estudantil na gestão da escola. Busca-se, compreender as determinantes da constituição do CEDUP Hermann Hering; identificar e compreender a perspectiva dos atores e agentes da escola, quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, identificando e discutindo a atuação dos estudantes nos colegiados da escola.

Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFC (CEPSH), cujas informações de contato são: homepage: [http:// https://cepsh.ifc.edu.br/](http://https://cepsh.ifc.edu.br/), telefone: (47) 2104-0882. CEPSH é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A participação nesta pesquisa é voluntária e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme estabelecido na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos princípios éticos e da proteção aos participantes de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, resguardando ao participante os seguintes direitos:

I - ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Toda a pesquisa com Seres Humanos pode apresentar riscos. A pesquisa está classificada como de natureza aplicada; qualitativa; descritiva; de campo. Sendo a vontade do participante, o contato será presencial, adotando-se os protocolos relacionados à SARS-Cov-2, respeitando a legislação em vigor. O contato respeitará todas as orientações conforme ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Os possíveis riscos são: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, tomar tempo do sujeito ao participar da entrevista no modo presencial ou por intermédio de plataforma virtual; o embaraço de interagir com estranhos; medo de repercussões eventuais; violação dos dados por terceiros, e assim, divulgação imprópria da opinião, e divulgação de voz e imagem, considerando a gravação da entrevista presencial ou por intermédio de plataforma virtual, o que ocorreria no caso de perda ou roubo dos dados ou equipamentos, observadas as orientações constantes no Ofício Circular nº 002/2021/CONEP/SECNS/MS.

Como forma de minimizar os riscos ou atenuar seus efeitos, será garantido o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimização de desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, sem a necessidade de explicação ou justificativa, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento; preparação anterior (simulação) a entrevista; explicação sobre a finalidade da pesquisa e demais aspectos; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; e ainda garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não previsto no termo de consentimento e resultante de sua participação na pesquisa, seja indenizado pelo dano, nos termos da Lei.

Garantimos também que os resultados da pesquisa serão de livre acesso aos participantes, respeitando a preservação da identidade ou divulgando-a conforme manifestado pelo participante. Garantimos ainda que você será acompanhado pelo pesquisador responsável durante todas as etapas da pesquisa e terá toda a assistência necessária. Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação, pois a pesquisa será realizada em seu local de trabalho/estudo e/ou moradia, não gerando gastos. No entanto, caso você venha a ter algum gasto com transporte ou alimentação em decorrência desta pesquisa, suas despesas serão ressarcidas pelo pesquisador.

Esperamos que, futuramente, os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, uma vez que há exigência que, ao final do curso, os mestrandos elaborem um produto educacional. Nesse sentido, pretende-se como principal produto educacional desenvolver uma cartilha, que possa contribuir como ferramenta de apoio ao grêmio estudantil. Pretendemos com esse material, estimular a reflexão e ação dos estudantes em buscar caminhos possíveis para uma formação integral. O produto tratará da história do movimento estudantil e buscará contextualizar o Grêmio do CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC nesse processo. Outros produtos secundários poderão ser pensados e desenvolvidos no decorrer da pesquisa a partir dos resultados encontrados na análise dos documentos institucionais e pela aplicação dos questionários e das entrevistas. Quaisquer publicações que resultarem desta pesquisa manterão a garantia de sigilo e preservarão a identidade e a privacidade dos participantes, a não ser que seja de seu desejo identificar-se.

Concluída a coleta de dados, faremos o download dos dados para um dispositivo eletrônico local (HD externo), apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". O pesquisador compromete-se a preservar a integridade ética dos participantes, assegurando o sigilo e o anonimato destes, assim como, manter em arquivo todos os documentos e dados organizados pelo prazo de cinco anos conforme prevê a legislação em vigor, e após esse tempo serão destruídos.

Informamos ainda que você receberá via e-mail uma via, de igual teor deste documento, que será rubricada em todas as páginas por ambos ou assinada em via digital.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para sua participação nesta pesquisa. Agradecemos a sua participação e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. Sempre que necessário, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, mestrando Vanderlei Wosniak, pelo telefone (47) 984632384, e-mail: vanderleiwosniak@gmail.com ou com o pesquisador responsável, orientador, Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro, pelo telefone (47) 991856315, email: cloves.castro@ifc.edu.br.

A sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista, de forma presencial ou, em ambiente virtual (via google meet) – de acordo com a necessidade e possibilidade, respeitando os protocolos referentes à COVID, o qual será aplicado pelo próprio pesquisador, respeitando os direitos acima listados. As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo da pesquisa e a produção de trabalhos acadêmicos, resguardando ou divulgando sua identidade conforme uma das indicações abaixo:

Para participar da pesquisa, assinale uma das opções abaixo a qual representa melhor o seu aceite. Caso não aceite em participar, selecione "não desejo participar da pesquisa" e o formulário será fechado e você não terá nenhum prejuízo com a sua escolha.

Desejo participar da pesquisa e autorizo a minha identificação, os pesquisadores poderão utilizar meu nome ao citar minhas falas em trabalhos acadêmicos;

Desejo participar da pesquisa de forma anônima e não autorizo a minha identificação, os pesquisadores não poderão utilizar meu nome ao citar minhas falas em trabalhos acadêmicos.

Não desejo participar da pesquisa.

Desde já agradecemos sua participação!

Blumenau, ____ de _____ de 2022.

Nome completo do participante: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

* Assinatura comprovada pelo envio do formulário eletrônico.

Identificação do pesquisador: Vanderlei Wosniak, CPF: 947.622.529-72, Rua Anhembi, 121, Testo Salto, 89074-500, Blumenau/SC, Telefone: (47) 98463-2384, e-mail: vanderleiwosniak@gmail.com

APÊNDICE P – Roteiro para entrevista semiestruturada: sujeitos que atuaram no movimento estudantil secundarista em Blumenau

Pesquisador: Vanderlei Wosniak

Orientador: Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro

Entrevistado (a):

1. Em qual período você atuou junto ao movimento estudantil?
2. Qual o seu papel junto ao movimento no período?
3. Como ocorreu a interação entre os membros do movimento?
4. Como ocorreu a interação com os profissionais da educação, demais estudantes e comunidade?
5. Os direitos do Grêmio Estudantil eram respeitados naquele período?
6. Qual a maior dificuldade encontrada na época e como avalia sua experiência no processo?
7. O protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos jovens pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos. Quais ações você destaca (do período em que esteve envolvido no movimento)?
8. Nos anos de 2015 e 2016, estudantes protagonizaram ações coletivas de protestos em defesa da escola pública e da qualidade do ensino que usufruíam. Aquelas ações foram denominadas de “ocupações nas escolas”. Você acompanhou a “cobertura” do movimento? Qual sua opinião sobre essa ação dos estudantes?

Agradecemos a sua participação!

APÊNDICE Q – Roteiro para entrevista semiestruturada: profissionais do CEDUPHH

Pesquisador: Vanderlei Wosniak

Orientador: Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro

Entrevistado (a):

1. Poderia iniciar se apresentando? Informe seu nome completo, profissão e seu vínculo com o CEDUP (período, função)?
2. Você acompanhou a atuação da Cooperativa Hermann Hering? Qual sua opinião sobre ela?
3. A cooperativa foi criada em 1989 e atuou até o ano de 2019. Como você percebia a relação da Cooperativa com o grupo escolar (direção, professores, servidores, APP, CD)?
4. Nesse período também existia o Grêmio Estudantil?
(Sim) Na sua opinião, quais as principais diferenças entre a cooperativa e o GE?
(Não) Na sua opinião, a cooperativa atendia aos anseios da comunidade escolar?
5. Durante o período da cooperativa os estudantes (associados) praticavam a contribuição financeira mensal (mensalidade). Qual sua opinião sobre essa prática?
6. Os recursos eram utilizados para a manutenção dos laboratórios, manutenção em geral, aquisição de materiais, viabilizar eventos no CEDUP, entre outros. Você poderia falar um pouco sobre isso?
7. Parte desses recursos também era utilizado para complementar o salário dos professores dos cursos técnicos. Qual sua opinião sobre essa prática?
8. Atualmente a Cooperativa está com as atividades encerradas, ficando exclusivamente a cargo do Estado garantir o funcionamento do CEDUP, assim como ocorre com as demais escolas da rede pública estadual. Como você enxerga essa realidade?
9. Há algo mais que você gostaria de relatar?

Muito obrigado por sua contribuição.

APÊNDICE R – Questionário: estudantes

1. Você sabe o que é o Grêmio Estudantil?

- Sim, conheço.
- Já ouvi falar, mas não conheço.
- Nunca ouvi falar.

Se respondeu a primeira ou segunda alternativa, responda o que é e o que ouviu falar.

2. Você conhece as leis tratam do direito de organização dos estudantes?

- Sim, conheço.
- Já ouvi falar, mas não conheço.
- Nunca ouvi falar.

3. Para você, o ambiente escolar favorece o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho em grupo?

- Sim.
- Sim, porém em horários e momentos específicos.
- Não.

4. No seu modo de ver, a escola estimula o protagonismo estudantil?

- Sim.
- Não.
- Às vezes .

5. Os estudantes participam da construção do Projeto Político Pedagógico?

- Sim, por assembleia.
- Sim, por representatividade, através dos representantes de turma.
- Sim, por representatividade, através do Grêmio Estudantil.
- Participa, porém de forma diferente das descritas acima.
- Não participam.

6. Como ocorre a participação dos estudantes no Conselho de Classe?

- Os estudantes não participam.
- Os estudantes participam do Pré-conselho, em sala com todos os estudantes da turma.
- Os estudantes são convidados a participar do Conselho de Classe.
- Os estudantes participam através dos representantes de turma.
- Os estudantes participam através do Grêmio Estudantil.

7. Os estudantes participam das reuniões do Conselho Deliberativo?

- Sim. Os estudantes participam através dos representantes de turma.
- Sim. Os estudantes participam através do Grêmio Estudantil.
- Não participam.

8. Quais questões os estudantes levam ao Conselho Deliberativo?

9. Os estudantes são incentivados a realizar iniciativas dentro e/ou fora da escola?

- Sim.
- Não.
- Às vezes.

10. Quais são as iniciativas, dentro e/ou fora da escola, promovidas pelos estudantes?

11. No seu modo de ver, há uma política de fortalecimento do Grêmio Estudantil no interior da instituição?

- Sim.
- Não.
- Desconheço.

12. Você se sente estimulado a ter voz (ser ouvido) no ambiente escolar?

- Sim.
- Não.
- Às vezes.

13. Para você, o que caracteriza a escola como espaço democrático?

Agradecemos a sua participação!

APÊNDICE S – Questões para avaliação do Produto Educacional

Prezado(a),

É com satisfação que lhe apresentamos o Produto Educacional “PROTAGONISMO ESTUDANTIL: a manifestação do coletivo” desenvolvido durante a pesquisa de mestrado intitulada “Protagonismo discente no CEDUP Hermann Hering – Blumenau/SC: o papel do grêmio estudantil na escola”. No primeiro momento, muitos de vocês participaram da pesquisa respondendo ao questionário ou através da entrevista. Por meio dessas técnicas de investigação, buscamos identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, bem como identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola. Agora, com base nas informações coletadas, apresentamos esse produto educacional, que contém uma história em quadrinhos (HQ); uma linha do tempo e; um passo a passo para a implantação do Grêmio Estudantil. Queremos uma vez mais, pedir a sua participação. Ela consiste em acessar e conhecer o produto educacional (PE) e na sequência avaliar o PE respondendo esse questionário. Agradecemos sua participação!

Idade: _____

Gênero: () Feminino () Masculino () Outro

Segmento: () Estudante () Membro do Movimento Estudantil () Profissional do CEDUP

Agradecemos sua disposição em visualizar, analisar e avaliar o Produto Educacional disponibilizado através da HQ “**PROTAGONISMO ESTUDANTIL: a manifestação do coletivo**”.

QUESTÕES

- 1.O Produto Educacional apresenta conteúdo atrativo e de fácil compreensão?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 2.As informações contribuem para a ampliação dos conhecimentos compartilhados com o leitor?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 3.A HQ contribui para a reflexão a respeito do trabalho coletivo e a construção do espaço democrático?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 4.Os espaços de manifestação dos estudantes configuram importantes ambientes de socialização, permitem o pensamento crítico e ampliam a vivência escolar de forma significativa. Você identifica essa mensagem na HQ?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 5.Antes de ler a história em quadrinhos, você tinha conhecimento que desde 1985, por meio da “Lei do Grêmio Livre”, é assegurado aos estudantes o direito a organização de entidades autônomas representativas dos seus interesses?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 6.A HQ contribui para a construção e/ou desenvolvimento do Grêmio Estudantil?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 7.Os fatos sociais não são isolados, mas sim diacrônicos (ocorrem ao longo do tempo), com sua evolução e contradições constituindo um processo em desenvolvimento, em constante relação com o que está a sua volta. A linha do tempo contribui para essa compreensão?
()Concordo totalmente ()Concordo ()Discordo ()Discordo totalmente ()Não tenho opinião a respeito
- 8.Deixo esta pergunta para você dar a sua sugestão, críticas e elogios se houver, sobre o Produto Educacional que você acessou. Muito obrigado!

APÊNDICE T – Respostas e sugestões para a questão aberta de avaliação do PE

GRUPO 1

Ótimo material informativo, bem ilustrado, muito útil e de fácil interpretação.

Buscar sempre atualização das informações.

Melhorar os desenhos e o começo da conversa entre os estudantes.

Muito criativo. Parabéns.

A HQ deveria ser compartilhado com outras Unidades Escolar.

GRUPO 2

Estudantes do CEDUPHH

Excelente trabalho!!! Fácil compreensão e muito bem explicativo.

Muito bom e bem informativo, de ótimo acesso.

Gostei bastante! Fácil linguagem e compreensão.

Achei simples e didático.

Está simples, mas só digo, pois, mais detalhes chamam atenção, como alguém q gosta de reparar nos detalhes eu gostaria de ver mais, poderiam ter mais balões de fala em vez de um grande sabe, talvez eu esteja falando demais haha, mas de resto está muito bom, bem informático, a(eq tbm desenho :)), até incentivador.

Conteúdo muito bom e de fácil compreensão.

Dar um pouquinho mais de atenção aos personagens, e suas características.

Poderiam pegar coisas que acontecem na escola e colocar na HQ.

Adorei o material e a inclusão nos personagens.

Foi muito bem feito as falas, mas as imagens precisam ser revistas e melhoradas.

Boa HQ.

Parabéns.

Ficou muito bom.

Muito bom!

O material ficou muito bom e muito intuitivo, as artes ficaram sensacional e o conteúdo foi de fácil compreensão!

Achei a HQ muito importante para o entendimento da importância que é ter uma comunidade escolar que contribui para um ambiente melhor. Além de ser muito importante é divertida.